

A large, stylized white silhouette of a human figure is centered on a solid blue background. The figure is composed of simple, rounded shapes: a circle for the head, a large, curved shape for the torso and arms, and a pointed shape for the legs. The overall design is minimalist and modern.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro

SÉRIE ATLAS DO DESENVOLVIMENTO
HUMANO NO BRASIL 2013





Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.



Publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Esta publicação é fruto de uma parceria entre o PNUD, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro.

© PNUD 2013

Impresso no Brasil

Realização

Jorge Chediek

REPRESENTANTE-RESIDENTE DO PNUD NO BRASIL

Arnaud Peral

REPRESENTANTE-RESIDENTE ADJUNTO DO PNUD NO BRASIL

Marcelo Côrtes Neri

PRESIDENTE DO IPEA

Marilena Chaves

PRESIDENTE DA FJP

Supervisão

Maristela Baioni

REPRESENTANTE RESIDENTE ASSISTENTE PARA PROGRAMA

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD

Sergei Suarez Dillon Soares

CHEFE DE GABINETE

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA

Maria Luiza de Aguiar Marques

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP

Coordenação

Daniela Gomes Pinto

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD

Marco Aurélio Costa

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA

Maria Luiza de Aguiar Marques

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP

Equipe Técnica

PNUD Raíssa Teixeira, Jacob Said, Luísa Kieling (UNV), Samantha Salve (UNV)

IPEA Rafael Guerreiro Osório, Pedro Herculano G. Ferreira de Souza, Nikolas de Camargo Pirani, Renan Amabile Boscaroli, Daniele Reis de Oliveira

FJP Olinto J. O. Nogueira (Coordenação), Fernando Martins Prates, Vera Scarpelli Castilho, Mônica Galupo Fonseca Costa, Priscilla de Souza da Costa Pereira, Bruna Duarte Matias

Colaboradores

PNUD Daniel de Castro (Coordenador de Comunicação), Yuri Lima, Daniele Godoy, Rogério Carlos Borges de Oliveira

Projeto Gráfico Atlas Web Explico

Desenvolvimento Atlas Web – IPEA Erivelton Guedes, Cléber Oliveira, Rodrigo Queiroz, Rafael Barbosa, Leoflávio Silva, Ricardo Silva, Alexsander Pimenta, Reinaldo Rocha, Valter Lorrán

Programação ATI/FJP Rodrigo Diniz Rosa, Tiago Francisco Ferreira, Luiz Marques de Oliveira

Consultoria Técnica FJP Irineu Rigotti, Laura Wong, José Alberto Magno de Carvalho

Edição PNUD Brasil

Projeto Gráfico Impresso Explico

Fotos Kenia Ribeiro-CNM/PNUD Brasil (p. 4, 6 e 18); Ana Nascimento/MDS (p. 10); Divulgação/Ascom Ipea (p. 12); Divulgação/ACS FJP (p. 14); João Viana/Ascom IPEA (p. 35, inf. dir.), Daniela Santos/ACS FJP (p. 35, sup. dir.), Katherine Judd/PNUD Brasil (p. 35, sup. esq. e inf. esq.)

Primeira edição Julho de 2013

Segunda edição Dezembro de 2013

Tiragem 3000 exemplares

Impressão Portal Print Gráfica e Editora Ltda-ME

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

96 p. – (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013).

Incl. bibl.
ISBN: 978-85-7811-171-7

1. Desenvolvimento humano
2. Desenvolvimento urbano
3. Desenvolvimento social e econômico
4. Cidades
5. Necessidades básicas
6. Empoderamento
7. Bem-estar social
8. Segurança humana
9. Educação
10. Dinâmica populacional
11. Dinâmica populacional
12. Governo municipal
13. Brasil I. PNUD II. IPEA III. Fundação João Pinheiro III. Série

O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL BRASILEIRO

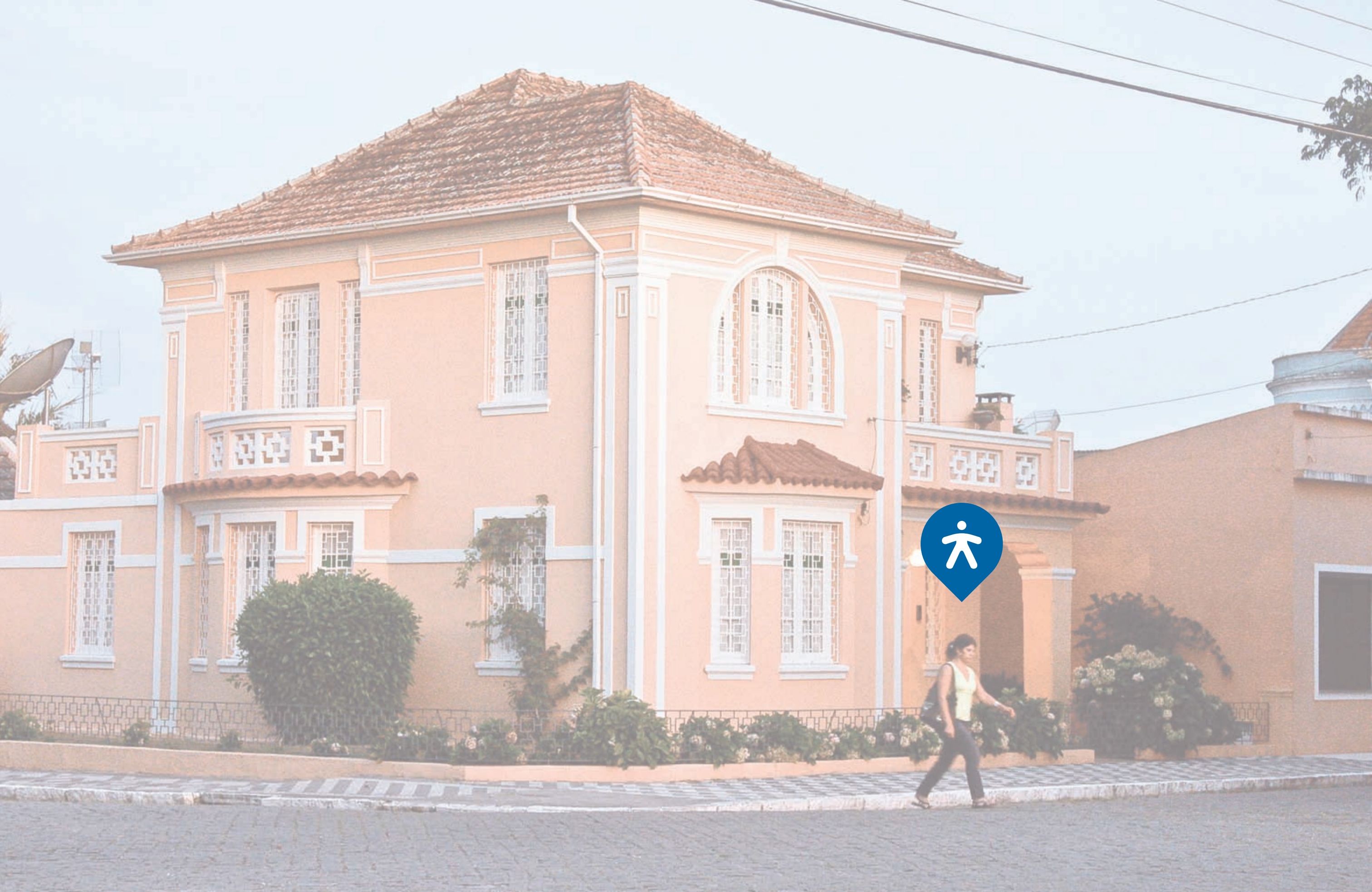


Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Dezembro 2013

PNUD, IPEA e FJP





10 Prefácio Jorge Chediek

12 Prefácio Marcelo Côrtes Neri

14 Prefácio Marilena Chaves

16 Agradecimentos

O CONCEITO

22 Desenvolvimento humano, IDH e IDHM

24 Medindo desenvolvimento humano:
o IDH e o IDHM

25 As três dimensões do IDH

25 Adaptando o IDH

26 O Índice de Desenvolvimento Humano
Municipal

26 IDH Global

27 Como ler o IDHM 2013

27 Histórico do IDHM

27 Por que o IDHM é importante

28 Como é calculado o IDHM

A FERRAMENTA O Atlas Brasil 2013 e o processo de construção

32 O atlas Brasil 2013

32 Para que um Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil?

33 Para quem é o Atlas Brasil 2013?

34 Processo de construção

OS RESULTADOS

40 IDHM

46 IDHM Longevidade

60 IDHM Educação

74 IDHM Renda

FICHA TÉCNICA DOS COMPONENTES

90 A metodologia do IDHM 2013

Prefácio



Jorge Chediek

Coordenador-Residente
do Sistema ONU no Brasil
Representante-Residente
do PNUD no Brasil

Em 2013, o Brasil foi considerado um país de “alto desempenho” pelo Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Por quê? Porque o país apresenta, nas últimas duas décadas, uma trajetória em que o foco de suas políticas públicas tem sido nas pessoas. Os programas de transferência de renda condicionadas, os investimentos no sistema educacional e a universalização dos serviços de saúde são algumas das escolhas políticas que fazem do Brasil um modelo de desenvolvimento com impactos positivos na melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos. Escolhas que evidenciam a compreensão dos brasileiros de que crescimento econômico não resulta automaticamente em desenvolvimento de sua sociedade.

Se o Brasil é referência de um novo modelo de desenvolvimento para o mundo, os desafios nacionais ainda são muitos. Os avanços são notórios, mas as desigualdades ainda persistem. São vários Brasis dentro do Brasil.

Ao colocar uma lupa sobre o desenvolvimento de cada município brasileiro, é possível ter uma visão mais acurada do que o país ainda precisa enfrentar para alcançar uma sociedade cada vez melhor.

É por isso que a construção do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 e o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é nosso compromisso com a sociedade brasileira. A ferramenta, já consagrada, coincide com um dos principais objetivos dos instrumentos criados pelas Nações Unidas em 1990 – o Relatório de Desenvolvimento Humano e o Índice de Desenvolvimento Humano – de estimular a mensuração, a discussão e a conceituação de “desenvolvimento” de forma mais ampla.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento se orgulha de conduzir essa importante iniciativa e agradece a parceria do IPEA e da Fundação João Pinheiro, sem a qual o sucesso deste projeto não teria sido alcançado. Também reconhece o trabalho primoroso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cuja robustez de dados proporciona a realização de um levantamento como o Atlas. E convida todos, brasileiros e brasileiras, a conhecerem as realidades municipais e a protagonizarem o futuro que desejam.

Prefácio



Marcelo Côrtes Neri

Presidente do Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada (Ipea)

Ministro-chefe interino da Secretaria
de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República (SAE/PR)

Em situações nas quais precisamos saber exatamente onde estamos e para onde devemos ir, nada é melhor do que ter à mão um bom mapa para nos guiar. Para encontrar boas rotas rumo ao progresso social e acompanhar o percurso localizando-se com precisão a cada passo, este atlas é uma ferramenta poderosa. Onde está seu município nessa história? E seu estado? E o Brasil? Onde estavam há uma ou duas décadas? Quanto caminharam? Que partes do país ascendem mais rápido? A quais tem faltado mais força para avançar?

O Atlas do Desenvolvimento Humano 2013 aponta caminhos a seguir no futuro ao narrar de forma sintética as transformações sociais alcançadas local, regional e nacionalmente entre os censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1991, 2000 e 2010. É um período de muitos avanços, que começam na regulamentação e entrega de direitos garantidos pela Constituição de 1988, com novas oportunidades e responsabilidades para cada ente da federação e enormes efeitos sobre o território. Sob a liberdade democrática, o país ousou abrir-se mais a um mundo aceleradamente conectado ao largo de fronteiras nacionais, controlou uma inflação que parecia invencível, pôs a maioria de suas crianças na escola, começou a derrubar uma desigualdade gigante que parecia inabalável, expandiu o emprego formal e hoje se propõe a superação da extrema pobreza.

Desde 1998, quando foi lançado o primeiro atlas desta série, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) tem sido importante para orientar políticas e está na origem das transferências de renda focalizadas nas famílias e localidades mais pobres do país. De uma perspectiva pessoal, destaco esta série como referência para meu próprio trabalho em particular. Na academia, como pesquisador e professor, tornei-me um usuário dos dados do Atlas desde sua primeira edição – tecnicamente, desde o milênio passado.

Esses indicadores facilitam o diálogo objetivo, entre usuários de toda parte, sobre diferenças e semelhanças nas nossas jornadas humanas em busca de progresso. É uma satisfação especial participar, junto aos parceiros do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e da Fundação João Pinheiro, da produção e entrega à sociedade desta nova edição, que nos valerá mais uma década de consultas, análises, comparações, debates, proposições de políticas públicas e ações privadas para acelerar o desenvolvimento em cada ponto do país.

Conforme disse o geógrafo Milton Santos, “O homem não vê o universo a partir do universo. O homem vê o universo desde um lugar.” Eis um instrumento fantástico para localizar a face humana em cada porção do território brasileiro. Como um GPS, este Atlas nos oferece rotas para o desenvolvimento humano. Cabe à sociedade informar o destino desejado e persegui-lo.

Prefácio



Marilena Chaves

Presidente
Fundação João Pinheiro

Produzir, sistematizar, analisar e divulgar informações estatísticas que reflitam a realidade estadual é uma das competências legais da Fundação João Pinheiro (FJP), definidas pela legislação do Estado de Minas Gerais. Para cumprir tal atribuição, a FJP tem atuado na pesquisa de campo, exploração das pesquisas disponíveis e sistematização das estatísticas de registro. Tem, sobretudo, empreendido esforços para impulsionar o aprimoramento técnico-científico para lidar com as informações visando a transformá-las em instrumento efetivo de análise e subsídio para formular e avaliar as políticas públicas.

Nesse contexto, se insere o Núcleo de Desenvolvimento Humano. Instituído em 1995, ele dedica-se a gerar indicadores que retratem as condições de vida dos habitantes dos municípios e bairros das regiões metropolitanas, evidenciando e mapeando as carências e as desigualdades no estado, em suas regiões de planejamento, em seus municípios e bairros.

Depois da primeira publicação do trabalho desse grupo – um estudo das condições de vida dos municípios em Minas Gerais – realizado em 1996, a FJP firmou uma parceria com o Ipea e o Pnud para a produção de indicadores de Desenvolvimento Humano para todos os municípios brasileiros, parceria essa que tem gerado muitos frutos. Nesse contexto, está sendo lançado o terceiro Atlas de Desenvolvimento Humano para os municípios do Brasil. Ele permitirá verificar, de diferentes ângulos, o desenvolvimento humano no país nas duas últimas décadas com base nas informações dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010.

A exemplo dos anteriores, esse atlas será, sem dúvida, de grande utilidade para planejadores, gestores, professores, pesquisadores e estudantes e instrumento de empoderamento para a população em geral.

Cabe destacar, também, os ganhos indiretos para a Fundação João Pinheiro advindos da expansão das capacidades da equipe técnica do Núcleo de Desenvolvimento Humano. A equipe tem acumulado experiência no tratamento das bases de dados, na construção, no levantamento e na análise de indicadores e índices, experiência bastante enriquecida pelas diversas discussões técnicas com especialistas e pesquisadores de outras instituições.

Agradecimentos

O caminho mais fácil para a elaboração do **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013** seria produzir, entre quatro paredes e a poucas mãos, um banco de dados complexo e robusto. Mas as três instituições parceiras tinham, desde o início, a clareza e o comprometimento de produzir uma ferramenta que fosse apropriada nacionalmente, contextualizada com nossa realidade e que dialogasse, por meio de uma linguagem amigável, diretamente com gestores municipais, pesquisadores, imprensa e brasileiros que anseiam por este retrato do desenvolvimento nacional para estimular a reflexão sobre os caminhos do país. Foi plena a sinergia na visão comum de um Atlas que sirva à sociedade brasileira.

Assim, o novo **Atlas Brasil 2013** tenta trazer, de forma simples e clara, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos municípios brasileiros, e ainda mais de duas centenas de indicadores socioeconômicos nacionais, percorrendo temas como saúde, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade. A construção do índice, a definição dos indicadores de suporte e a ferramenta pública de disponibilização das informações foram feitas a muitas mãos. A essas mãos registramos aqui nosso agradecimento.

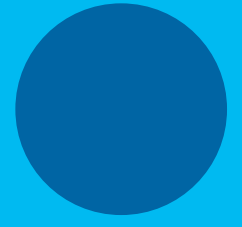
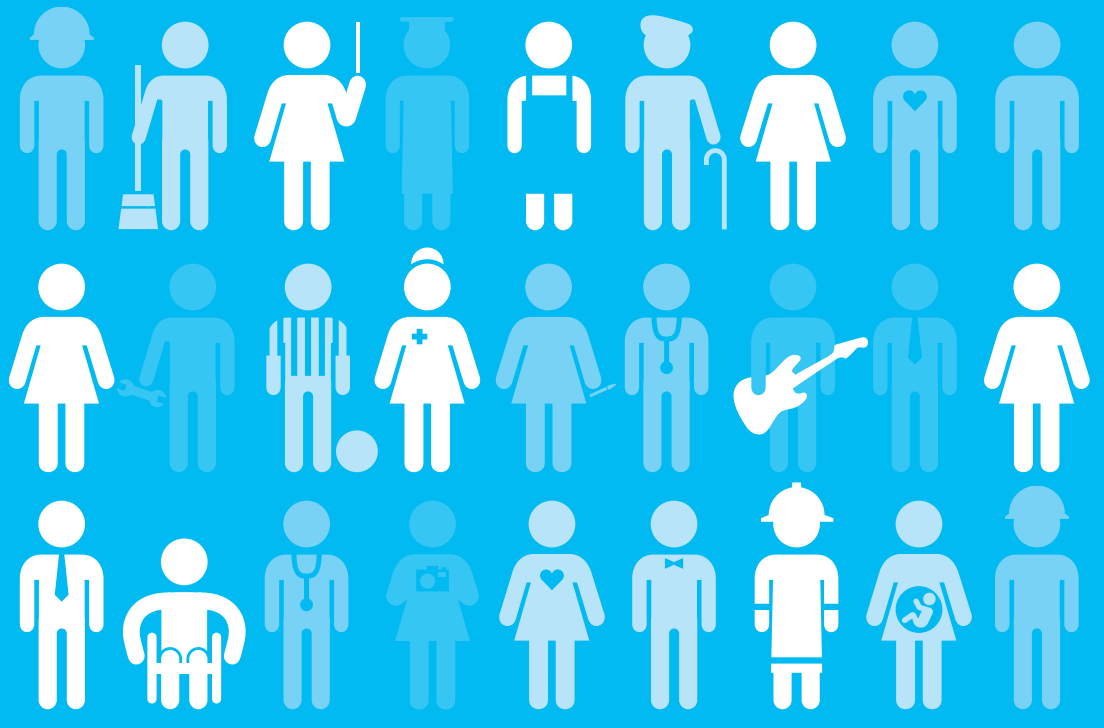
A equipe técnica contou com a valiosa contribuição de Irineu Rigotti, que pesquisou alternativas para os indicadores educacionais, criando metodologias inovadoras. As contribuições de Carlos Eduardo Moreno, Ruben Klein, Reynaldo Fernandes e Ricardo Paes de Barros nas discussões sobre educação ajudaram a aperfeiçoar os indicadores. Laura Wong e José Alberto Magno discutiram e avaliaram exaustivamente a metodologia de cálculo dos indicadores demográficos. Diana Sawyer trouxe importantes aportes aos ajustes metodológicos.

As oficinas metodológicas serviram de aprendizado coletivo, colaborando com todo o processo decisório. Assim, nosso agradecimento a todos que participaram: Adriana Ribeiro, Antonio Marangone Camargo, Bárbara Cobo, Carlos Eduardo Moreno, Clarissa Guimarães, Dália Romero, Diana Sawyer, Fábio Veras, Flávio Henrique Freire, Gabriela Bonifácio, Giuseppe Antonaci, Jair Lúcio Ferreira Santos, José Marcos Pinto da Cunha, Juliana Riani, Juliana Vasconcelos, Laetícia Rodrigues, Laura Lídia Espinosa, Liliane Lúcia Oliveira, Luis Felipe de Oliveira, Marcelo Cerri, Marcelo Medeiros, Marconi Fernandes de Sousa, Marcos Roberto Gonzaga, Maria de Lourdes Jardim, Mirela Camargo, Moema Fígoli, Octávio Torres, Paulo Nascimento, Pedro Souza, Rafael Barreto, Rafael Pereira, Raquel Viana, Reynaldo Fernandes, Ricardo Paes de Barros, Roberto Marinho, Rosane Mendonça, Ruben Klein, Sérgio Gotti, Suzana Cavenaghi e Víctor Delgado.

Para a extração de dados e a compatibilização das áreas municipais, contamos com o apoio fundamental do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Por fim, nosso maior agradecimento vai aos gestores municipais e a todos os cidadãos e cidadãs brasileiros que enfrentam, no dia a dia, o desafio de buscar um desenvolvimento humano e sustentável para seus municípios. Foram vocês que nos guiaram ao longo de todo o caminho. Este Atlas pertence a vocês.





O CONCEITO





O Brasil e o desenvolvimento humano

O Brasil vem sendo considerado, nos últimos anos, um país que inspira outras nações do hemisfério Sul e do hemisfério Norte. O Relatório de Desenvolvimento Humano Global 2013 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento coloca o país como um dos responsáveis pela “ascensão do Sul” na nova geopolítica internacional, por suas estratégias de desenvolvimento inclusivas e centradas nas pessoas. Transferências de renda condicionadas e investimentos na saúde e na educação têm impulsionado o país para um modelo de desenvolvimento a ser seguido, já que o foco no aumento das capacidades e oportunidades das pessoas confere a esses países maior resiliência a crises ao criar sociedades mais coesas e integradas.

Se o Brasil é referência de um novo modelo de desenvolvimento para o mundo, os desafios nacionais ainda são muitos. O passivo histórico do país reflete um legado negativo para o alcance do desenvolvimento humano pleno de sua sociedade. Ainda estamos atrás de muitos países no que tange a qualidade de vida e o nível educacional de nossa população.

Internamente, o país ainda apresenta, hoje, grandes desigualdades. São vários Brasis dentro do Brasil. É possível encontrar municípios em que a renda *per capita* mensal é de aproximadamente R\$ 1.700,00, e outros em que o cidadão ganha, em média, cerca de R\$ 210,00. Há municípios em que mais de 80% dos adultos tem o ensino fundamental completo, enquanto em outras regiões isso não chega a 13%. É possível encontrar, no Sul brasileiro, municípios com esperança de vida ao nascer de mais de 78 anos, enquanto no Nordeste brasileiro há municípios em que um cidadão ao nascer tem expectativa de vida menor que 66 anos. A comparação entre municípios realça as desigualdades e evidencia o abismo ainda existente entre as oportunidades dos brasileiros.

Neste olhar, é possível perceber um avanço no desenvolvimento humano do país no que tange a longevidade, a educação e a renda. Em 2010, quase 70% dos municípios brasileiros tinham Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) maior que a média brasileira de 2000 e menos de 1% ainda estava abaixo da média de 1991.

Ao olhar mais de perto o desenvolvimento municipal nas duas últimas décadas, é possível entender melhor os rumos trilhados e pensar em estratégias de longo prazo para o desenvolvimento humano do país.

Desenvolvimento humano

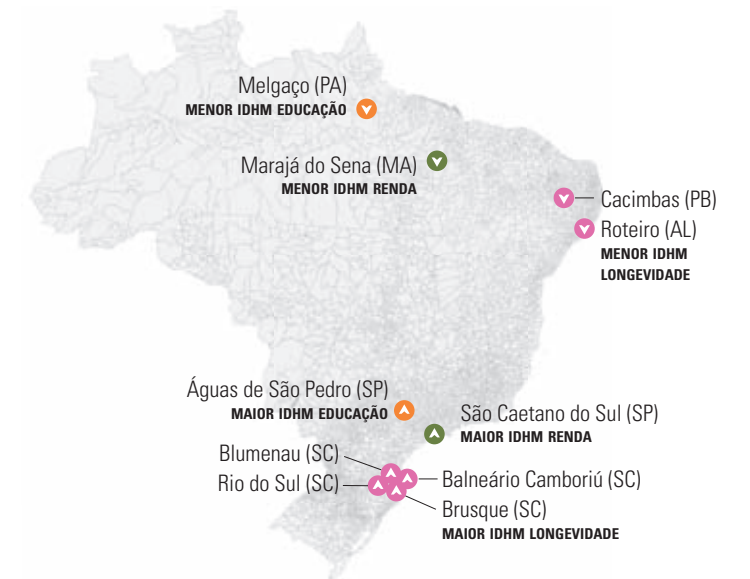
Desenvolvimento humano é o processo de ampliação das liberdades das pessoas, no que tange suas capacidades e as oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter.

O processo de expansão das liberdades inclui as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais necessárias para garantir uma variedade de oportunidades para as pessoas, bem como o ambiente propício para cada um exercer na plenitude seu potencial. Assim, desenvolvimento humano deve ser centrado nas pessoas e na ampliação do seu bem-estar, entendido não como o acúmulo de riqueza e o aumento da renda, mas como a ampliação do escopo das escolhas e da capacidade e da liberdade de escolher. Nesta abordagem, a renda e a riqueza não são fins em si mesmas, mas meios para que as pessoas possam viver a vida que desejam.

O crescimento econômico de uma sociedade não se traduz automaticamente em qualidade de vida e, muitas vezes, o que se observa é o reforço das desigualdades. É preciso que este crescimento seja transformado em conquistas concretas para as pessoas: crianças mais saudáveis, educação universal e de qualidade, ampliação da participação política dos cidadãos, preservação ambiental, equilíbrio da renda e das oportunidades entre toda a população, maior liberdade de expressão, entre outras. Assim, ao colocar as pessoas no centro da análise do bem-estar, a abor-

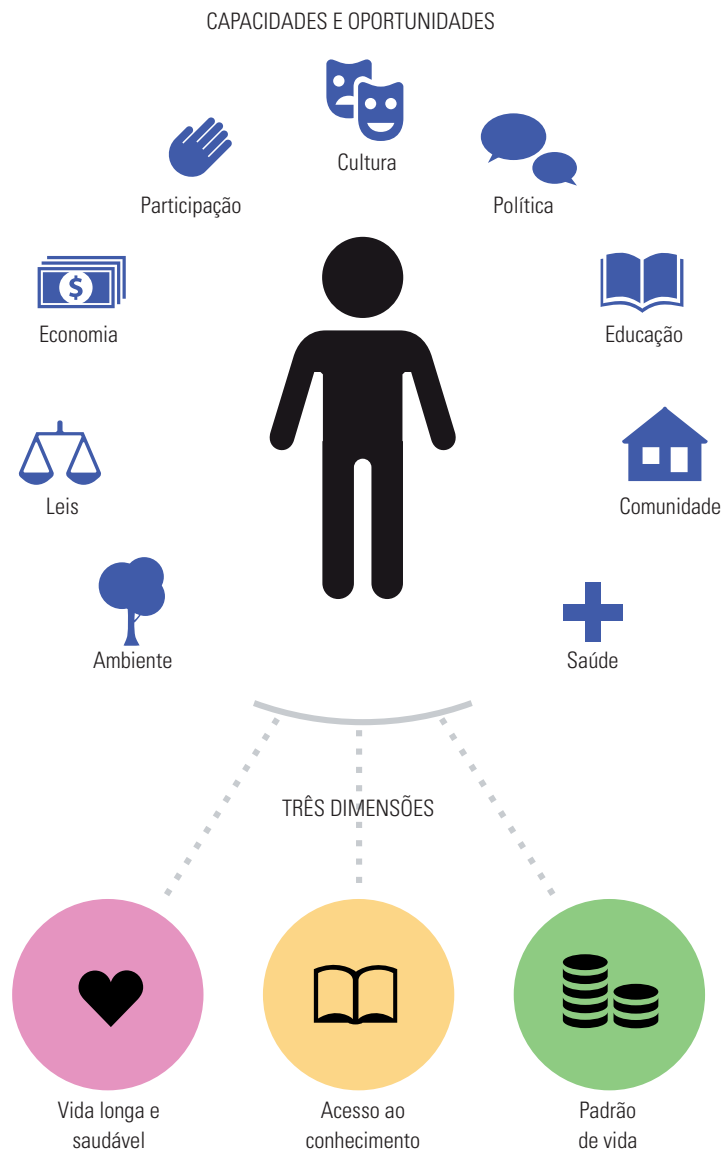
dagem de desenvolvimento humano redefine a maneira com que pensamos sobre e lidamos com o desenvolvimento – nacional e localmente.

Se as capacidades das pessoas são restringidas, assim são também suas oportunidades. Se uma jovem brasileira tem pouco acesso ao sistema educacional, ela deixa de aprender a ler e escrever, participa menos dos processos decisórios à sua volta, conhece menos sua realidade, encontra poucas oportunidades de trabalho, reivindica menos os seus direitos. Seu rol de escolhas fica limitado e, conseqüentemente, suas capacidades não podem ser exercidas na plenitude. Da mesma forma, se um jovem brasileiro adoece e não recebe o tratamento adequado, isso pode impactar na sua capacidade de estudar ou trabalhar, ou mesmo limitar seus anos de vida e as coisas que ele poderia ser e fazer. Por isso é tão importante olhar para o cidadão de forma integrada.





O Índice de Desenvolvimento Humano



O conceito de desenvolvimento humano, bem como sua medida, o Índice de Desenvolvimento Humano, IDH, foram apresentados em 1990, no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq e com a colaboração e inspiração no pensamento do economista Amartya Sen.

A popularização da abordagem de desenvolvimento humano se deu com a criação e adoção do IDH como medida do grau de desenvolvimento humano de um país, em alternativa ao Produto Interno Bruto, hegemônico à época como medida de desenvolvimento.

O IDH reúne três dos requisitos mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável – saúde –, ter acesso ao conhecimento – educação – e poder desfrutar de um padrão de vida digno – renda.

O IDH obteve grande repercussão mundial devido principalmente à sua simplicidade, fácil compreensão e pela forma mais holística e abrangente de mensurar o desenvolvimento. Transformando em um único número a complexidade de três importantes dimensões, o IDH tornou-se uma forma de compreensão e fomento da discussão e reflexão ampla sobre o significado de desenvolvimento humano para a sociedade.

AS TRÊS DIMENSÕES DO IDH

Na sua formulação clássica, o IDH é composto por três indicadores, que representam a oportunidade de uma sociedade de ter vidas longas e saudáveis, de ter acesso a conhecimento, e de ter comando sobre os recursos de forma a garantir um padrão de vida digno. Por meio das duas primeiras dimensões, pretende-se avaliar a realização do bem-estar mediante a adoção de um estilo de vida resultante de escolhas livres e informadas, a partir das habilidades e conhecimentos acumulados. Já o comando sobre recursos indica se esse processo se deu livre de privações das necessidades básicas, como as de água, alimento e moradia.



Vida longa e saudável (longevidade)

Ter uma vida longa e saudável é fundamental para a vida plena. A promoção do desenvolvimento humano requer que sejam ampliadas as oportunidades que as pessoas têm de evitar a morte prematura, e de garantir a elas um ambiente saudável, com acesso à saúde de qualidade, para que possam atingir o padrão mais elevado possível de saúde física e mental.



Acesso ao conhecimento (educação)

O acesso ao conhecimento é um determinante crítico para o bem-estar e é essencial para o exercício das liberdades individuais, da autonomia e autoestima. A educação é fundamental para expandir as habilidades das pessoas para que elas possam decidir sobre seu futuro. Educação constrói confiança, confere dignidade e amplia os horizontes e as perspectivas de vida.



Padrão de vida (renda)

A renda é essencial para acessarmos necessidades básicas como água, comida e abrigo, mas também para podermos transcender essas necessidades rumo a uma vida de escolhas genuínas e exercício de liberdades. A renda é um meio para uma série de fins, possibilita nossa opção por alternativas disponíveis e sua ausência pode limitar as oportunidades de vida.



Adaptando o IDH

A adaptação do IDH para níveis subnacionais tem sido praticada em diversos países, com vistas a adaptar a metodologia do IDH Global ao contexto nacional. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento encoraja os países a desenharem IDHs nacionais que utilizem indicadores mais adequados às suas necessidades. Os países são convidados a inovar, substituir ou adicionar novas dimensões aos componentes apresentados no IDH global para IDHs subnacionais. Já foram alterados indicadores específicos do IDH ou criadas novas dimensões para o IDH, tais como liberdade política, meio ambiente, segurança e trabalho, entre outras. Gâmbia, Argentina, China, Índia, África do Sul e Letônia estão entre os países que adaptam o IDH. No Brasil, essa adaptação é feita desde 1998.



O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL

Em 2013, o PNUD Brasil, o IPEA e a Fundação João Pinheiro assumiram o desafio de adaptar a metodologia do IDH global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros a partir de dados do Censo Demográfico de 2010. Também recalculou-se o IDHM, a partir da metodologia adotada, para os anos de 1991 e 2000, por meio de uma minuciosa compatibilização das áreas municipais entre 1991, 2000 e 2010 para levar em

conta as divisões administrativas ocorridas no período e permitir a comparabilidade temporal e espacial entre os municípios. O desafio já havia sido enfrentado nas edições do Atlas de 1998 e 2003.

O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH global – saúde, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Assim, o IDHM – incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda – conta um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira.

O IDHM é acompanhado por mais de 200 indicadores socioeconômicos que dão suporte à sua análise e ampliam a compreensão dos fenômenos e dinâmicas voltados ao desenvolvimento municipal. O IDHM e os indicadores de suporte ficam reunidos no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

IDH GLOBAL

No Relatório de Desenvolvimento Humano Global de 2013, O PNUD apresentou o IDH de 187 países e territórios. A metodologia aplicada em 2013 para o IDH global compreende quatro variáveis:



Na saúde

A variável é a esperança de vida ao nascer.



Na renda

A variável é a Renda Nacional Bruta *per capita*.



Na educação

É a combinação de duas variáveis – média de anos de estudo da população com 25 anos ou mais e expectativa de anos de estudo.



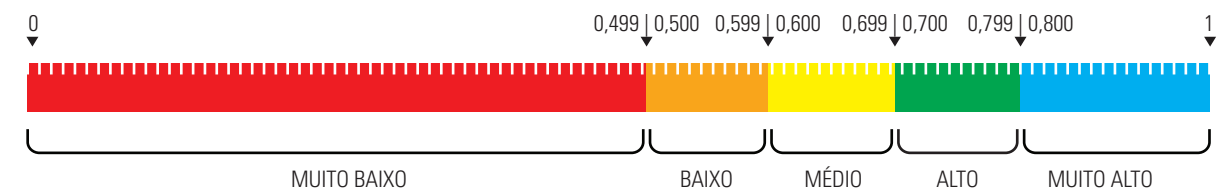
No IDH Global do RDH 2013

As três dimensões têm o mesmo peso, as médias são geométricas, e as faixas de desenvolvimento humano dos países são definidas ano a ano, a depender dos IDHs observados, e divididas entre baixo, médio, alto e muito alto desenvolvimento humano.

Como ler o IDHM 2013

O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município.

Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal



HISTÓRICO DO IDHM

Em 1998, o Brasil foi um dos países pioneiros ao adaptar e calcular um IDH subnacional para todos os municípios brasileiros, com dados do Censo Demográfico, criando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em 2003, uma nova edição trouxe a série histórica de 1991 e 2000 para todo o país.

O IDHM foi amplamente divulgado e utilizado por gestores, tomadores de decisão, formuladores de políticas e iniciativas voltadas ao desenvolvimento humano, nos setores público e privado. O índice é hoje uma referência nacional para a sociedade brasileira. É um dos casos de maior sucesso em todo o mundo na aplicação e disseminação do IDH no nível subnacional.

POR QUE O IDHM É IMPORTANTE



Contraponto ao PIB

O IDHM populariza o conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas, e não a visão de que desenvolvimento se limita a crescimento econômico.



Comparação entre municípios

Ao sintetizar uma realidade complexa em um único número, o IDHM e seus três componentes viabilizam a comparação entre os municípios brasileiros ao longo do tempo.



Estímulo a melhoria

O ranking do IDHM estimula formuladores e implementadores de políticas públicas no nível municipal a priorizar a melhoria da vida das pessoas em suas ações e decisões.

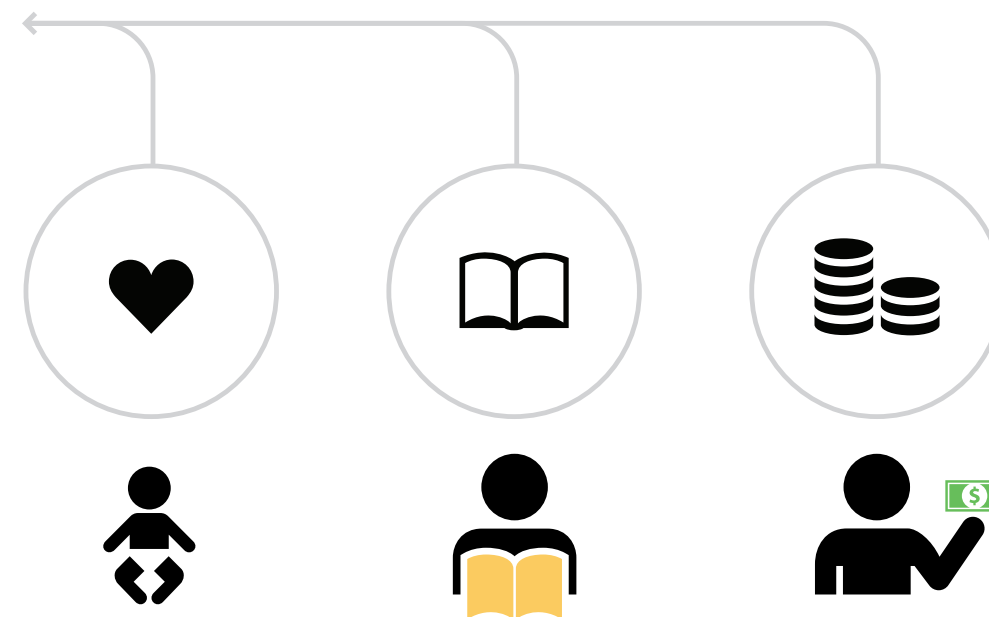
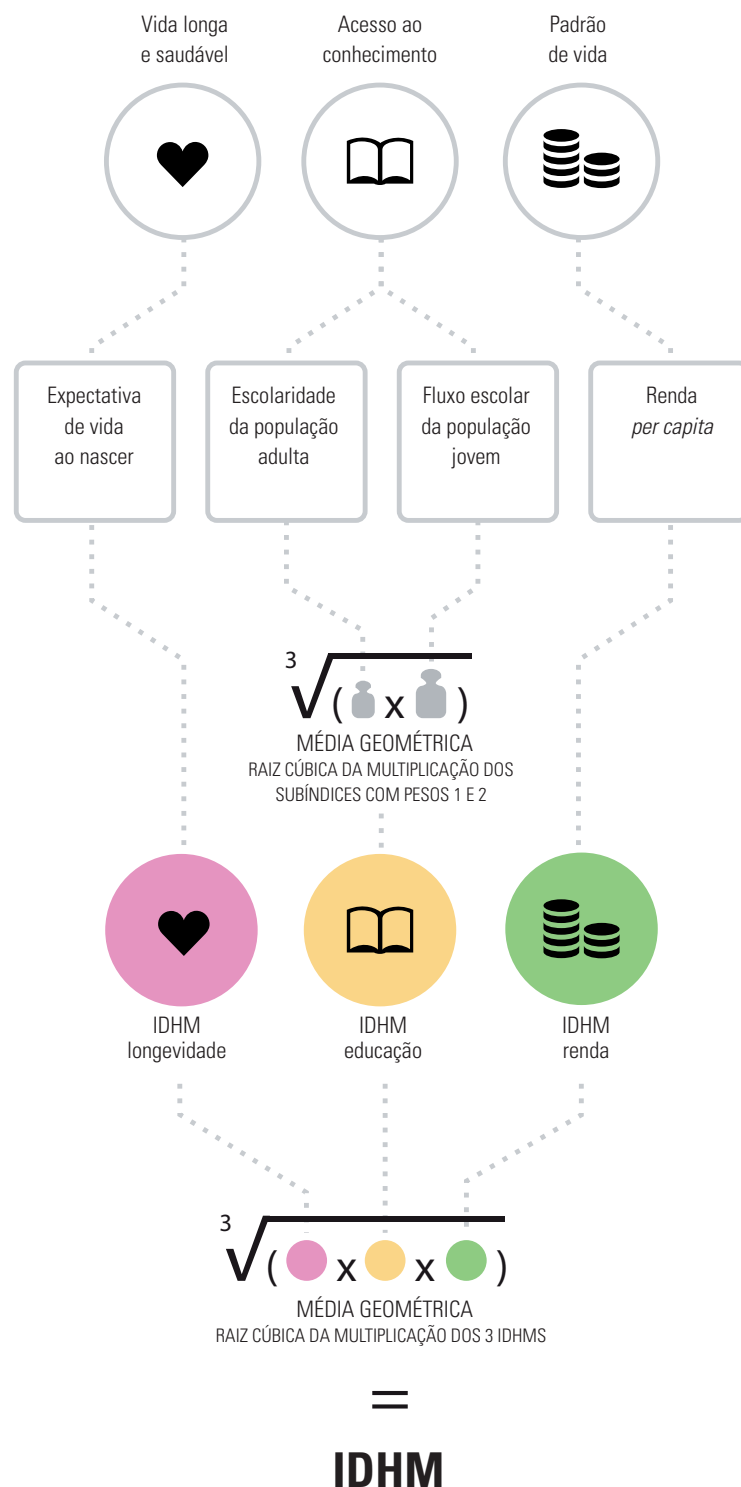
Como é calculado o IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM – apresentado no Atlas 2013 possui uma nova metodologia. Embora versões anteriores (Atlas 1998 e Atlas 2003) já apresentassem dados para os anos de 1991 e 2000, toda a base de dados do novo Atlas Brasil 2013 foi recalculada para esses anos, em razão da adaptação metodológica. Por esse motivo, toda comparação entre anos, indicadores e municípios deve ser realizada dentro da plataforma do Atlas Brasil 2013.

Embora inspirado pelo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – global, o IDHM possui ajustes para melhor se adequar à realidade brasileira, adaptando-se às bases de dados do Censo e às características inatas aos municípios. Por isso, não é possível realizar qualquer tipo de comparação entre o IDHM de um município e o IDH de um país, por exemplo.

A construção da metodologia de cálculo do IDHM teve como objetivo adequar a metodologia do IDH global para:

- Ajustar a metodologia ao contexto brasileiro, buscando indicadores mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores – os municípios
- Adaptar a metodologia do IDH global aos indicadores disponíveis nos Censos Demográficos brasileiros, de forma a garantir mesma fonte de dados e comparabilidade entre todos os municípios brasileiros



Vida longa e saudável

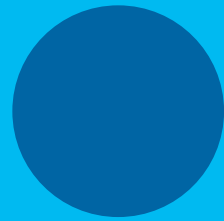
É medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto, a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE. Esse indicador mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida em determinado município viveria a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade.

Acesso a conhecimento

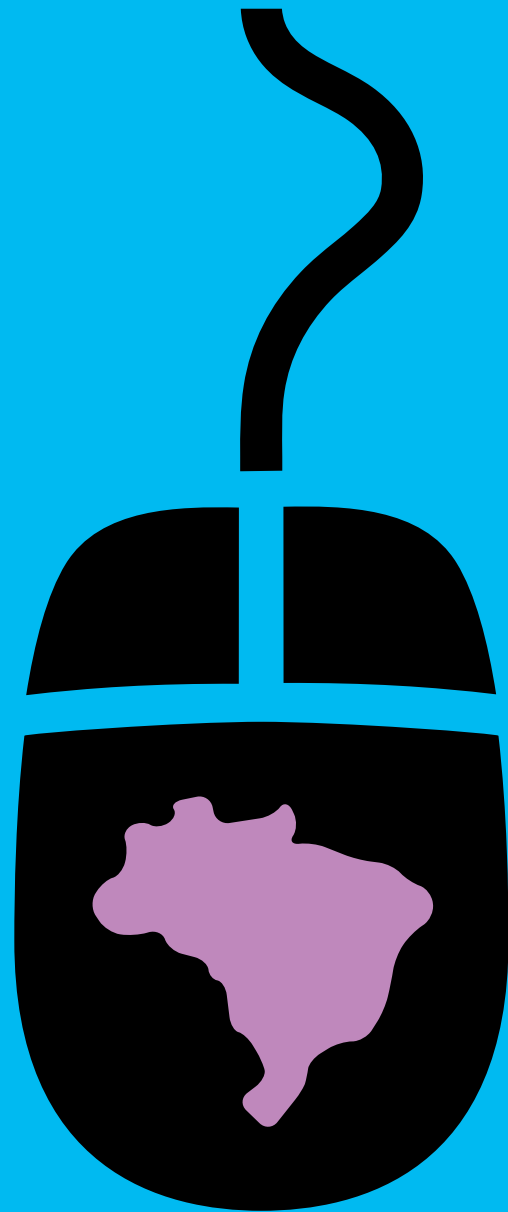
É medido por meio de dois indicadores. A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo e tem peso 1. O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo; e tem peso 2. A medida acompanha a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação. Isso facilitará aos gestores identificar se crianças e jovens estão nas séries adequadas nas idades certas. A média geométrica desses dois componentes resulta no IDHM Educação. Os dados são dos Censos Demográficos do IBGE.

Padrão de vida

É medido pela renda municipal *per capita*, ou seja, a renda média dos residentes de determinado município. É a soma da renda de todos os residentes, dividida pelo número de pessoas que moram no município – inclusive crianças e pessoas sem registro de renda. Os dados são dos Censos Demográficos do IBGE.



A FERRAMENTA





O **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013** é uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM – de 5.565 municípios brasileiros, e a mais de 200 indicadores de população, educação, habitação, saúde, trabalho, renda e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Concebido como uma ferramenta simples e amigável de disponibilização de informações, o **Atlas Brasil 2013** facilita o manuseio de dados e estimula análises. A ferramenta oferece um panorama do desenvolvimento humano dos municípios e a desigualdade entre eles em vários aspectos do bem-estar. Sua relevância vem justamente da capacidade de fornecer informações sobre a unidade político-administrativa mais próxima do cotidiano dos cidadãos: o município.

Os municípios brasileiros são peças importantes de um complexo mosaico, com inúmeros desafios, mas também enormes oportunidades. São mais de 5 mil territórios férteis em criatividade e experiências na busca por soluções inovadoras para o desenvolvimento local. Ao proporcionar um olhar mais próximo sobre os municípios brasileiros, o **Atlas Brasil 2013** orienta caminhos e provoca a reflexão sobre os rumos do desenvolvimento humano no país.

Para que um Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil?

O objetivo do **Atlas Brasil 2013** é instrumentalizar a sociedade. A democratização de informações no âmbito municipal contribui para o fortalecimento das capacidades locais, o aprimoramento da gestão pública e o empoderamento dos cidadãos brasileiros por meio da ampliação do conhecimento sobre a sua realidade.

O Atlas colabora na consolidação de um diálogo informado e embasado sobre desenvolvimento a partir de uma referência utilizada internacionalmente – o Índice de Desenvolvimento Humano. É um instrumento de estímulo ao uso de dados socioeconômicos para a análise da nossa sociedade.

O Atlas confere transparência aos processos de desenvolvimento em importantes temas sociais. O retrato fornecido pela ferramenta ajuda no acompanhamento dos caminhos trilhados pelos municípios brasileiros nos últimos 20 anos e ainda permite realizar análises para melhor traçar o futuro.

Para quem é o Atlas Brasil 2013?

Os **gestores das políticas federais e estaduais** encontram no Atlas uma forma concisa de identificar regiões de potencial intervenção de programas, políticas setoriais e territoriais, e ações específicas.

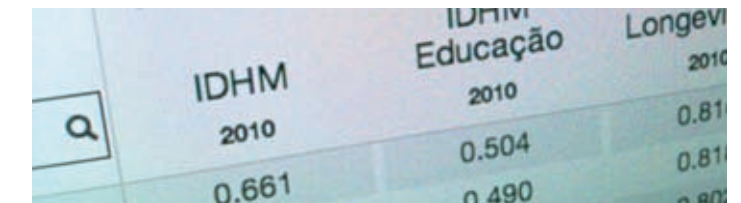
O Atlas fornece aos **atores municipais – tanto à administração pública quanto à sociedade civil local** – um apoio ao diagnóstico dos principais desafios municipais, instrumentalizando o gestor e ampliando o espaço participativo da sociedade.

A análise comparativa das conjunturas municipais e sua evolução ao longo dos anos por meio de indicadores selecionados contribuem para o estudo das políticas públicas por **pesquisadores**, ao identificar programas e experiências bem-sucedidas e replicáveis, bem como o mapeamento de desafios e oportunidades territoriais.

O Atlas orienta a **sociedade civil e o setor privado** em suas ações voltadas ao desenvolvimento brasileiro, incluindo a alocação de recursos e a definição do público-alvo de suas iniciativas.

Finalmente, o acesso a informações claras e concisas estimula a participação social, tornando os **cidadãos brasileiros** cada vez mais protagonistas de sua própria realidade e de seu futuro.

O ATLAS BRASIL 2013



Consulta ao IDHM e seus componentes, Longevidade, Educação e Renda



Consulta a mais de 200 indicadores



Plataforma online, gratuita e amigável



Relatórios resumidos dos municípios



Construção e metodologia detalhadas



O processo de construção do atlas



Reunião das equipes do PNUD Brasil, IPEA e Fundação João Pinheiro para definição de metas e estratégias para o Atlas 2013



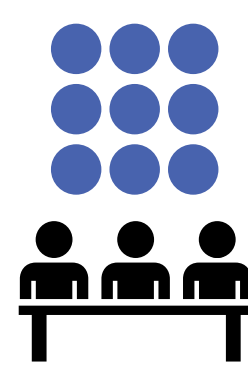
Estudos sobre Desenvolvimento Humano, IDH e IDHM

- Evolução do conceito de Desenvolvimento Humano
- Alterações metodológicas IDH global
- Uso do IDHM pelo Brasil



Mais de 40 especialistas brasileiros nas oficinas metodológicas de adaptação do IDH para o IDHM

- Transparência às decisões
- Validação/apropriação nacional
- Criação de "novos indicadores"



Escolha de indicadores de diversos temas que retratem o desenvolvimento humano municipal para além do IDHM

- Compatibilização do Censo 2010 com Censos 2000 e 1991
- Revisão de termos e linguagem
- Testes das mais de 180 variáveis



Compatibilização das áreas municipais brasileiras para o retrato do Brasil nas duas últimas décadas

MUNICÍPIOS	1991	2000	2010
	4.491	5.507	5.565

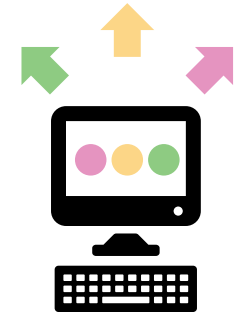


Extração dos dados dos Censos Demográficos brasileiros junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

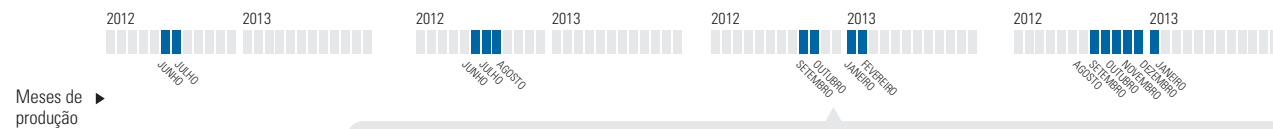
- Criação de algoritmos
- Realização de testes
- Análise da robustez dos dados



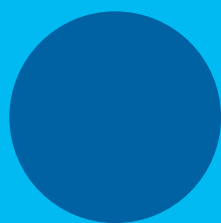
Construção de plataforma online para disponibilização das informações de forma amigável



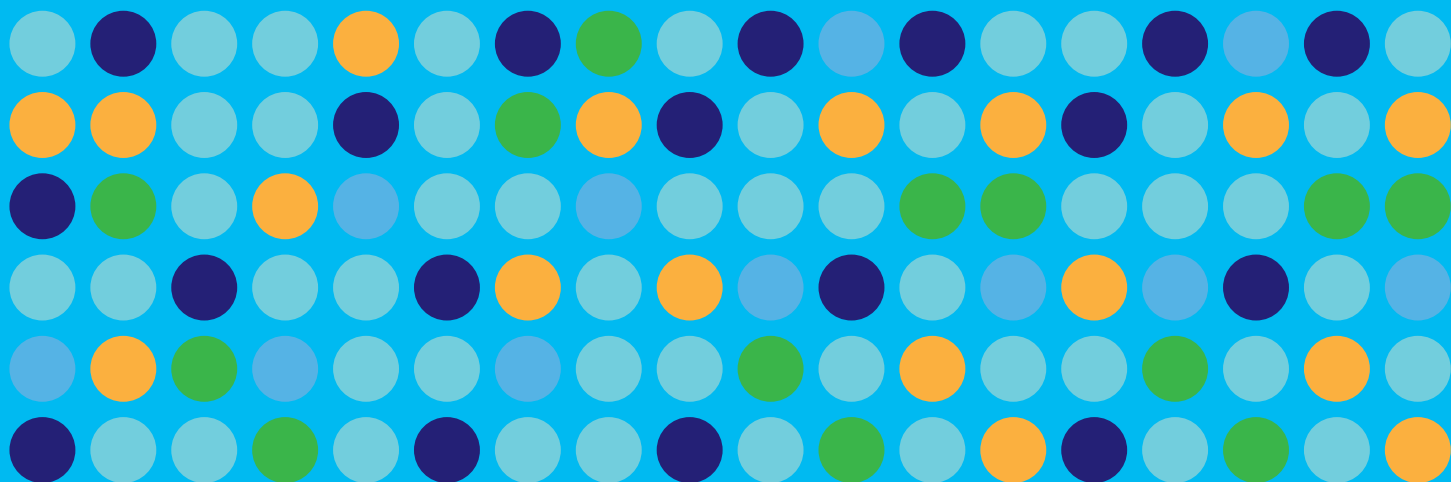
Ampla disseminação da plataforma e do retrato dos municípios brasileiros para a sociedade brasileira



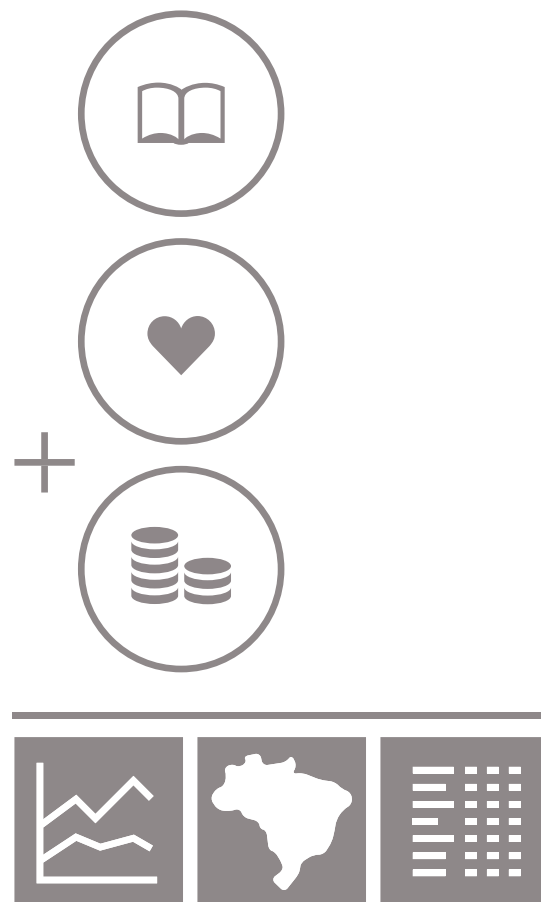
Oficinas de discussão metodológica



OS RESULTADOS



Apresentação



Neste capítulo são apresentados os principais resultados trazidos pelo novo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para o Brasil e para os municípios brasileiros.

Faz-se uma análise geral dos resultados do IDHM, bem como das dimensões que o compõem: longevidade, educação e renda. São destacados os resultados dos indicadores ao longo dos anos, para os quais o novo IDHM foi calculado, bem como o desempenho absoluto e relativo do país e dos municípios.

Para apresentação dos resultados são utilizadas tabelas, figuras, mapas e gráficos. As tabelas apresentam os valores dos indicadores ao longo dos anos. Os gráficos trazem a distribuição de frequência a partir da curva de quantis¹ e está padronizado ao longo de todo o texto - o eixo horizontal representa quantidades de municípios por meio de frações de municípios (os quantis), e o eixo vertical representa o valor do indicador com a variação de 0 a 1.

As figuras e mapas também estão padronizados e são apresentados por: (1) faixa de Desenvolvimento Humano Municipal²; (2) evolução do IDHM dos municípios em comparação com a média de crescimento brasileira; (3) fração de municípios por nível de desenvolvimento humano e macrorregião³; e (4) fração de municípios por evolução do IDHM e macrorregião⁴.

As análises apresentam as informações do Brasil e, em seguida, avaliam os resultados dos municípios, tanto para o IDHM geral, como para cada um de seus componentes: IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda.

1. O gráfico possui duas dimensões, em que a posição e a inclinação das linhas indicam a evolução, amplitude e os níveis de desigualdade entre os municípios brasileiros. Mas tem a limitação de as distribuições para diferentes momentos no tempo não distinguem a quem pertencem os valores e, com isso, não destaca a mobilidade e as alterações no ranking.
2. Os municípios brasileiros são agrupados em "Muito Baixo" (de 0 a 0,499), "Baixo" (de 0,500 a 0,599), "Médio" (de 0,600 a 0,699), "Alto" (de 0,700 a 0,799) e "Muito Alto" (0,800 a 0,899) Desenvolvimento Humano Municipal.
3. Os municípios brasileiros são agrupados em quintos de acordo com o valor do IDHM e são apresentados os destaques para cada uma das cinco macrorregiões brasileiras.
4. Os municípios brasileiros são agrupados em quintos de acordo com o crescimento no valor absoluto do IDHM e são apresentados os destaques para cada uma das cinco macrorregiões brasileiras.




No Brasil

O IDHM encontrado para o Brasil, em 2010, é de 0,727¹. De acordo com as faixas de desenvolvimento humano municipal adotadas pelo Atlas Brasil 2013, o Brasil como um todo se encontra na faixa de Alto Desenvolvimento Humano, melhorando sua classificação em relação aos anos anteriores, quando figurava como Médio Desenvolvimento Humano, em 2000, e de Muito Baixo Desenvolvimento Humano, em 1991.

1. O IDHM do Brasil é calculado a partir da nova metodologia do IDHM com os dados dos Censos Demográficos para o Brasil inteiro.

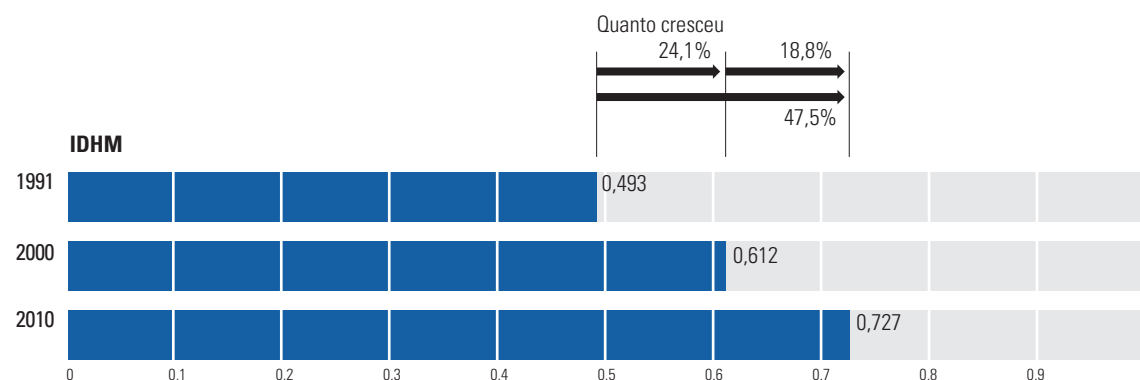
Nas últimas décadas, o Brasil evoluiu de 0,493, em 1991, para 0,612, em 2000, até atingir o valor atual de 0,727. Dessa forma, o país apresenta uma evolução de 0,119, entre 1991 e 2000, e de 0,115, entre 2000 e 2010, crescendo ao todo 0,234, entre 1991 e 2010. Em termos percentuais, seu desempenho foi de 24,1%, entre 1991 e 2000, e de 18,8%, entre 2000 e 2010, correspondendo a um crescimento relativo total de 47,5% no período.

TABELA 1: IDHM DO BRASIL - 1991, 2000 E 2010

DIMENSÃO ÍNDICES E INDICADORES		1991	2000	2010
	IDHM	0,493	0,612	0,727
 Longevidade	IDHM Longevidade	0,662	0,727	0,816
	Esperança de vida ao nascer (anos)	64,7	68,6	73,9
 Educação	IDHM Educação	0,279	0,456	0,637
	Subíndice: Escolaridade da população adulta	0,301	0,398	0,549
	População com 18 anos de idade ou mais que concluiu o ensino fundamental (%)	30,1	39,8	54,9
	Subíndice: Fluxo escolar da população jovem	0,268	0,488	0,686
	População de 5 a 6 anos de idade frequentando a escola (%)	37,3	71,5	91,1
	População de 11 a 13 anos de idade frequentando os anos finais do ensino fundamental*(%)	36,8	59,1	84,9
 Renda	IDHM Renda	0,647	0,692	0,739
	Renda mensal per capita (R\$)	447,56	592,46	793,87
	População de 15 a 17 anos de idade com o ensino fundamental completo (%)	20,0	39,7	57,2
	População de 18 a 20 anos de idade com o ensino médio completo (%)	13,0	24,8	41,0

*Anos finais: 6º ao 9º ano do ensino fundamental Fonte: IPEA, PNUD e FJP

GRÁFICO 1: CRESCIMENTO DO IDHM NO BRASIL



A dimensão que apresenta o maior crescimento absoluto entre 1991 e 2010 foi o IDHM Educação, com 0,358. Para o período de 1991 a 2000, o IDHM Educação se destaca com um crescimento de 0,177, e, para o período de 2000 a 2010, apresenta uma evolução de 0,181.

Em termos percentuais, o indicador que apresenta o melhor desempenho para o período de 1991 a 2010 é, também, o IDHM Educação, com uma evolução de 128,3% para o período, tendo crescido 63,4%, entre 1991 a 2000, e 39,7%, entre 2000 e 2010.

A tabela 1 apresenta cada subcomponente do IDHM e respectivos indicadores que os compõem, para os anos de 1991, 2000 e 2010.

CRESCIMENTO DO IDHM

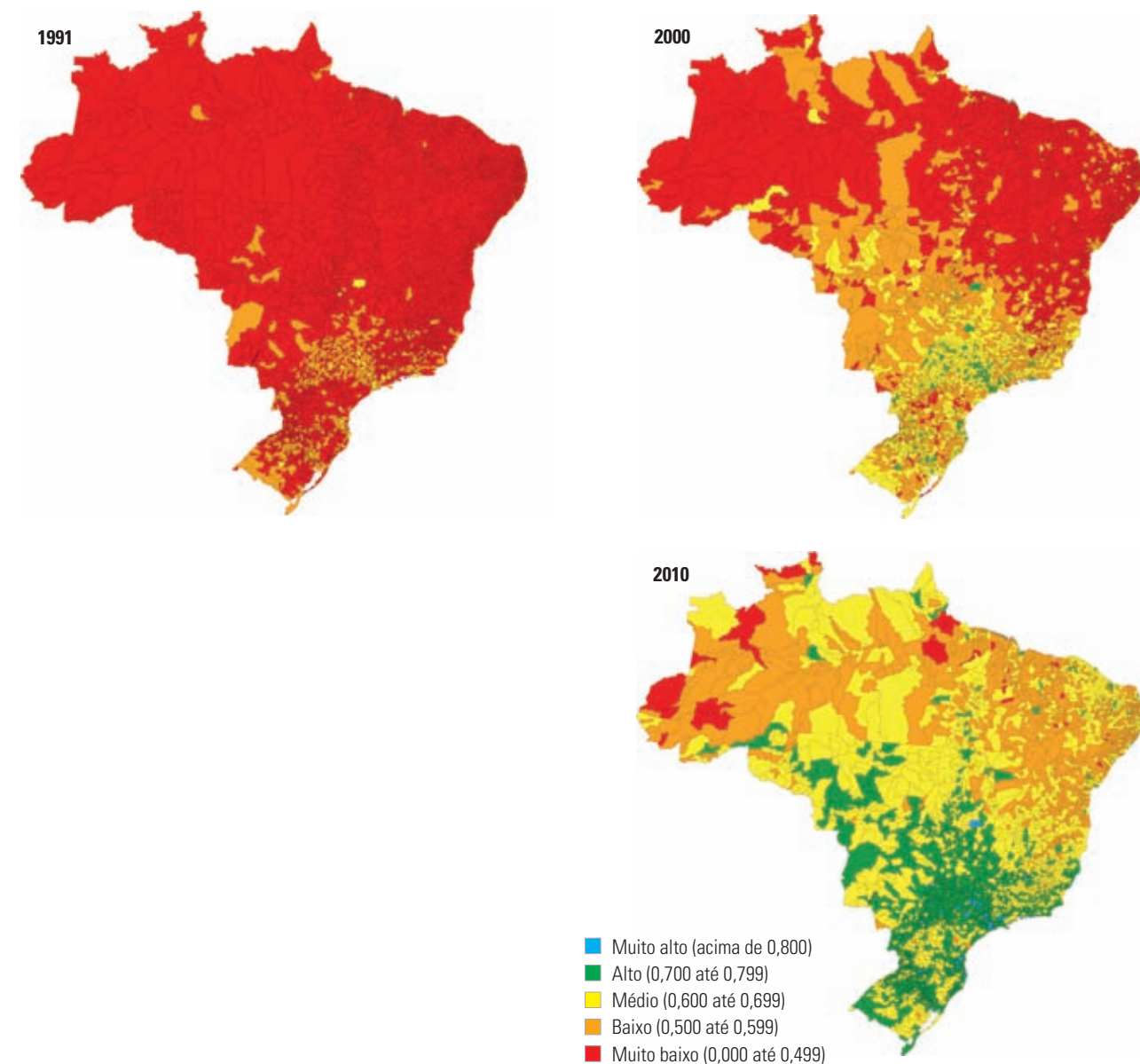
Crescimento absoluto

Também conhecido como evolução, é medido pela diferença nos valores dos indicadores nos períodos observados e remete à variação do indicador, em termos absolutos, num determinado período.

Crescimento relativo

Também conhecido como desempenho, é medido pela razão entre os indicadores nos períodos observados e corresponde à variação percentual do indicador no período analisado.

MAPA 1: IDHM DO BRASIL - 1991, 2000 E 2010



Nos municípios

O mapa 1 apresenta o IDHM dos municípios brasileiros em 1991, 2000 e 2010. É possível observar que a grande maioria dos municípios brasileiros que possuem IDHM elevados se encontram na região centro-sul do país. Por outro lado, as regiões Norte e Nordeste concentram os municípios que apresentam Muito Baixo Desenvolvimento Humano e a maioria dos municípios que possuem Baixo Desenvolvimento Humano.

A tabela 2, ilustrada pelo gráfico 1, traz a evolução, entre 1991 e 2010, da classificação dos municípios brasileiros para as faixas de desenvolvimento humano propostas pelo Atlas Brasil 2013, as quais variam de Muito Baixo Desenvolvimento

Humano (IDHM inferior a 0,500) a Muito Alto Desenvolvimento Humano (IDHM igual ou superior a 0,800).

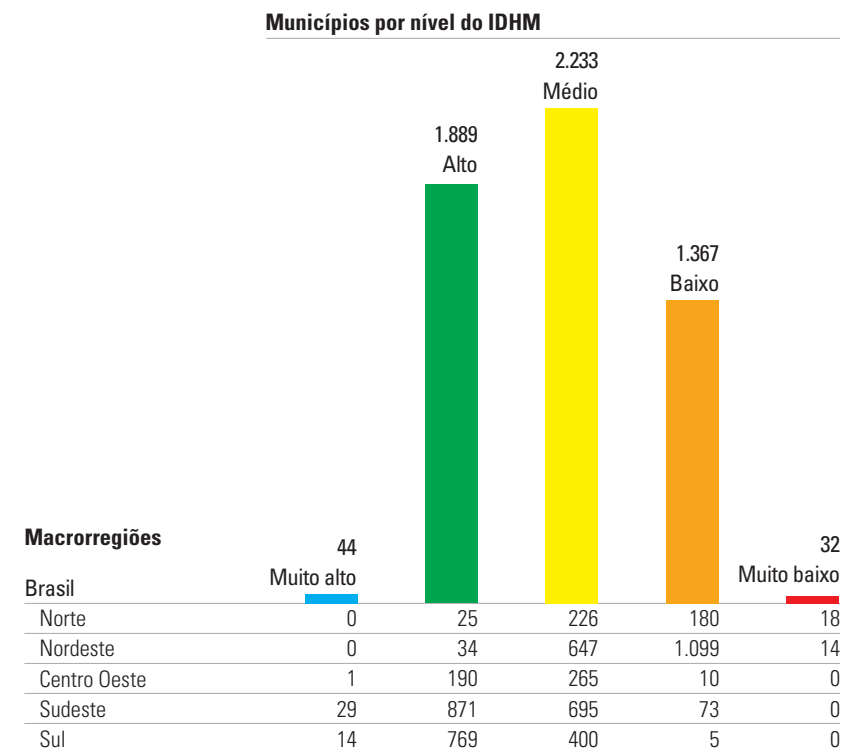
Enquanto, em 1991, mais de 85% dos municípios encontravam-se na faixa de Muito Baixo Desenvolvimento Humano e, em 2000, pouco mais que 70% deles encontravam-se nas faixas de Baixo e Muito Baixo Desenvolvimento Humano, em 2010, apenas um quarto (25%) dos municípios brasileiros encontrava-se nessas faixas e mais de 70% deles já figuravam nas faixas de Médio e Alto Desenvolvimento Humano, o que ilustra os avanços do desenvolvimento humano no país nas últimas duas décadas.

TABELA 2 | GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS FAIXAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL - 1991, 2000 E 2010

Desenvolvimento Humano	1991		2000		2010	
	Nº de municípios	%	Nº de municípios	%	Nº de municípios	%
Muito alto	0	0,0	1	0,0	44	0,8
Alto	0	0,0	133	2,4	1.889	33,9
Médio	43	0,8	1.451	26,1	2.233	40,1
Baixo	745	13,4	1.652	29,7	1.367	24,6
Muito baixo	4.777	85,8	2.328	41,8	32	0,6



TABELA 3: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS POR MACRORREGIÃO E CLASSIFICAÇÃO DO IDHM PARA 2010



Fonte: IPEA, PNUD e FJP

A tabela 3 apresenta o número de municípios em cada uma das macrorregiões brasileiras por classificação do IDHM de 2010.

Embora a Região Sudeste tenha o maior número de municípios nas faixas de Alto e Muito Alto Desenvolvimento Humano, a Região Sul é aquela que apresenta a maior concentração relativa de municípios classificados como de Alto Desenvolvimento Humano (65% de seus municípios encontram-se nessa faixa), seguida da Região Sudeste (com 52%). Nessas regiões e na Região Centro-Oeste, nenhum município, em 2010, figurava entre aqueles de Muito Baixo Desenvolvimento Humano. A maioria dos municípios no Centro-Oeste (57%) e Norte (50%) estão na faixa de Médio Desenvolvimento Humano.

Por outro lado, nas regiões Norte e Nordeste, nenhum município apresenta-se como tendo Muito Alto Desenvolvimento Humano, o que demonstra a persistência, no país, de desigualdades regionais expressivas. Com efeito, na Região Nordeste, 61% dos municípios encontram-se na faixa de Baixo Desenvolvimento Humano, enquanto, na Região Norte, os municípios nessa faixa representam 40%.

A tabela 4 apresenta os melhores e piores IDHM do Brasil e regiões, bem como o município com maior incremento na década 2000-2010.

Nas sessões seguintes, é apresentada uma análise da evolução e desempenho dos três indicadores que compõem o IDHM: IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda.

TABELA 4: DESTAQUES DO IDHM 2010

	Município	IDHM
Brasil		
Maior IDHM	São Caetano do Sul (SP)	0,862
Menor IDHM	Melgaço (PA)	0,418
Região Norte		
Maior IDHM	Palmas (TO)	0,788
Menor IDHM	Melgaço (PA)	0,418
Região Nordeste		
Maior IDHM	Fernando de Noronha (PE)	0,788
Menor IDHM	Fernando Falcão (MA)	0,443
Região Centro-Oeste		
Maior IDHM	Brasília (DF)	0,824
Menor IDHM	Japorã (MS)	0,526
Região Sudeste		
Maior IDHM	São Caetano do Sul (SP)	0,862
Menor IDHM	São João das Missões (MG)	0,529
Região Sul		
Maior IDHM	Florianópolis (SC)	0,847
Menor IDHM	Doutor Ulysses (PR)	0,546

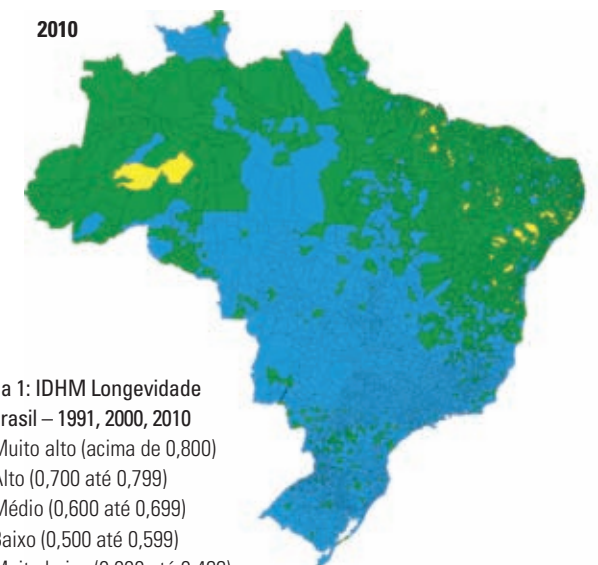
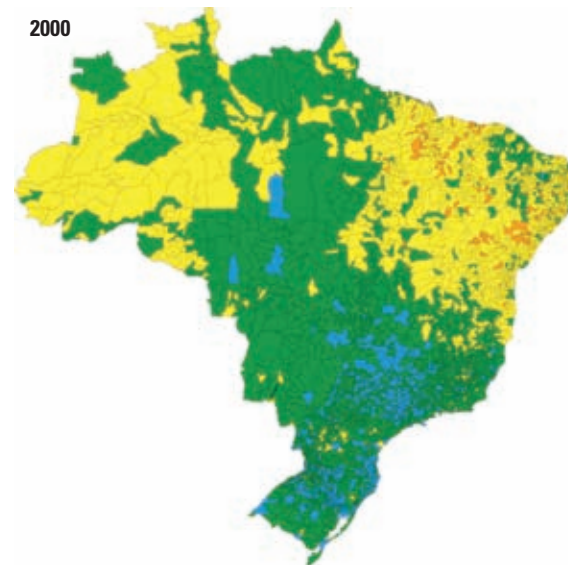
TABELA 5: MAIORES INCREMENTOS

	Município	IDHM
Brasil		
Maior Incremento (00-10)	Mateiros (TO)	0,326
Região Norte		
Maior Incremento (00-10)	Mateiros (TO)	0,326
Região Nordeste		
Maior Incremento (00-10)	Aroeiras do Itaim (PI)	0,311
Região Centro-Oeste		
Maior Incremento (00-10)	Novo Santo Antônio (MT)	0,280
Região Sudeste		
Maior Incremento (00-10)	São João do Pacuí (MG)	0,243
Região Sul		
Maior Incremento (00-10)	Chapadão do Lageado (SC)	0,214



A promoção do desenvolvimento humano requer, em primeiro lugar, que sejam garantidas às pessoas oportunidades reais de viver uma vida longa e saudável. Essas garantias incluem a criação e a manutenção de um ambiente saudável, e o acesso a tratamentos de saúde de qualidade, evitando a exposição a doenças. No IDHM, uma vida longa e saudável é medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto a partir de tábuas de sobrevivência padrão, que consideram informações disponíveis de registros, bem como dos Censos Demográficos.

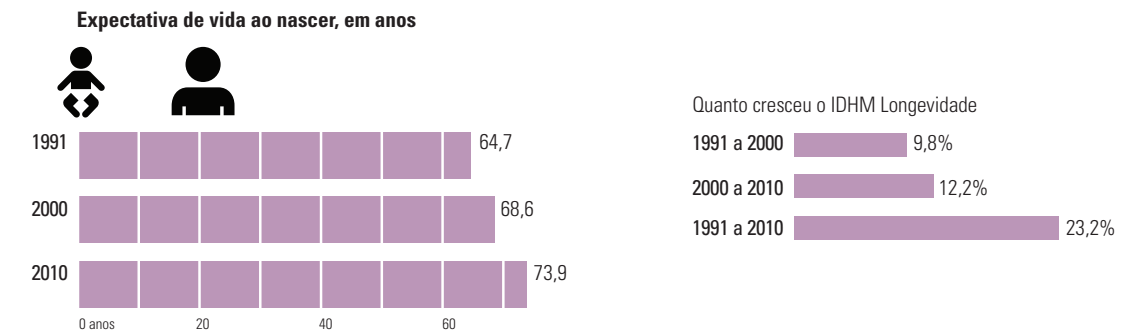
A expectativa de vida ao nascer indica o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, mantidos os padrões verificados no ano de referência. O indicador sintetiza o nível de mortalidade e os riscos de morte que podem atingir a população dos municípios e reflete com bastante aproximação as condições socioeconômicas da população. Também contribui para avaliar a tendência da dinâmica demográfica. O aumento no IDHM Longevidade pode sugerir uma melhoria das condições de vida e de acesso a serviços de saúde da população. No Brasil, também está diretamente associado às substanciais quedas da fecundidade e da mortalidade infantil.



Mapa 1: IDHM Longevidade no Brasil – 1991, 2000, 2010

- Muito alto (acima de 0,800)
- Alto (0,700 até 0,799)
- Médio (0,600 até 0,699)
- Baixo (0,500 até 0,599)
- Muito baixo (0,000 até 0,499)

GRÁFICO 1: CRESCIMENTO DO IDHM LONGEVIDADE NO BRASIL

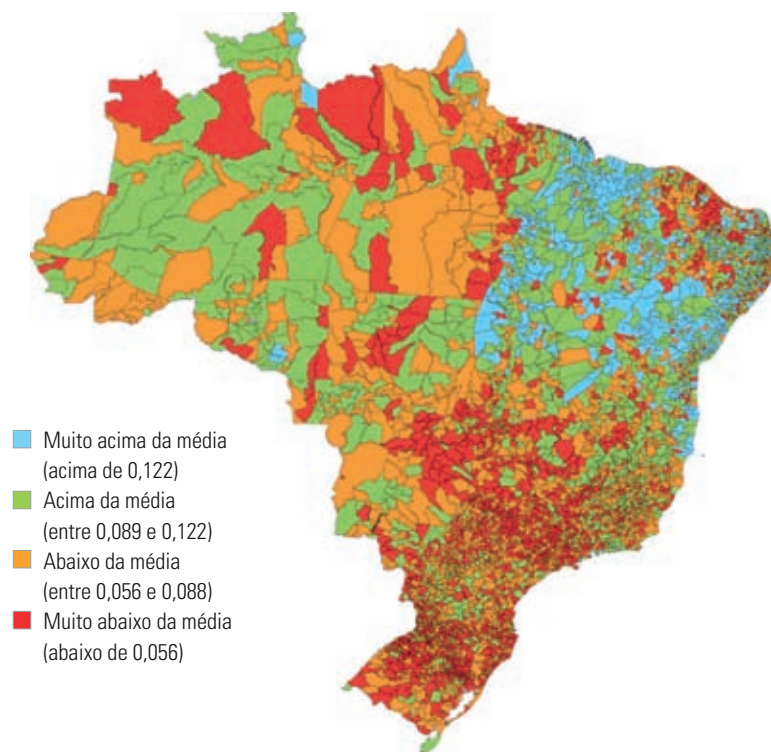


No Brasil

O IDHM Longevidade do Brasil passou de 0,662, em 1991, para 0,727, em 2000, chegando, em 2010, a 0,816. Houve uma variação, em termos absolutos, de 0,154 entre os anos de 1991 a 2010, o que corresponde a um ganho de 9,2 anos na expectativa de vida ao nascer dos brasileiros nos últimos vinte anos. O indicador cresceu mais no período de 2000 a 2010 (0,089), que corresponde a 5,3 anos, do que no período de 1991 a 2000 (0,065), o que equivale a 3,9 anos.

O desempenho relativo, entre 1991 e 2010, teve um aumento de 23,2% no indicador. Observou-se uma variação de 12,2%, entre 2000 e 2010, um valor superior àquela observada entre 1991 e 2000, que foi de 9,8%.

MAPA 2: EVOLUÇÃO DO IDHM LONGEVIDADE A PARTIR DA MÉDIA DE CRESCIMENTO BRASILEIRA PARA 2000 E 2010



1. O desvio padrão (σ) observado para o crescimento absoluto do IDHM Longevidade dos municípios brasileiros entre 2000 e 2010 foi de 0,033.

Nos municípios

O mapa 2 apresenta o IDHM Longevidade para os 5.565 municípios do país, tendo como referência o desvio padrão¹ das variações em torno do crescimento de 0,089, observado para o IDHM Longevidade do Brasil entre 2000 e 2010.

Nela observamos que 1601 municípios, ou 28,8% deles, apresentaram crescimento muito abaixo da média. E 1767, ou 31,7%, o crescimento observado foi abaixo da média. Em outros 1501, ou 27%, o crescimento se deu acima da média. E em apenas 696 municípios, ou 12,5%, o crescimento foi muito acima do crescimento observado para o país.

É possível constatar que os maiores crescimentos do IDHM Longevidade observados para o país se concentram na região Nordeste. Dos 696 municípios que apresentaram crescimento muito acima da média, 619 estão na região Nordeste - destaques para o Estado da Bahia, Maranhão, Paraíba e Piauí. Outros 75 municípios estão localizados na Região Norte, sendo que 68 deles estão no Estado do Tocantins.

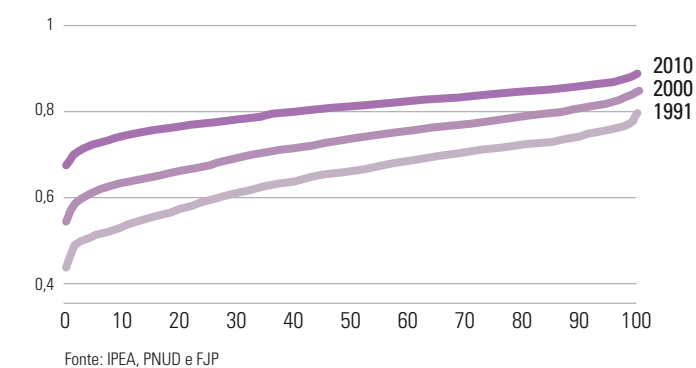
Ao todo, dos 5.565 municípios brasileiros, 2.356, ou 42,3% deles, possuem o IDHM Longevidade superior àquele observado para o país (0,816). Dentre eles, Blumenau (SC), Brusque (SC), Balneário Camboriú (SC) e Rio do Sul (SC) são os municípios brasileiros com o maior IDHM Longevidade (0,894) do país, o que equivale a 78,6 anos de esperança de vida ao nascer.

Por outro lado, o indicador mais baixo foi encontrado em Cacimbas (PB) e Roteiro (AL) (0,672), o que corresponde a 65,3 anos de esperança de vida ao nascer. Olho d'Água Grande (AL) (0,673) e Mataraca (PB) (0,675) completam a relação de municípios com o menor IDHM Longevidade.

O Gráfico 2 apresenta a distribuição do IDHM Longevidade dos municípios brasileiros para 1991, 2000 e 2010. Esse tipo de gráfico usa informação da distribuição do indicador dos 5.565 municípios agrupados por centésimos de municípios, e serve para comparar a distribuição e a desigualdade dos indicadores nos períodos observados.

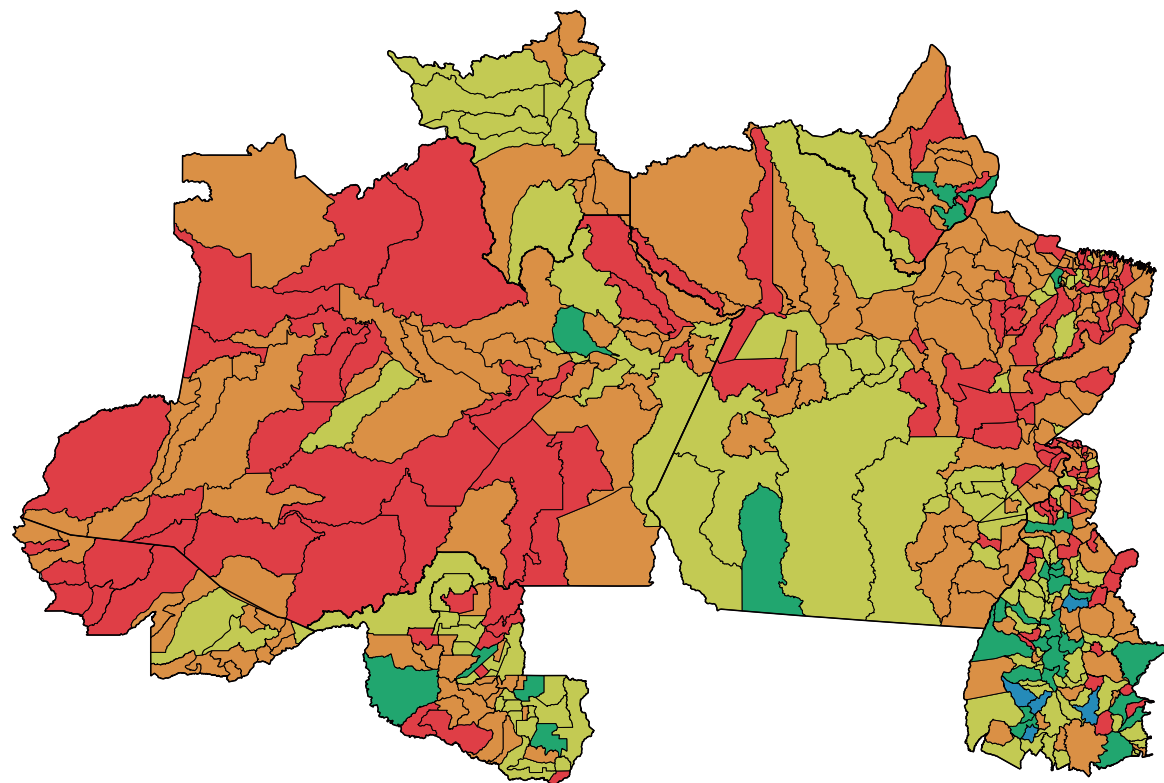
É possível constatar um processo de maior horizontalização da linha com o passar dos anos. Isso indica a redução na desigualdade do IDHM Longevidade entre os municípios brasileiros. Isso está ocorrendo porque de 1991 para 2010 o salto no IDHM Longevidade foi maior nos municípios que possuíam os indicadores mais baixos da distribuição.

GRÁFICO 2: DISTRIBUIÇÃO DO IDHM LONGEVIDADE - 1991/2010



A seguir, faz-se uma análise do IDHM Longevidade dos municípios brasileiros para cada uma das cinco macrorregiões do país. Além de analisar comparativamente o valor do IDHM Longevidade dos municípios para cada macrorregião, a análise apresenta também os municípios que se destacaram em termos de desempenho absoluto (os que mais avançaram no indicador) e desempenho relativo (os que mais avançaram no indicador em termos percentuais).

MAPA 3: IDHM LONGEVIDADE - REGIÃO NORTE - 2010

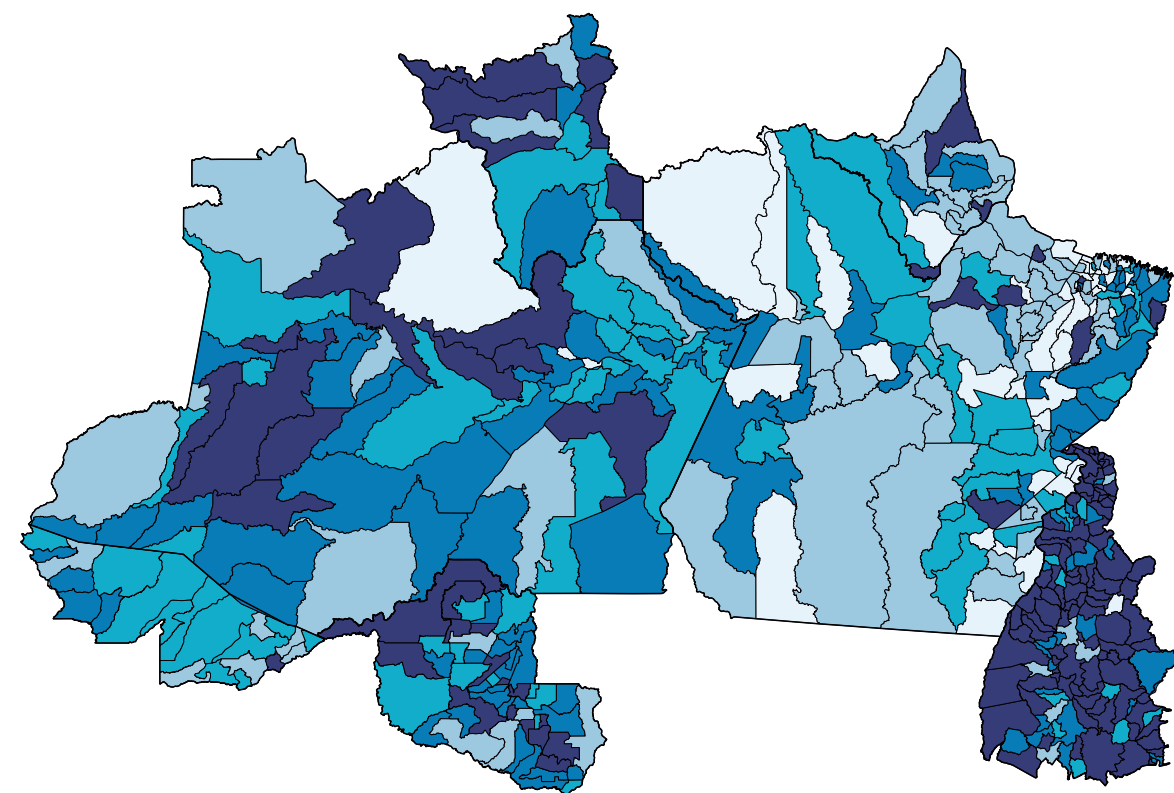


IDHML	FAIXAS	MUNICÍPIOS
1º quinto	0,843 - 0,894	5
2º quinto	0,820 - 0,842	31
3º quinto	0,796 - 0,819	118
4º quinto	0,761 - 0,795	180
5º quinto	0,672 - 0,760	115

Região Norte

Na Região Norte, conforme o mapa 3, apenas cinco municípios estão no grupo com os indicadores do IDHM Longevidade mais elevados e esses cinco municípios pertencem ao Estado do Tocantins. Ao todo, 40% dos municípios dessa macrorregião se encontram no quarto quinto (que representa baixo IDHM Longevidade) e outros 26,3% enquadram-se no terceiro quinto.

MAPA 4: EVOLUÇÃO DO IDHM LONGEVIDADE - REGIÃO NORTE - 2000/2010



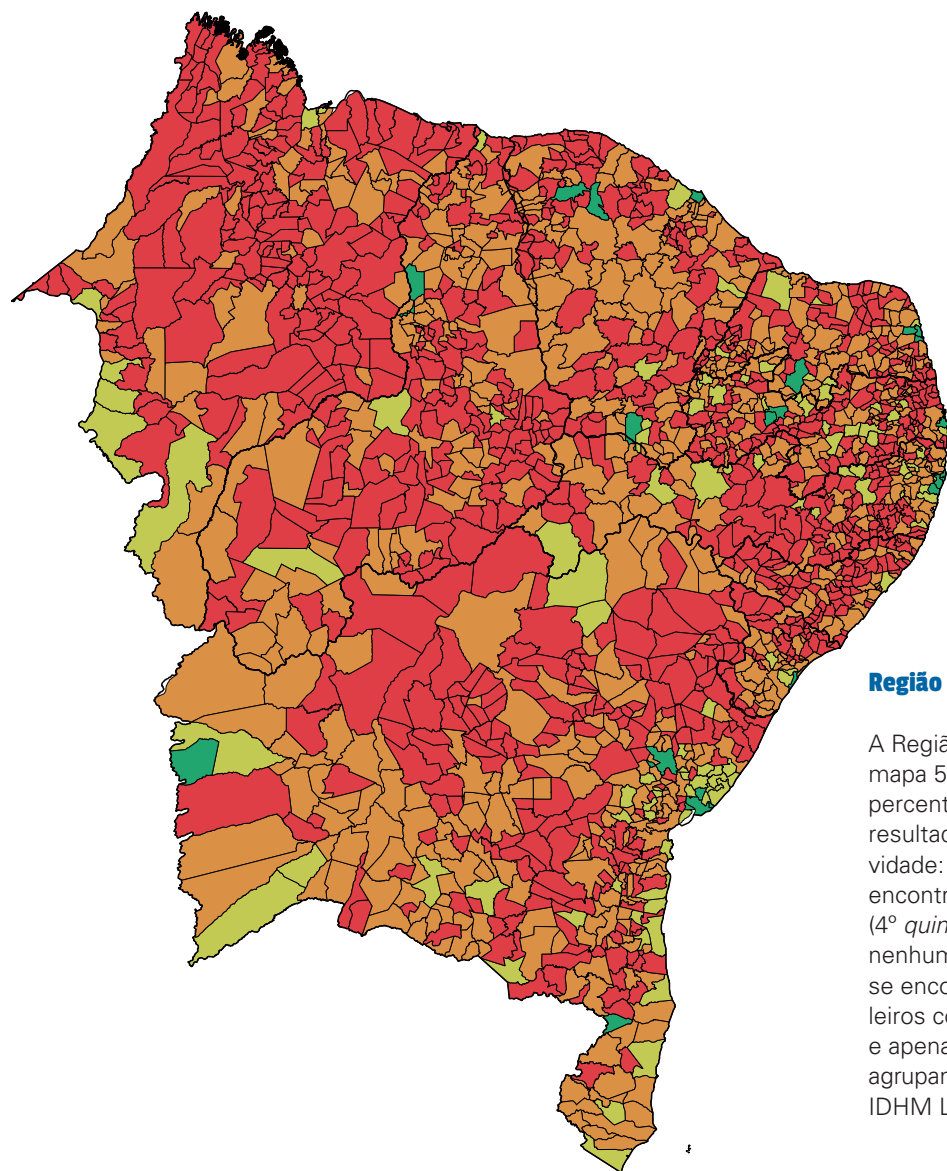
Evolução e Desempenho nos Municípios 2000-2010 - Região Norte

Conforme se pode observar no mapa 4, o Estado do Tocantins é o estado da Região Norte com maior quantidade de municípios com os maiores crescimentos no IDHM Longevidade, em termos absolutos.

No período 2000-2010, os municípios de Silvanópolis (TO) (0,143), São Valério (TO) (0,143), Goianorte (TO) (0,142), São Bento do Tocantins (TO) (0,142) e Dois Irmãos do Tocantins (0,142) foram os que obtiveram os maiores avanços no IDHM Longevidade na Região Norte. Nessa região, todos os municípios que apresentaram os maiores avanços absolutos no IDHM Longevidade pertencem ao Estado do Tocantins.

No que diz respeito ao desempenho relativo do indicador, no período analisado, São Bento do Tocantins (TO) (23,9%), Praia Norte (TO) (23,7%), Esperantina (TO) (23,3%) e Carrasco Bonito (TO) (23,2%) são os municípios que apresentaram os melhores desempenhos. Novamente, observa-se que todos esses municípios pertencem ao Estado do Tocantins.

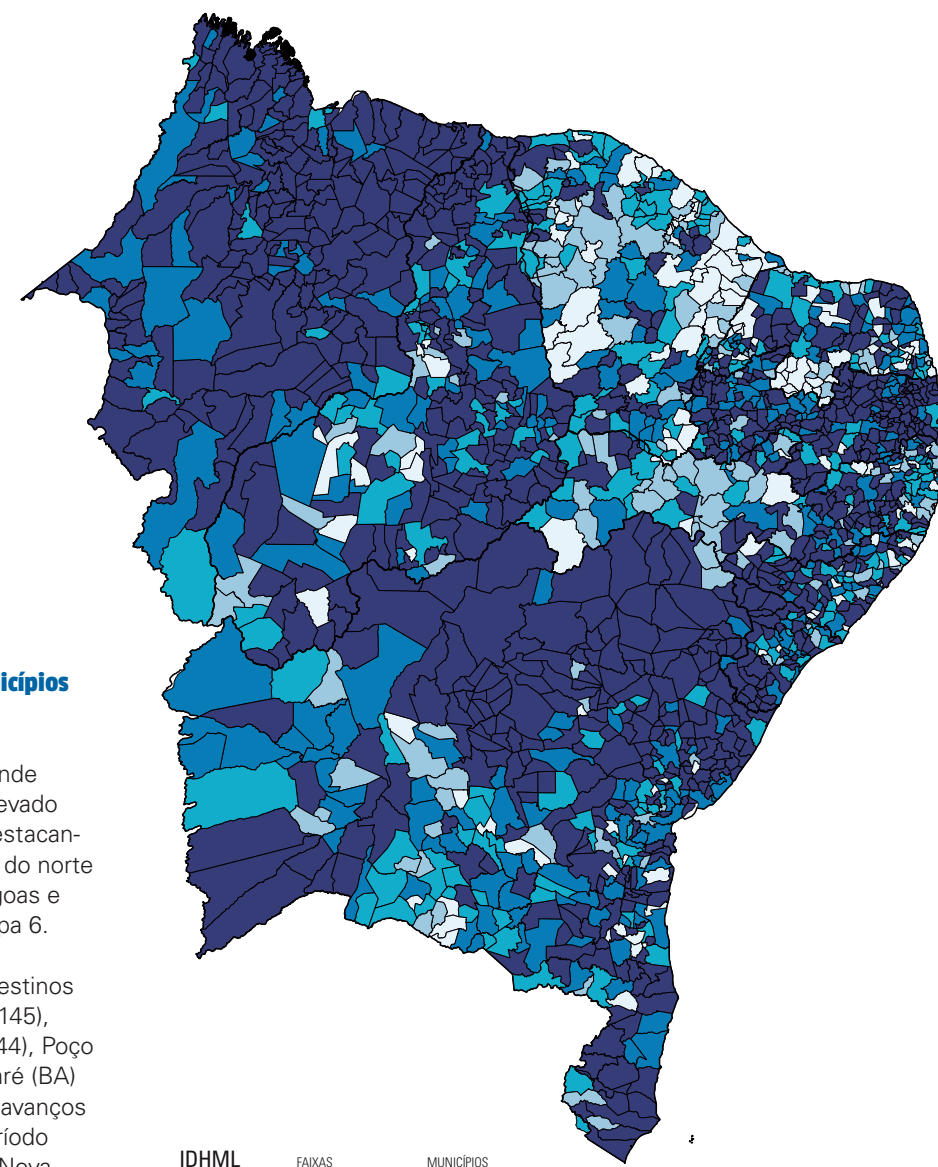
IDHML	FAIXAS	MUNICÍPIOS
1º quinto	0,110 - 0,145	143
2º quinto	0,089 - 0,109	108
3º quinto	0,069 - 0,088	79
4º quinto	0,047 - 0,068	74
5º quinto	0,002 - 0,046	45



Região Nordeste

A Região Nordeste, conforme ilustra a mapa 5, é a região que possui o maior percentual de municípios no quinto de resultados mais baixos do IDHM Longevidade: 54,4% deles. Outros 38,2% se encontram no segundo pior agrupamento (4º *quinto*). Ainda é possível observar que nenhum município da Região Nordeste se encontra dentre os municípios brasileiros com maiores IDHM Longevidade, e apenas 1,4% deles estão no segundo agrupamento dos municípios com maior IDHM Longevidade.

IDHML	FAIXAS	MUNICÍPIOS
1º quinto	0,843 - 0,894	0
2º quinto	0,820 - 0,842	25
3º quinto	0,796 - 0,819	107
4º quinto	0,761 - 0,795	686
5º quinto	0,672 - 0,760	976

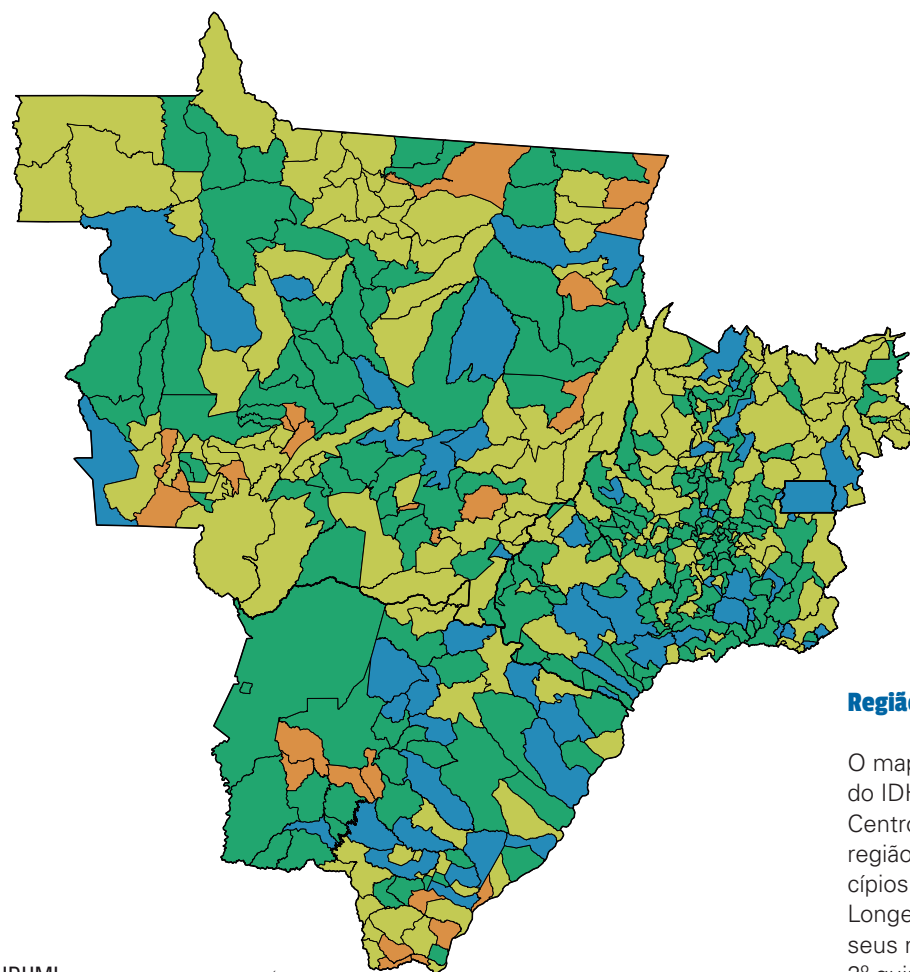


Evolução e Desempenho nos Municípios 2000-2010 - Região Nordeste

A Região Nordeste apresenta grande quantidade de municípios com elevado avanço do IDHM Longevidade, destacando-se em especial, os municípios do norte da Bahia, centro-sul do Piauí, Alagoas e Maranhão, conforme ilustra o mapa 6.

Em particular, os municípios nordestinos de São João da Canabrava (PI) (0,145), São Sebastião do Passé (BA) (0,144), Poço das Trincheiras (AL) (0,144) e Itacaré (BA) (0,144) apresentaram os maiores avanços no IDHM Longevidade, para o período 2000-2010. Por seu turno, Várzea Nova (BA), com 25,9%, Santa Rosa do Piauí (PI), com 25,7%, Junco do Maranhão (MA), com 25,5%, e Senador Alexandre Costa (MA), com 25,3%, constituem os municípios que obtiveram os melhores desempenhos relativos no IDHM Longevidade da Região Nordeste, na década analisada.

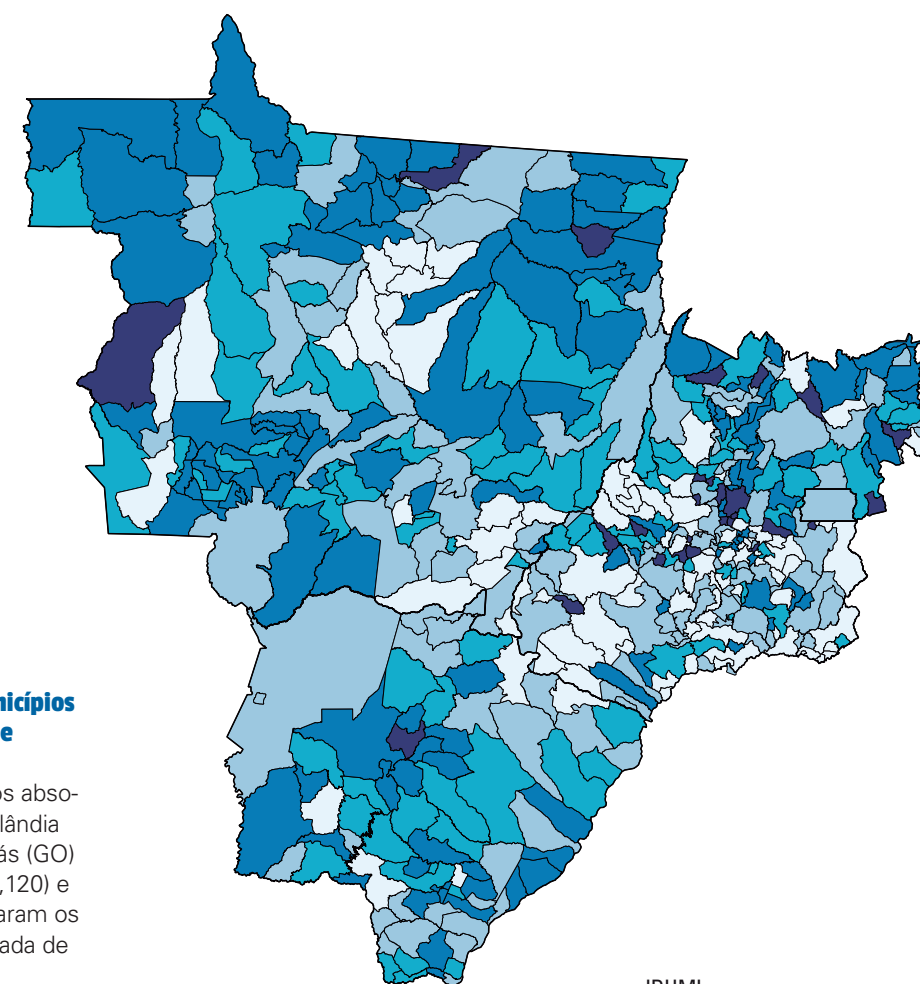
IDHML	FAIXAS	MUNICÍPIOS
1º quinto	0,110 - 0,145	934
2º quinto	0,089 - 0,109	316
3º quinto	0,069 - 0,088	243
4º quinto	0,047 - 0,068	153
5º quinto	0,002 - 0,046	148



IDHML	FAIXAS	MUNICÍPIOS
1º quinto	0,843 - 0,894	56
2º quinto	0,820 - 0,842	197
3º quinto	0,796 - 0,819	188
4º quinto	0,761 - 0,795	25
5º quinto	0,672 - 0,760	0

Região Centro-Oeste

O mapa 7 traz os resultados municipais do IDHM Longevidade para a Região Centro-Oeste. Nenhum município da região encontra-se no *quinto* dos municípios brasileiros com os menores IDHM Longevidade. Pelo contrário, 54,3% dos seus municípios se encontram no 1º e 2º quintos de IDHM Longevidade mais elevados do Brasil e outros 40,3% estão no agrupamento intermediário.



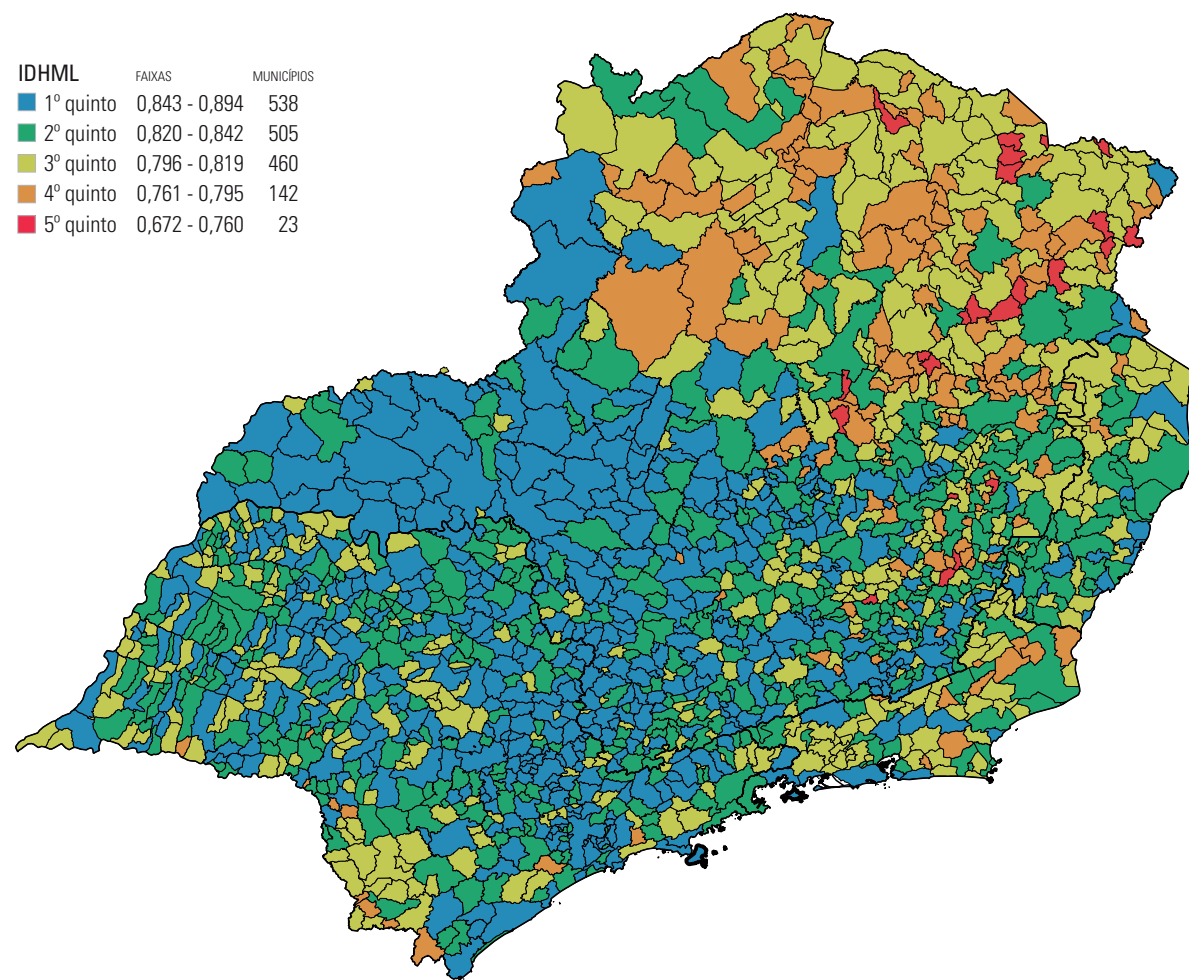
Evolução e Desempenho nos Municípios 2000-2010 - Região Centro-Oeste

Em relação à evolução, em termos absolutos do IDHM Longevidade, Adelândia (GO) (0,124), Santa Tereza de Goiás (GO) (0,123), Taquaral de Goiás (GO) (0,120) e Arenópolis (GO) (0,120) apresentaram os maiores avanços ao longo da década de 2000, conforme ilustra o mapa 8.

Observa-se que quase todos os municípios que apresentaram os maiores crescimentos absolutos no IDHM Longevidade, na Região Centro-Oeste, pertencem ao Estado de Goiás. Já em termos de desempenho relativo, Adelândia (GO) (17,4%), Santa Tereza de Goiás (GO) (17,5%), Guaraíta (GO) (17,1%), e Morro Agudo de Goiás (GO) (16,8%) são os municípios que obtiveram os melhores desempenhos entre 2000 e 2010, para o IDHM Longevidade. Também nesse caso, observa-se que todos esses municípios pertencem ao Estado de Goiás.

IDHML	FAIXAS	MUNICÍPIOS
1º quinto	0,110 - 0,145	27
2º quinto	0,089 - 0,109	123
3º quinto	0,069 - 0,088	97
4º quinto	0,047 - 0,068	130
5º quinto	0,002 - 0,046	89

MAPA 9: IDHM LONGEVIDADE - REGIÃO SUDESTE - 2010

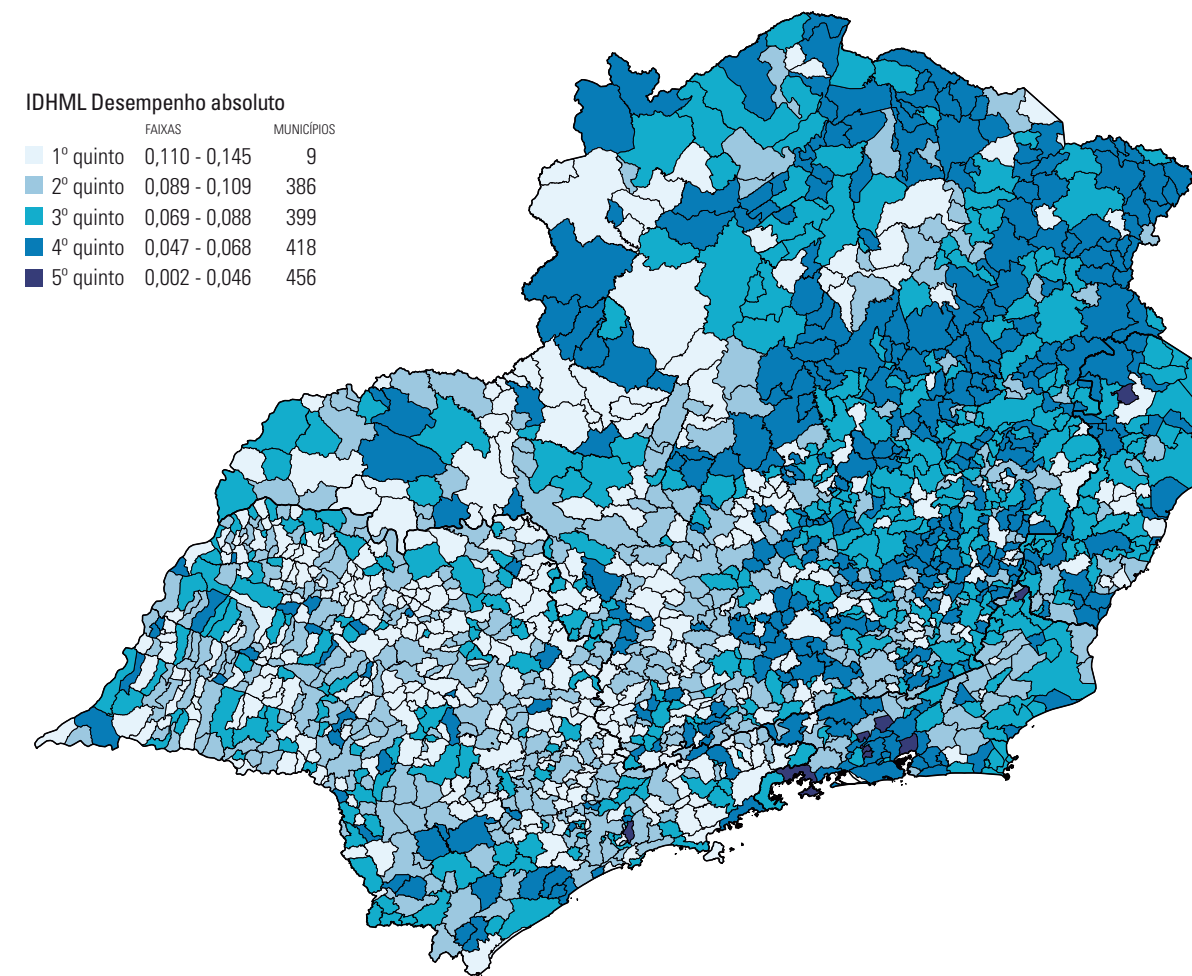


Região Sudeste

A Região Sudeste, como nos demonstra o mapa 9, apresenta alguns dos melhores indicadores no que diz respeito ao IDHM Longevidade brasileiro, especialmente em suas porções centro-sul e oeste, compreendendo boa parte do Estado de São Paulo, o Triângulo Mineiro e o Sul de Minas.

Na região como um todo, um terço dos seus municípios encontra-se no agrupamento de maior IDHM Longevidade do país. Outros 30,3% se encontram no segundo *quinto* mais elevado e apenas 1,4% dos municípios da Região Sudeste se encontram dentre os municípios com os menores IDHM Longevidade no Brasil. Estes municípios de baixo IDHM Longevidade se encontram pela região norte e nordeste do Estado de Minas Gerais, próximos ao Vale do Jequitinhonha.

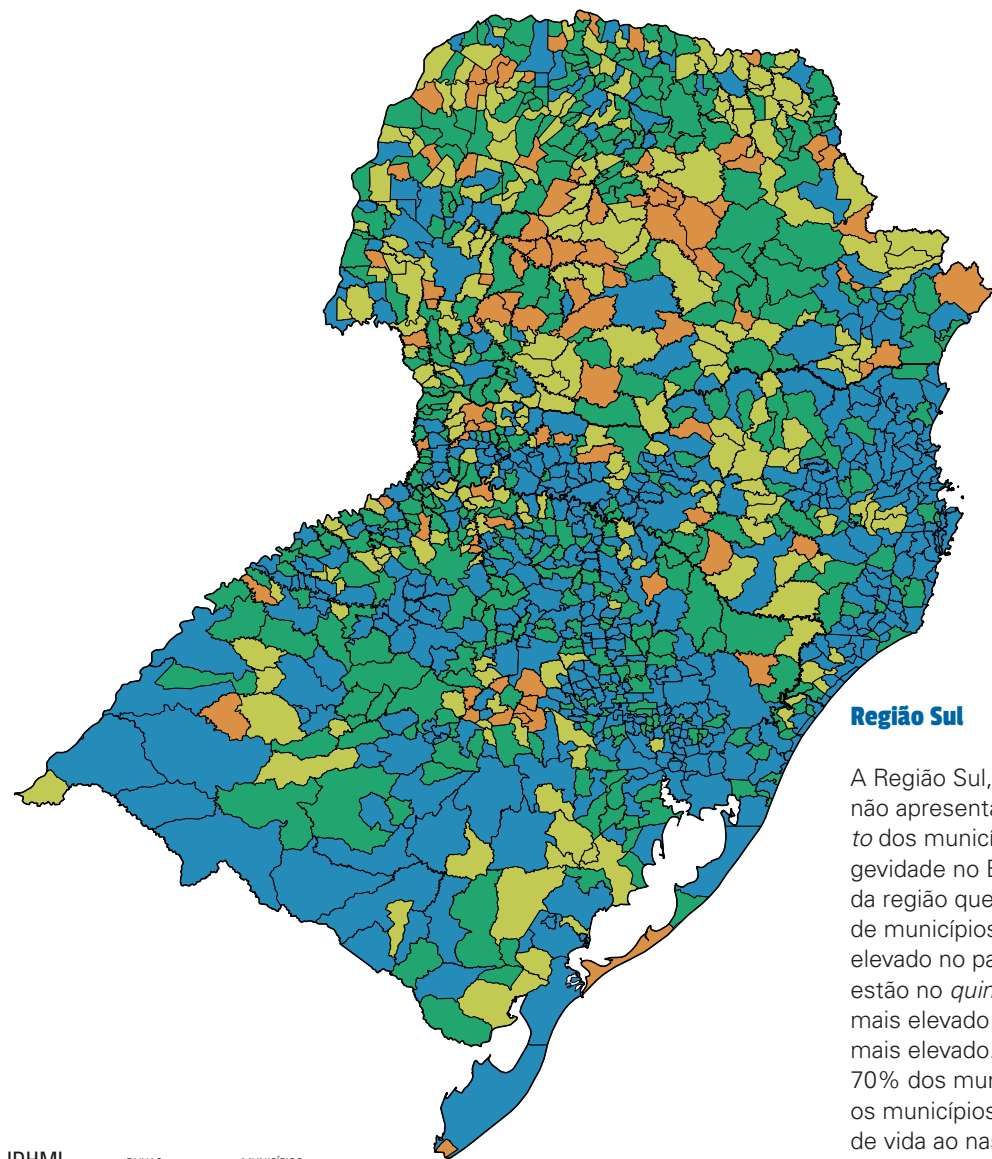
MAPA 10: EVOLUÇÃO DO IDHM LONGEVIDADE - REGIÃO SUDESTE- 2000/2010



Evolução e Desempenho nos Municípios 2000-2010 - Região Sudeste

No que diz respeito ao avanço, em termos absolutos, do IDHM Longevidade, ilustrados pelo mapa 10, Magé (RJ) (0,121), Queimados (RJ) (0,120), Varre-Sai (RJ) (0,118), e Suzano (SP) (0,116) são os municípios da Região Sudeste que apresentaram os maiores crescimentos no IDHM Longevidade.

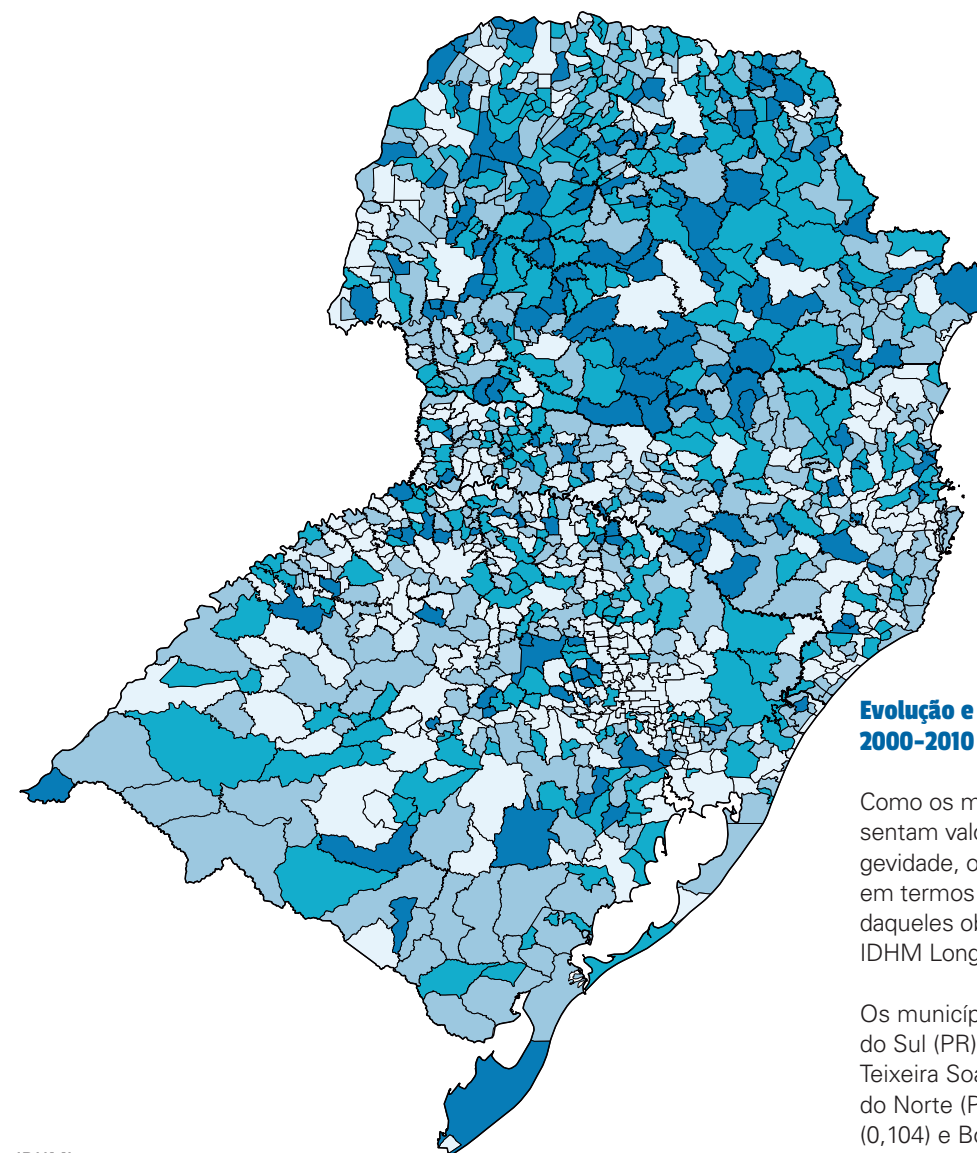
No que tange ao desempenho relativo, entre 2000 e 2010, os municípios de Magé (RJ), com 17,0%, Queimados (RJ), com 17,4%, Varre-Sa (RJ), com 17,1% e Japeri (RJ), com 16,6%, são aqueles que obtiveram os melhores desempenhos relativos, no IDHM Longevidade, na região.



Região Sul

A Região Sul, conforme traz o mapa 11, não apresenta nenhum município no *quinto* dos municípios de menor IDHM Longevidade no Brasil. Trata-se, na verdade, da região que apresenta maior percentual de municípios com IDHM Longevidade elevado no país: 40% de seus municípios estão no *quinto* de IDHM Longevidade mais elevado e 32,2% no segundo *quinto* mais elevado. Isso quer dizer que, mais de 70% dos municípios sulistas estão entre os municípios de mais elevada esperança de vida ao nascer no país.

IDHML	FAIXAS	MUNICÍPIOS
1º quinto	0,843 - 0,894	475
2º quinto	0,820 - 0,842	383
3º quinto	0,796 - 0,819	240
4º quinto	0,761 - 0,795	90
5º quinto	0,672 - 0,760	0



Evolução e Desempenho nos Municípios 2000-2010 - Região Sul

Como os municípios da Região Sul apresentam valores mais altos do IDHM Longevidade, observa-se que o desempenho em termos absolutos e relativos fica abaixo daqueles observados em regiões em que o IDHM Longevidade são mais baixos.

Os municípios paranaenses de Jundiá do Sul (PR) (0,105), Iretama (PR) (0,104), Teixeira Soares (PR) (0,105), Querência do Norte (PR) (0,104), Paulo Frontin (PR) (0,104) e Boa Ventura de São Roque (PR) (0,104) são aqueles, da Região Sul, que apresentaram os maiores crescimentos no IDHM Longevidade.

Em termos percentuais, os municípios paranaenses de Boa Ventura de São Roque (PR) (14,9%), Ivaí (PR) (14,8%), Paulo Frontin (PR) (14,8%), Querência do Norte (PR) (14,8%) e Jundiá do Sul (PR) (14,8%) são os que obtiveram os melhores desempenhos relativos, na região, entre 2000 e 2010.

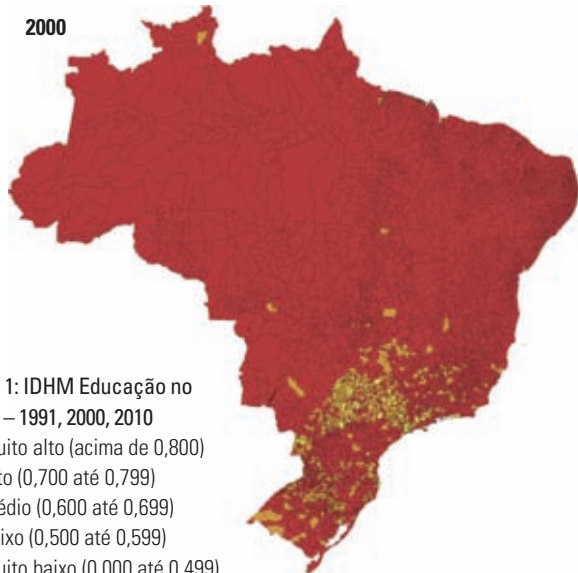
IDHML	FAIXAS	MUNICÍPIOS
1º quinto	0,110 - 0,145	0
2º quinto	0,089 - 0,109	150
3º quinto	0,069 - 0,088	286
4º quinto	0,047 - 0,068	355
5º quinto	0,002 - 0,046	397



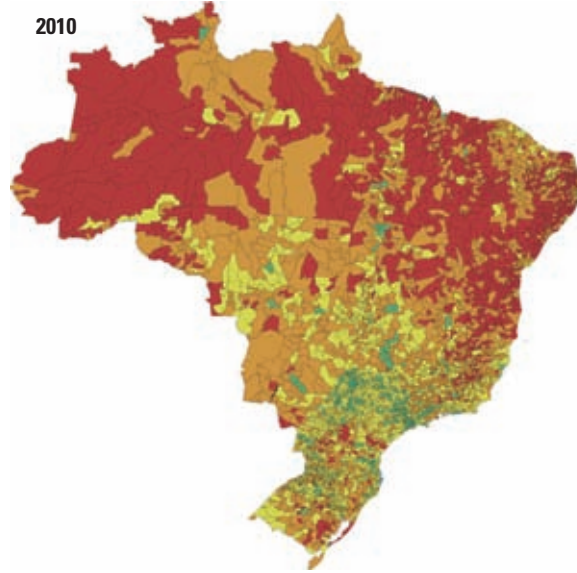
1991



2000



2010



O acesso a conhecimento é fundamental para expandir as escolhas das pessoas. É assim determinante para o bem-estar e essencial para o exercício das liberdades individuais, da autonomia e autoestima. No IDHM, acesso a conhecimento é medido pela composição de dois subíndices. A **escolaridade da população adulta** é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo. O **fluxo escolar da população jovem** é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental – 6º ao 9º ano –, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo.

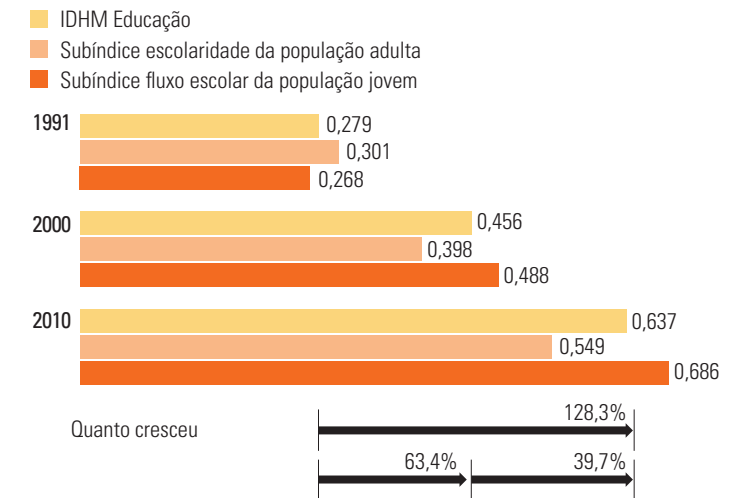
A **escolaridade da população adulta** reflete o funcionamento do sistema educacional em períodos passados e considera que a população adulta brasileira deveria ter completado, ao menos, o ensino fundamental em sua passagem pelo sistema educacional. O **fluxo escolar da população jovem** acompanha a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação – entrada no sistema educacional, finalização do primeiro ciclo do ensino fundamental, e conclusão do ensino fundamental e do ensino médio.

O IDHM Educação adotado no Atlas Brasil 2013 reforça a sinalização de que atualmente no país é preciso garantir que as crianças e jovens avancem nos ciclos escolares, nas idades certas. A metodologia adotada privilegia um olhar para o futuro da educação no país, ainda que indique menos sobre os avanços passados em outras conquistas importantes do sistema educacional nacional.

No Brasil

O IDHM Educação do Brasil passou de 0,279, em 1991, para 0,456, em 2000, e alcançou, em 2010, 0,637. Houve uma variação, em termos absolutos, de 0,358 entre os anos de 1991 a 2010, refletindo dois importantes avanços na educação do país nos últimos vinte anos: de um lado, há o acréscimo de 24,8% de pessoas acima de 18 anos com o ensino fundamental completo; e de outro, o aumento de 0,418 no subíndice de fluxo escolar.

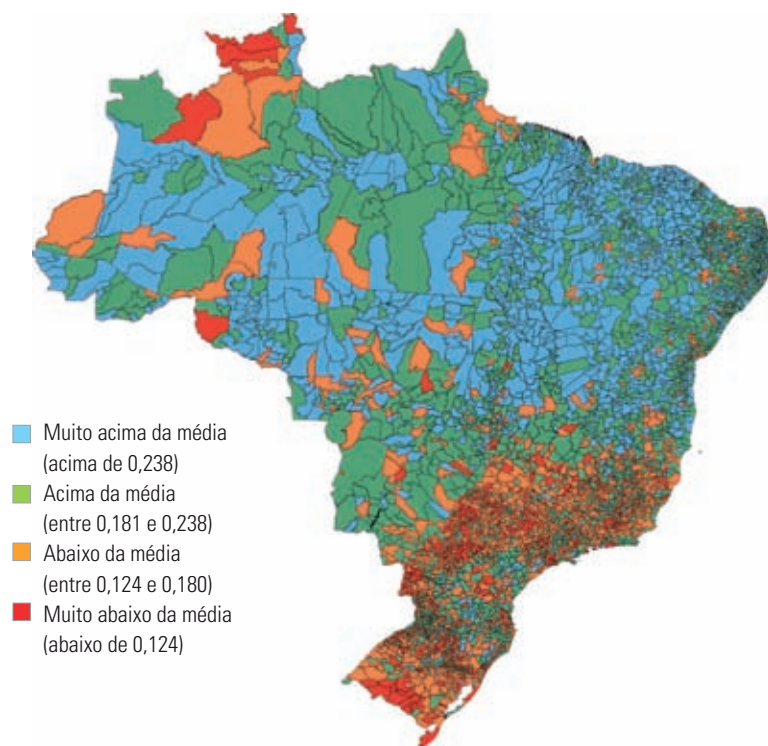
GRÁFICO 1: CRESCIMENTO DO IDHM EDUCAÇÃO NO BRASIL



Mapa 1: IDHM Educação no Brasil – 1991, 2000, 2010

- Muito alto (acima de 0,800)
- Alto (0,700 até 0,799)
- Médio (0,600 até 0,699)
- Baixo (0,500 até 0,599)
- Muito baixo (0,000 até 0,499)

MAPA 2: EVOLUÇÃO DO IDHM EDUCAÇÃO A PARTIR DA MÉDIA DE CRESCIMENTO BRASILEIRA PARA 2000 E 2010



1. O desvio padrão (σ) observado para o crescimento absoluto do IDHM Educação dos municípios brasileiros entre 2000 e 2010 foi de 0,057.

Nos municípios

O mapa 2 apresenta o IDHM Educação para os 5.565 municípios do país, tendo como referência o desvio padrão¹ das variações em torno do crescimento de 0,181, observado para o IDHM Educação do Brasil entre 2000 e 2010.

Em quase 65% dos municípios brasileiros, ou seja, em 3.611 municipalidades, o crescimento do IDHM Educação mostrou-se superior à média nacional. Esses municípios encontram-se, em especial, nas regiões Norte e Nordeste, nas quais os indicadores observados em 1991 e 2000 eram muito baixos.

Dos 1.581 municípios que apresentaram crescimento muito acima da média, 930 (58,7%) estão localizados na Região Nordeste e, outros 242 (15,3%), na região Norte. Desses, a maioria se encontra nos Estados da Bahia, Maranhão, Ceará e Piauí.

Apenas 435 municípios brasileiros, ou 7,8% deles, apresentaram crescimento do IDHM Educação muito abaixo da média do país. Esses municípios localizam-se, sobretudo, na região Centro Sul, onde se encontram os municípios de IDHM Educação mais elevados.

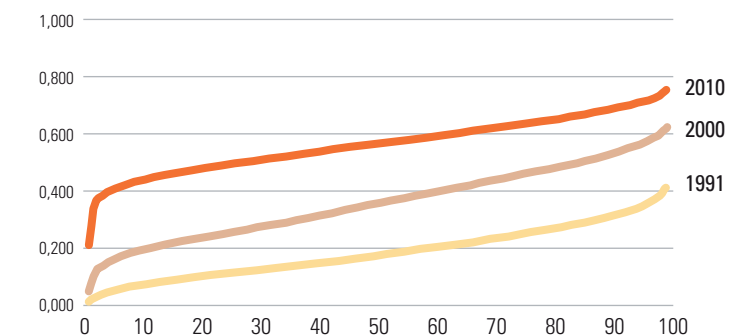
Do total dos 5.565 municípios brasileiros, 1.247, ou 22,4% deles, possuem o IDHM Educação superior àquele observado para o país (0,637), em 2010. Dentre eles, Águas de São Pedro (SP) é o município brasileiro que possui o maior IDHM Educação (0,825). São Caetano do Sul (SP), Santos (SP) e Vitória (ES) também estão entre os municípios com os mais altos IDHM Educação no Brasil, com índices de 0,811, 0,807 e 0,805, respectivamente.

Por outro lado, o indicador mais baixo foi encontrado em Melgaço (PA), com IDHM Educação igual a 0,207. Chaves (PA) (0,234), Atalaia do Norte (AM) (0,259) e Itamarati (AM) (0,266) completam a relação de municípios com os menores IDHM Educação.

É possível observar que há uma concentração de municípios com IDHM mais elevados na Região Centro-Sul, em contraste com municípios de baixo IDHM Educação na Região Norte e Nordeste do país.

O gráfico 2 destaca a distribuição do IDHM Educação dos municípios brasileiros para 1991, 2000 e 2010.

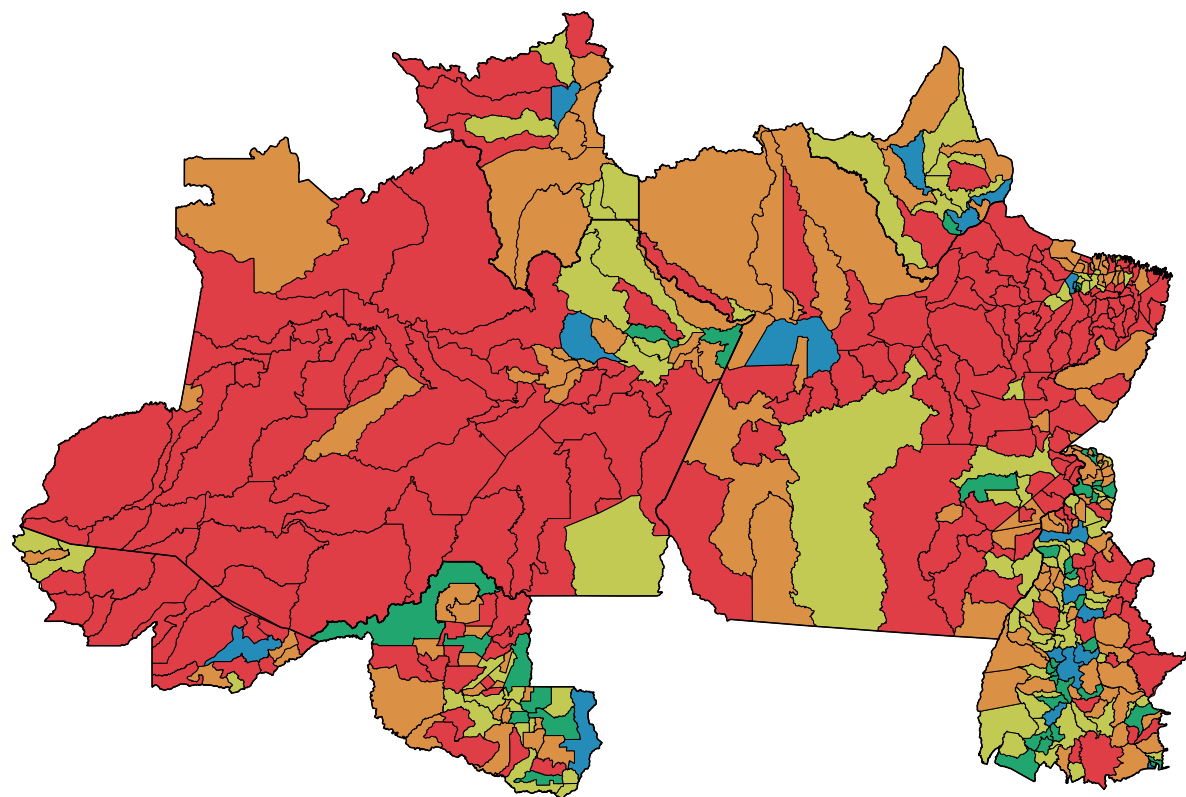
GRÁFICO 2: DISTRIBUIÇÃO DO IDHM EDUCAÇÃO - 1991/2010



É possível constatar, pela amplitude e distância entre as linhas de distribuição, que o crescimento do IDHM Educação nos municípios brasileiros de 1991 a 2010 foi grande. Na primeira década, o aumento foi maior nos municípios que já possuíam o IDHM Educação mais elevados, enquanto na segunda década há um aumento no IDHM Educação dos municípios com indicadores mais baixos.

Mantendo a estrutura de análise apresentada na seção anterior, faz-se, a seguir, uma avaliação do IDHM Educação dos municípios em cada macrorregião, destacando aqueles que apresentaram melhor desempenho em termos absoluto (maiores avanços no indicador) e relativo (maiores avanços no indicador em termos percentuais).

MAPA 3: IDHM EDUCAÇÃO - REGIÃO NORTE - 2010



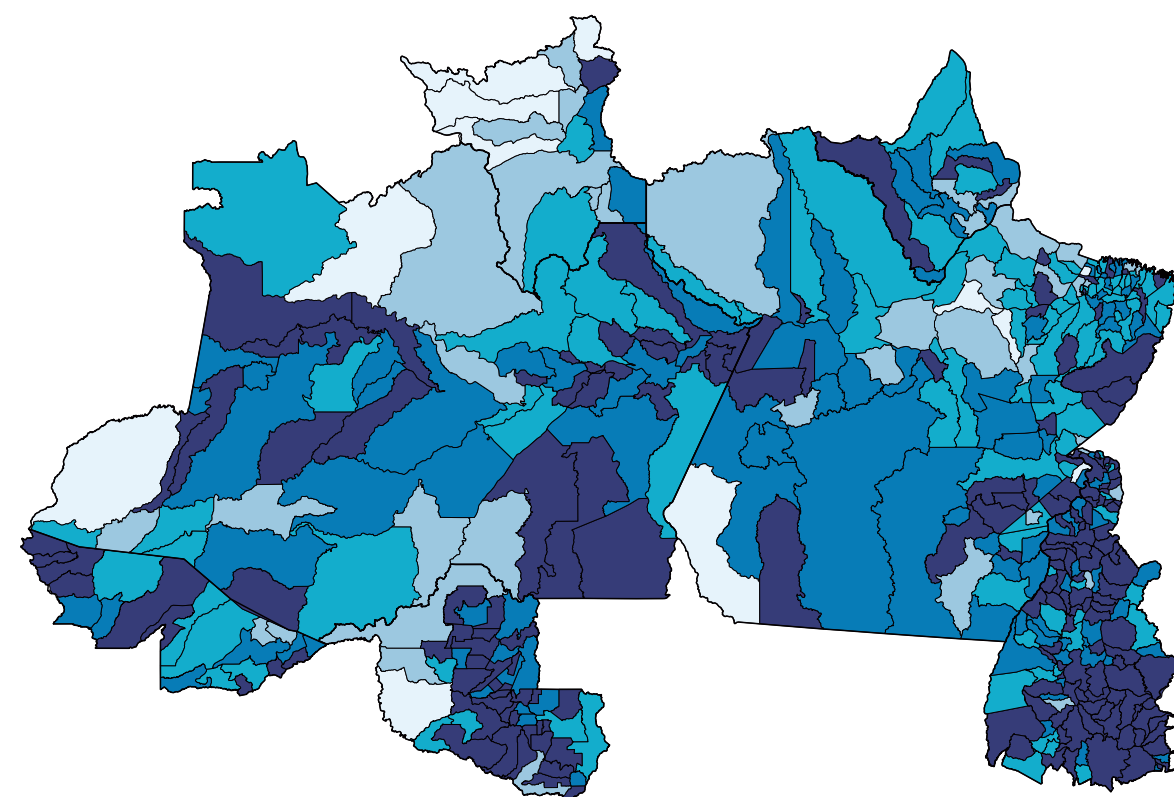
IDHME	FAIXAS	MUNICÍPIOS
1º quinto	0,645 - 0,825	17
2º quinto	0,588 - 0,644	40
3º quinto	0,534 - 0,587	88
4º quinto	0,475 - 0,533	117
5º quinto	0,207 - 0,474	187

Região Norte

Na Região Norte, conforme o mapa 3, apenas 17 municípios estão no grupo dos municípios com os maiores valores do IDHM Educação. Boa parte deles está localizada no Estado do Tocantins. Por outro lado, 41,6% dos municípios da Região Norte estão no *quinto* que agrega os municípios de mais baixo IDHM Educação no país.

Os mais elevados IDHM Educação da Região Norte foram observados em Palmas (0,749) (TO), Araguaína (TO) (0,712), Boa Vista (RR) (0,708), Paraíso do Tocantins (TO) (0,706) e Gurupi (TO) (0,706).

MAPA 4: EVOLUÇÃO DO IDHM EDUCAÇÃO - REGIÃO NORTE - 2000/2010



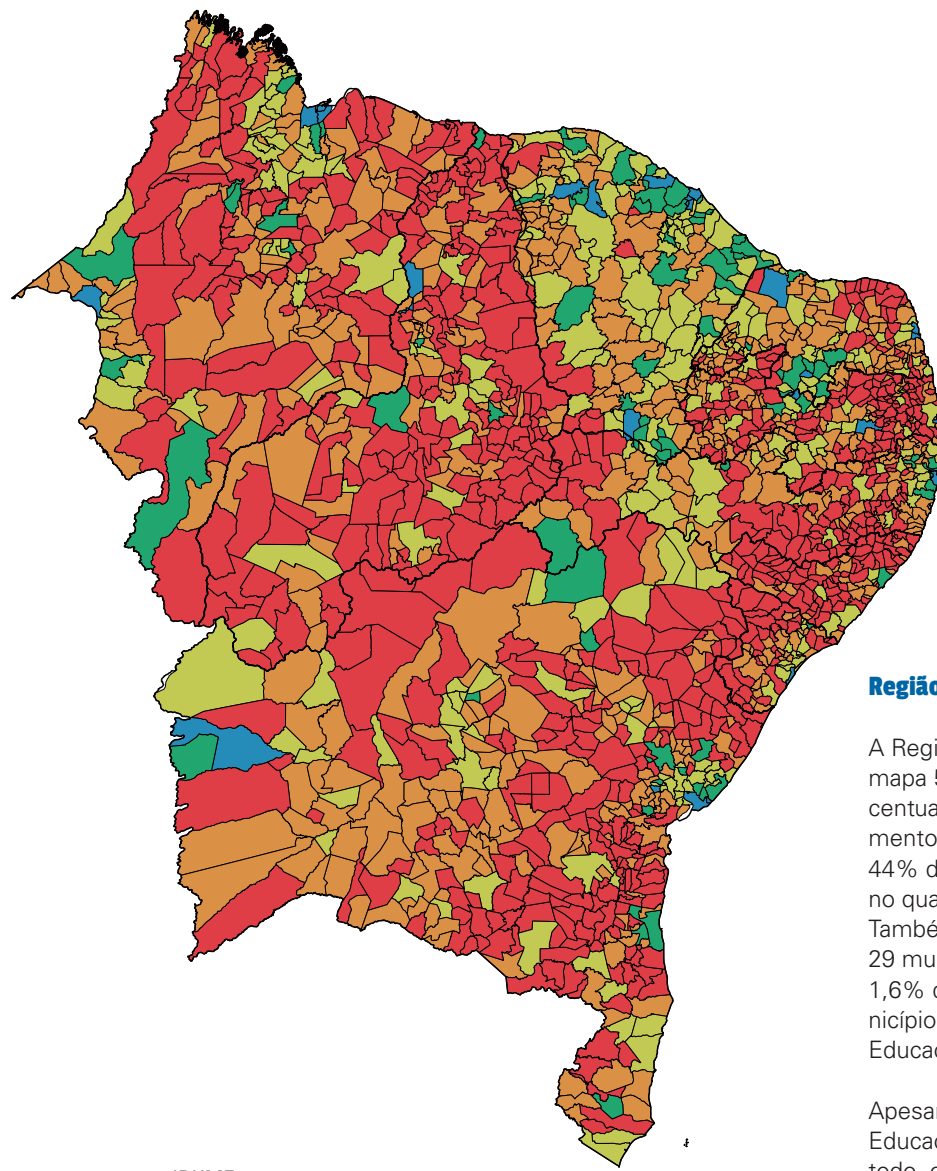
Evolução e Desempenho nos Municípios 2000-2010 - Região Norte

Conforme se pode observar no mapa 4, a Região Norte apresenta grande quantidade de municípios com elevado crescimento no IDHM Educação. Ao todos, 188, ou 41,9% dos municípios da região, compõe o primeiro quinto de crescimento, enquanto outros 110, ou 24,5% estão agrupados no segundo quinto.

No período 2000-2010, os municípios de Mateiros (TO) (0,387), Bom Jesus (TO) (0,383), Sucupira (TO) (0,378) e Pau D'Arco (TO) (0,374) foram os que obtiveram os maiores avanços no IDHM Educação na Região Norte. Nesta região, os municípios que apresentaram os maiores avanços absolutos no IDHM Educação pertencem ao Estado do Tocantins.

Em termos percentuais, Mateiros (TO) (509,2%), Jordão (AC) (444,2%), Japurá (AM) (331,3%) e Pauini (AM) (328,4%) são os municípios que apresentaram os melhores desempenhos relativos.

IDHME Desempenho absoluto	FAIXAS	MUNICÍPIOS
1º quinto	0,255 - 0,416	188
2º quinto	0,221 - 0,254	110
3º quinto	0,191 - 0,220	99
4º quinto	0,156 - 0,190	40
5º quinto	0,015 - 0,155	12

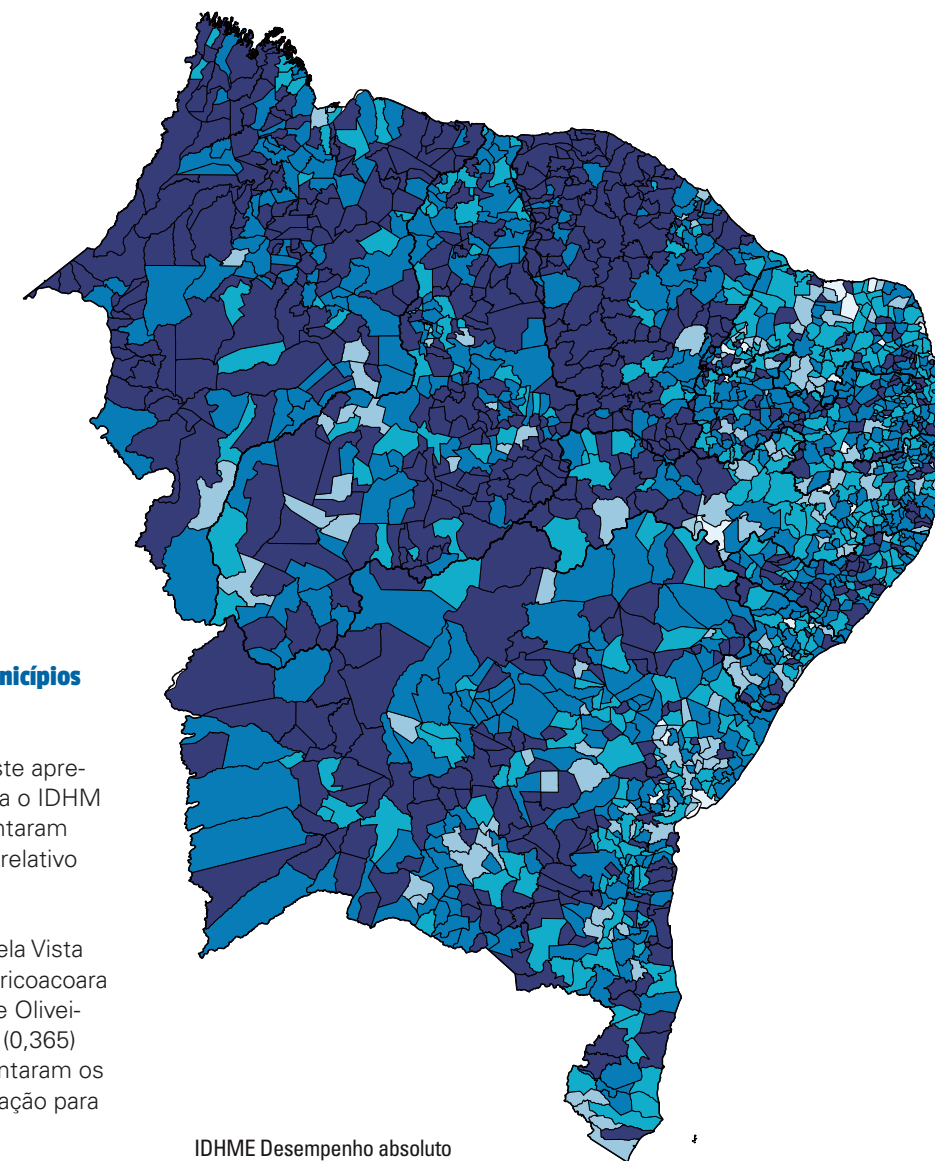


Região Nordeste

A Região Nordeste, conforme ilustra o mapa 5, é a região que possui o maior percentual de municípios no quinto agrupamento com os menores IDHM Educação: 44% deles. Outros 32,8% se encontram no quarto quinto, o segundo mais baixo. Também é possível observar que apenas 29 municípios da Região Nordeste, ou 1,6% deles, se encontram dentre os municípios brasileiros com os maiores IDHM Educação.

Apesar do baixo desempenho no IDHM Educação na região Nordeste como um todo, o estado do Ceará apresenta os melhores resultados municipais e destoa positivamente na região. Os mais elevados IDHM Educação da Região Nordeste são, São Luis (0,752) (MA), Fernando de Noronha (PE) (0,748), Paço do Lumiar (MA) (0,739) e Parnamirim (RN) (0,726).

IDHME	FAIXAS	MUNICÍPIOS
1º quinto	0,645 - 0,825	29
2º quinto	0,588 - 0,644	88
3º quinto	0,534 - 0,587	299
4º quinto	0,475 - 0,533	589
5º quinto	0,207 - 0,474	789



Evolução e Desempenho nos Municípios 2000-2010 - Região Nordeste

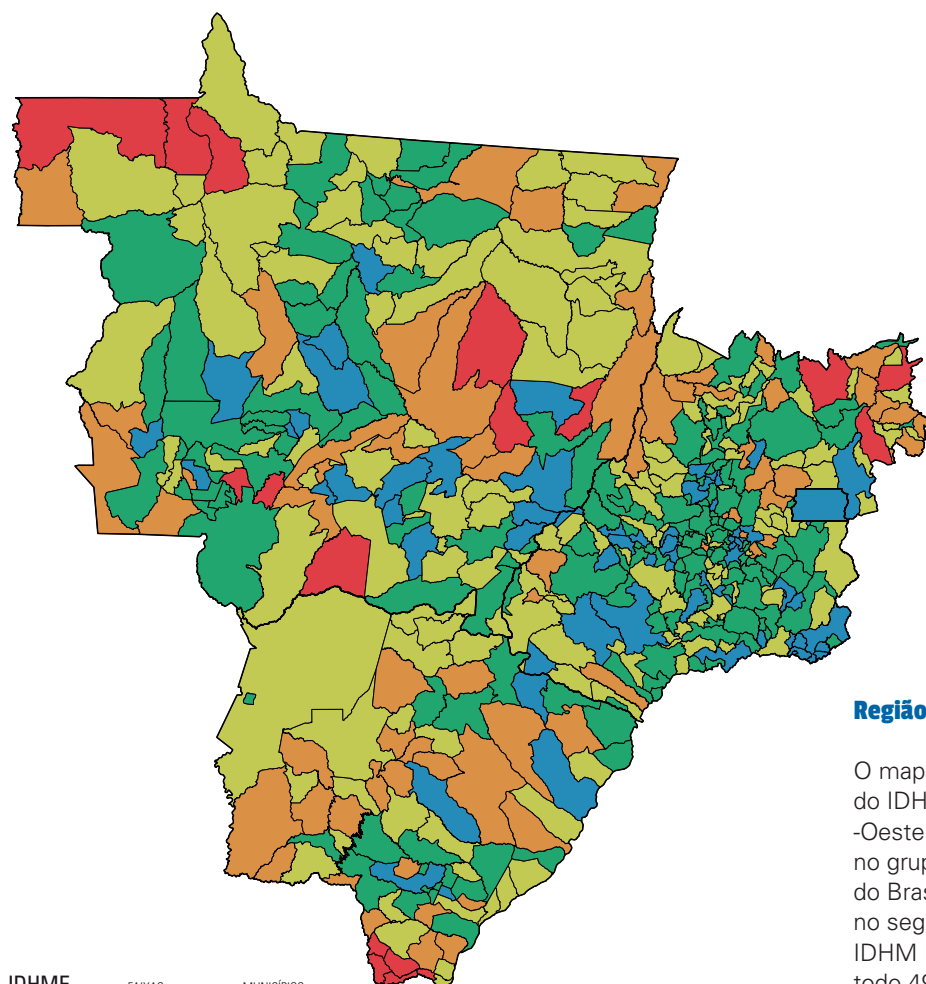
Os municípios da Região Nordeste apresentaram baixos indicadores para o IDHM Educação, mas também apresentaram elevado crescimento absoluto e relativo para o indicador.

Os municípios nordestinos de Bela Vista do Piauí (PI) (0,407), Jijoca de Jericoacoara (CE) (0,398), Capitão Gervásio de Oliveira (PI) (0,372) e Senador Sá (CE) (0,365) foram os municípios que apresentaram os maiores avanços no IDHM Educação para a região no período 2000-2010.

Guaribas (PI), com 829,3%, Aroeiras do Itaim (PI), com 822%, Dom Inocêncio (PI), com 470,1%, e São Francisco de Assis do Piauí (PI), com 460,0%, constituem os municípios que obtiveram os melhores desempenhos relativos no IDHM Educação da Região Nordeste, na década analisada. Chama a atenção o elevado crescimento percentual destes municípios piauienses.

IDHME Desempenho absoluto

	FAIXAS	MUNICÍPIOS
1º quinto	0,255 - 0,416	654
2º quinto	0,221 - 0,254	594
3º quinto	0,191 - 0,220	374
4º quinto	0,156 - 0,190	150
5º quinto	0,015 - 0,155	22

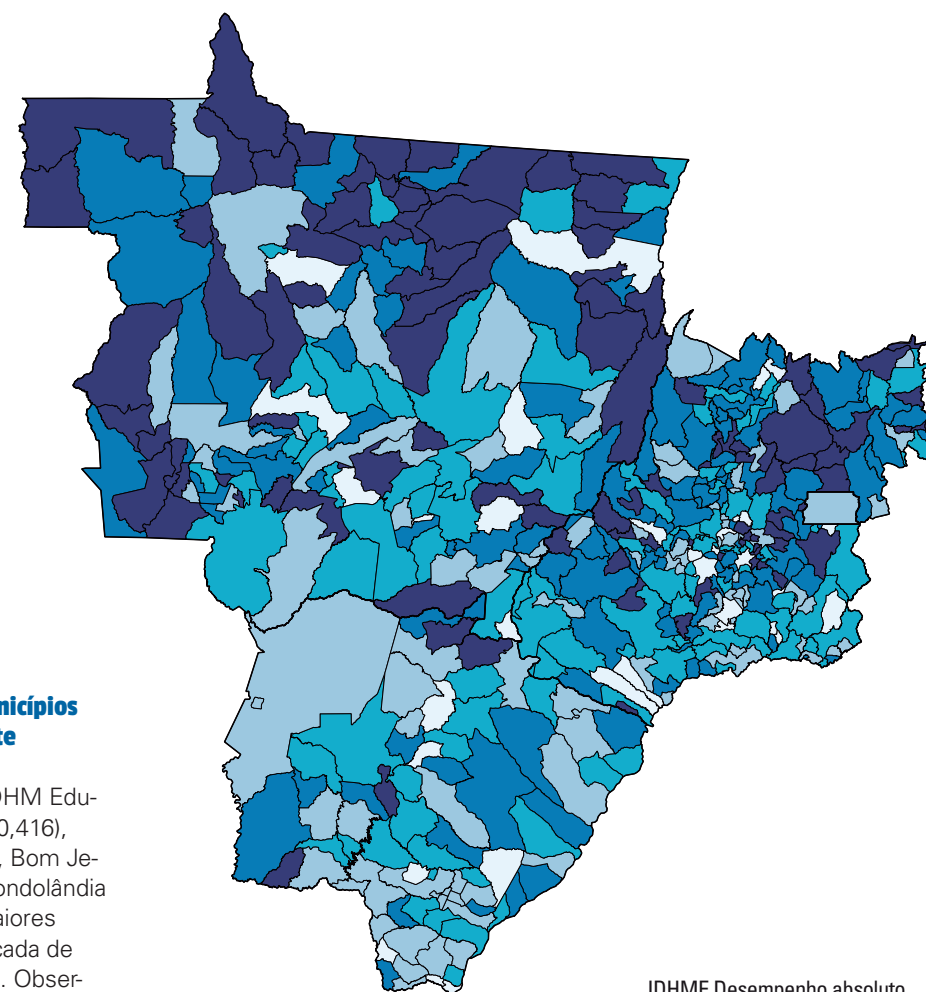


IDHME	FAIXAS	MUNICÍPIOS
1º quinto	0,645 - 0,825	67
2º quinto	0,588 - 0,644	164
3º quinto	0,534 - 0,587	150
4º quinto	0,475 - 0,533	68
5º quinto	0,207 - 0,474	17

Região Centro-Oeste

O mapa 7 traz os resultados municipais do IDHM Educação para a Região Centro-Oeste. Nela, 67 municípios se encontram no grupo de IDHM Educação mais elevado do Brasil e outros 164 municípios estão no segundo quinto dos mais elevados IDHM Educação do país. Com isso, ao todo 49,6% dos municípios da região Centro-Oeste estão concentrados nos dois grupos de IDHM Educação mais altos do Brasil. E somente 17 municípios estão dentre os piores IDHM Educação do Brasil.

Os mais elevados IDHM Educação observados na Região Centro Oeste são de Brasília (0,742) (DF), Goiânia (GO) (0,739), Ceres (GO) (0,733) e Goiandira (GO) (0,727).



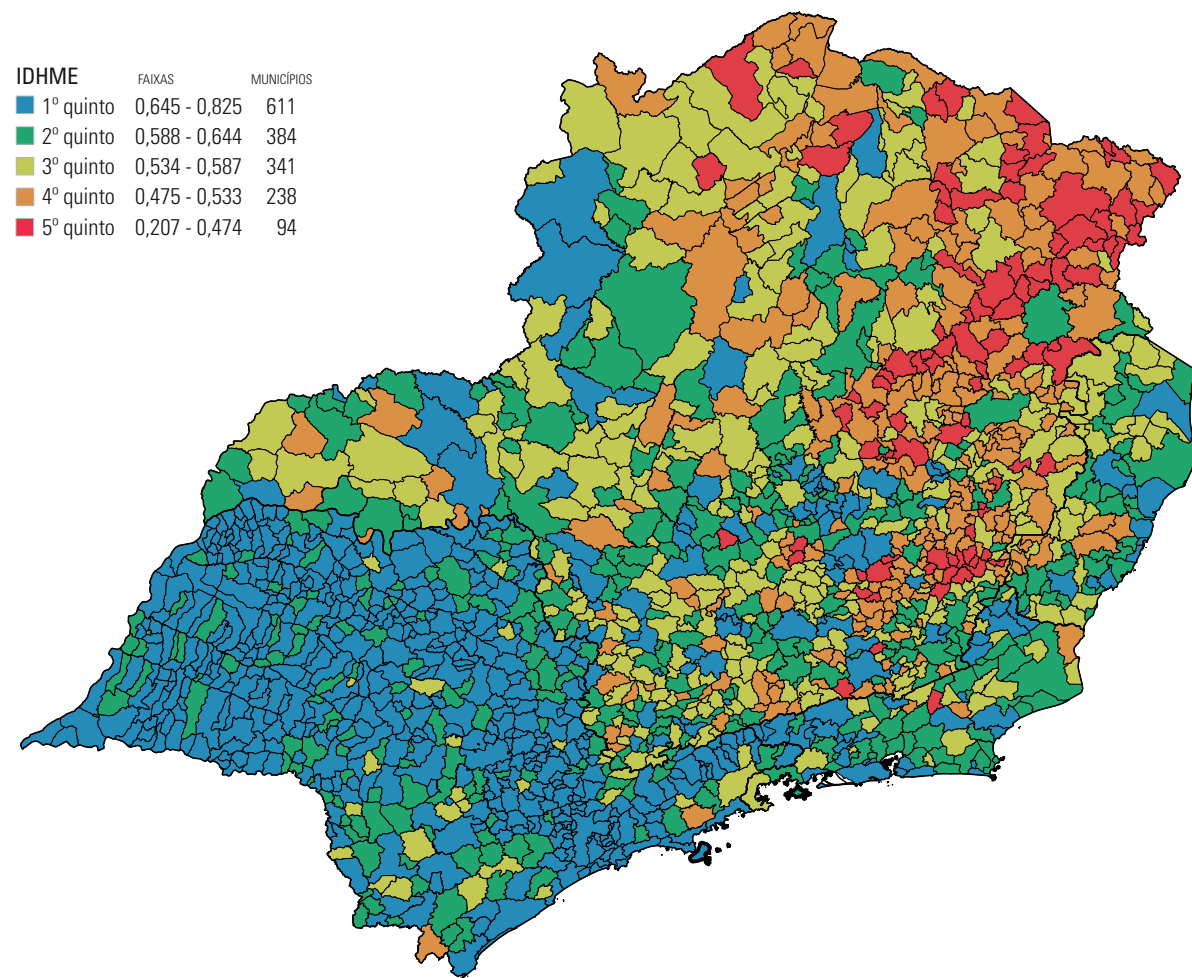
Evolução e Desempenho nos Municípios 2000-2010 - Região Centro-Oeste

Em relação ao crescimento do IDHM Educação, Conquista D'Oeste (MT) (0,416), Novo Santo Antônio (MT) (0,382), Bom Jesus do Araguaia (MT) (0,374) e Rondolândia (MT) (0,360) apresentaram os maiores avanços ao longo da primeira década de 2000, conforme ilustra a Figura 8. Observa-se que os municípios que apresentaram os maiores crescimentos absolutos no IDHM Educação, na Região Centro-Oeste, pertencem ao Estado de Mato Grosso.

Em termos percentuais, Novo Santo Antônio (MT) (265,3%), Rondolândia (MT) (211,8%), Bom Jesus do Araguaia (MT) (206,6%), e Gameleira de Goiás (GO) (197%) são os municípios que obtiveram os melhores desempenhos entre 2000 e 2010, para o IDHM Educação.

IDHME Desempenho absoluto	FAIXAS	MUNICÍPIOS
1º quinto	0,255 - 0,416	104
2º quinto	0,221 - 0,254	128
3º quinto	0,191 - 0,220	105
4º quinto	0,156 - 0,190	95
5º quinto	0,015 - 0,155	34

MAPA 9: IDHM EDUCAÇÃO – REGIÃO SUDESTE – 2010

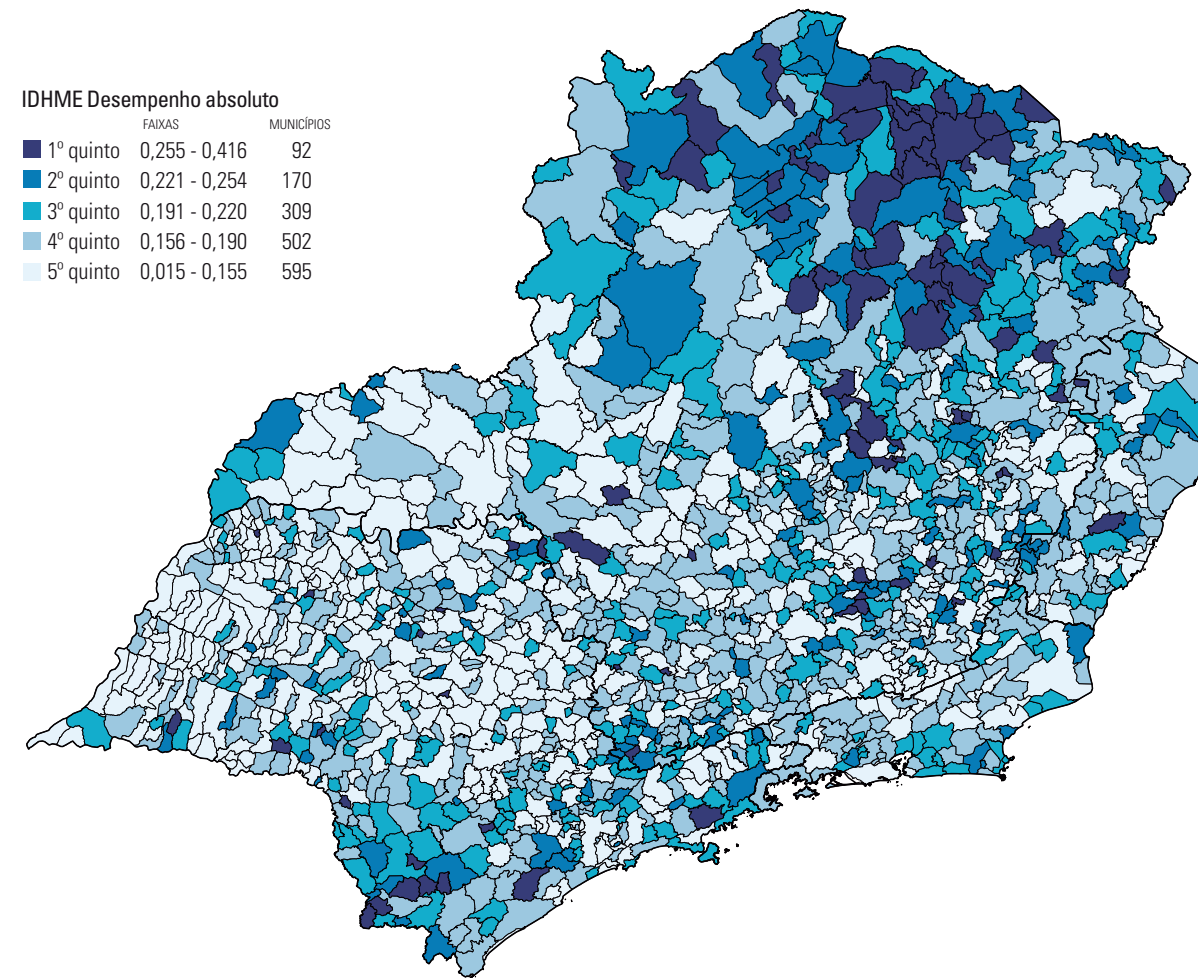


Região Sudeste

Na Região Sudeste, como nos demonstra o mapa 9, o estado de São Paulo destaca-se no que diz respeito ao IDHM Educação. Na região, como um todo, são 611 municípios, ou 36,6% deles, que estão dentre os municípios que possuem os maiores IDHM Educação do país. Desses 611 municípios, 480 (78,6%), estão localizados no estado de São Paulo. O estado não apresenta nenhum município dentre os piores IDHM Educação.

Os mais elevados IDHM Educação observados na Região Sudeste são Águas de São Pedro (SP) (0,825), que possui o maior IDHM Educação do país, São Caetano do Sul (SP) (0,811), Santos (SP) (0,807) e Vitória (ES) (0,805).

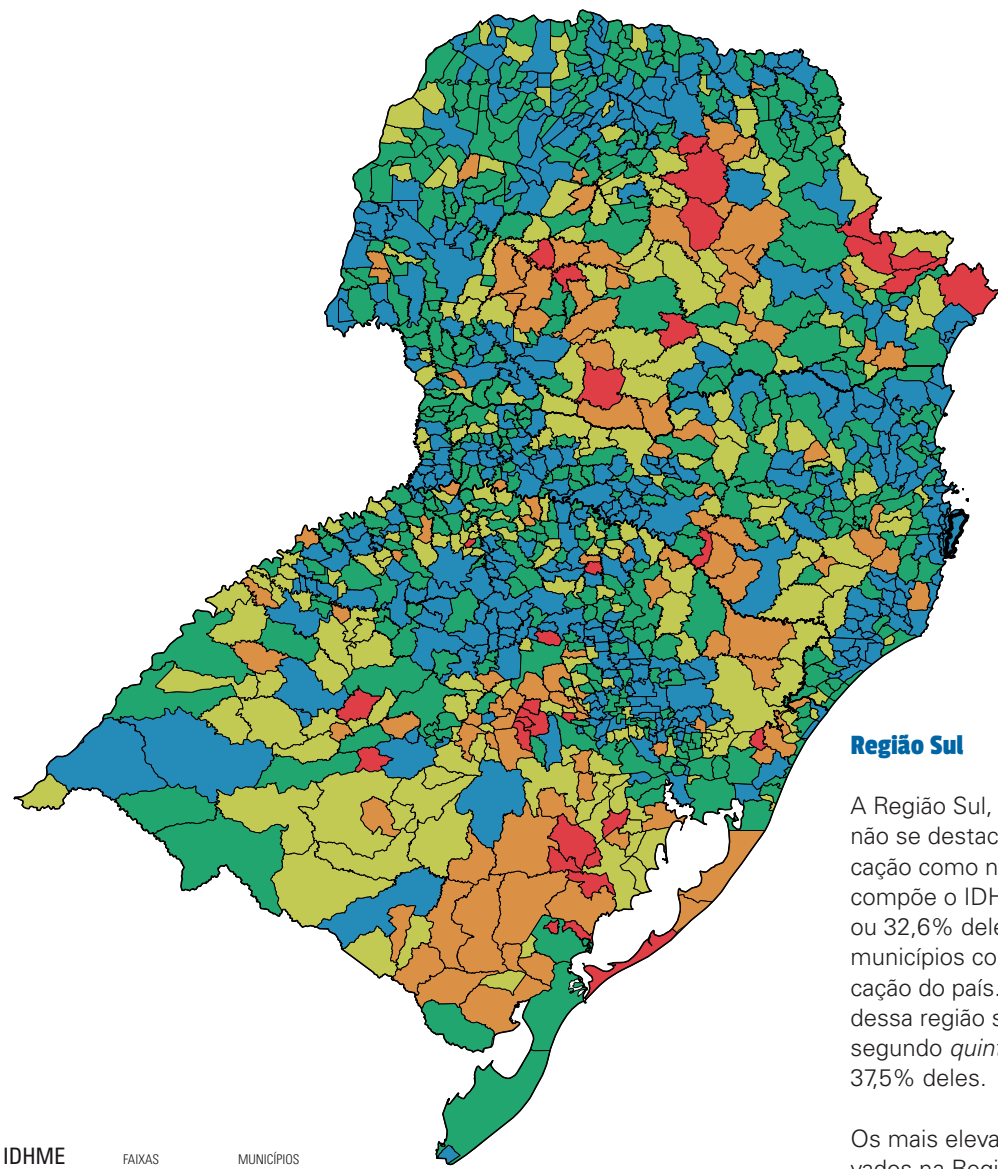
MAPA 10: EVOLUÇÃO DO IDHM EDUCAÇÃO – REGIÃO SUDESTE – 2000/2010



Evolução e Desempenho nos Municípios 2000-2010 - Região Sudeste

No que diz respeito ao crescimento, em termos absolutos, do IDHM Educação, conforme Figura 10, a região norte do estado de Minas Gerais se destaca. Taquarivaí (SP) (0,351), Guaraciama (MG) (0,340), São João do Pacuí (MG) (0,323) e Verdelândia (MG) (0,311) são os municípios da Região Sudeste que apresentaram os maiores crescimentos no IDHM Educação.

Em termos percentuais, entre 2000 e 2010, os municípios de Verdelândia (MG), com 206,0%, Ninheira (MG), com 192,3%, São João do Pacuí (MG), com 178,5%, Bonito de Minas (MG), com 162,2% são aqueles que obtiveram os melhores desempenhos relativos no IDHM Educação na região.

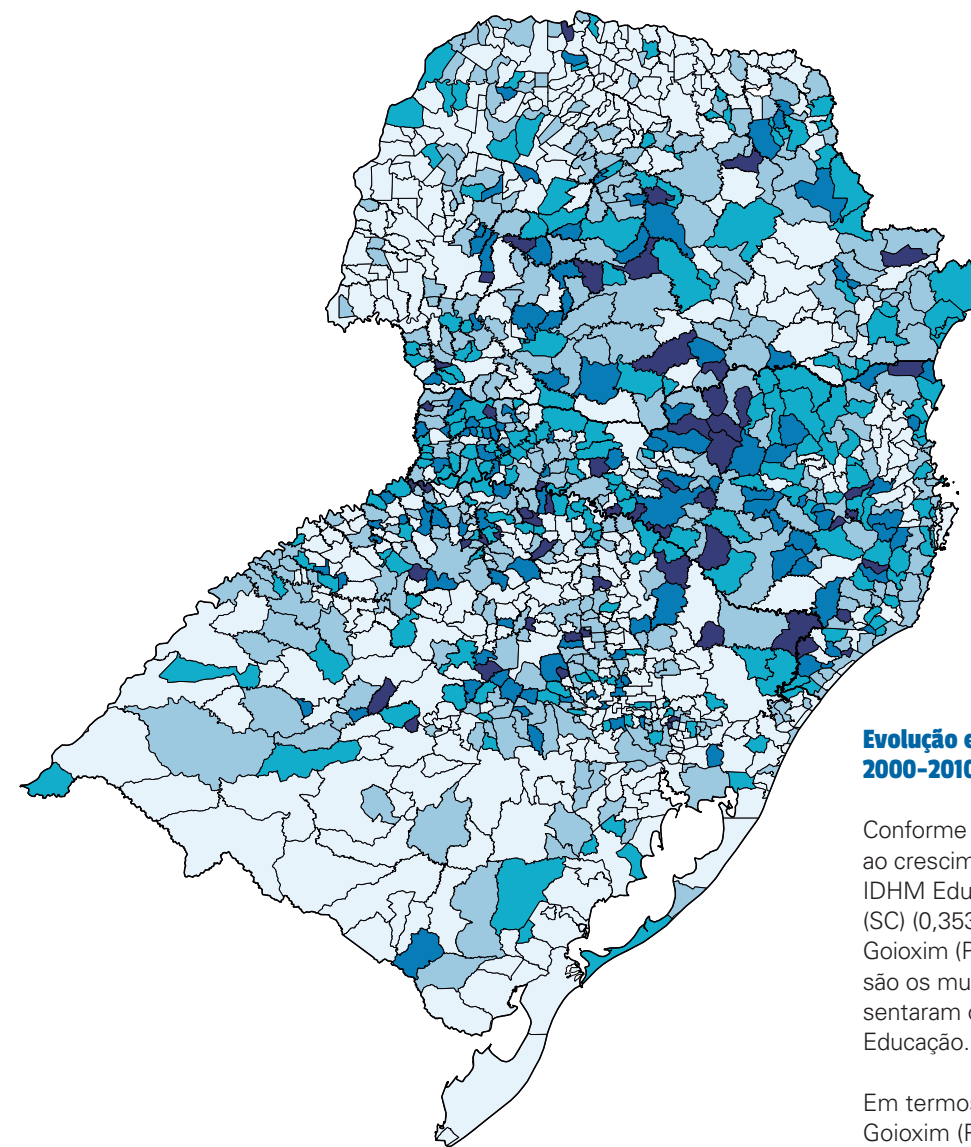


IDHME	FAIXAS	MUNICÍPIOS
1º quinto	0,645 - 0,825	387
2º quinto	0,588 - 0,644	422
3º quinto	0,534 - 0,587	240
4º quinto	0,475 - 0,533	107
5º quinto	0,207 - 0,474	32

Região Sul

A Região Sul, conforme traz o mapa 11, não se destaca tanto no indicador Educação como nos demais indicadores que compõe o IDHM. Nela, 387 municípios, ou 32,6% deles, se encontram dentre os municípios com os maiores IDHM Educação do país. A maioria dos municípios dessa região se encontram agrupados no segundo *quinto*, com 422 municípios, ou 37,5% deles.

Os mais elevados IDHM Educação observados na Região Sul são Florianópolis (SC) (0,800), Balneário Camburiú (SC) (0,789), Joaçaba (SC) (0,771), Maringá (PR) (0,768) e Curitiba (PR) (0,768).



IDHME Desempenho absoluto	FAIXAS	MUNICÍPIOS
1º quinto	0,255 - 0,416	57
2º quinto	0,221 - 0,254	117
3º quinto	0,191 - 0,220	203
4º quinto	0,156 - 0,190	334
5º quinto	0,015 - 0,155	477

Evolução e Desempenho nos Municípios 2000-2010 - Região Sul

Conforme o mapa 12, no que diz respeito ao crescimento em termos absolutos do IDHM Educação, Chapadão do Lageado (SC) (0,353), Timbó Grande (SC) (0,327), Goioxim (PR) (0,322), e Garuva (SC) (0,313) são os municípios da Região Sul que apresentaram os maiores avanços no IDHM Educação.

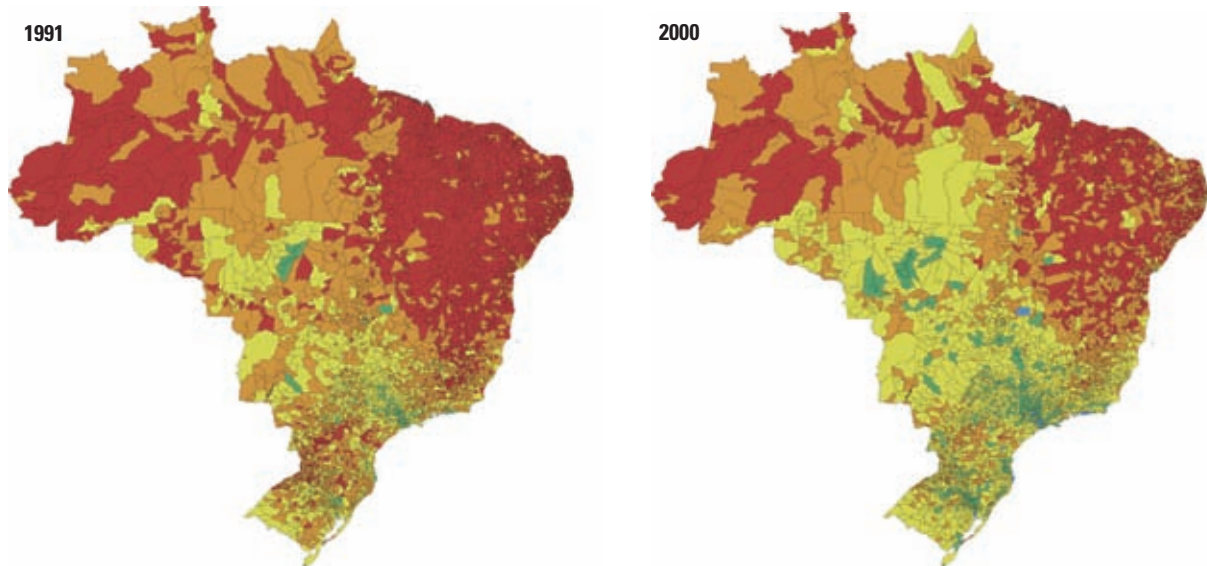
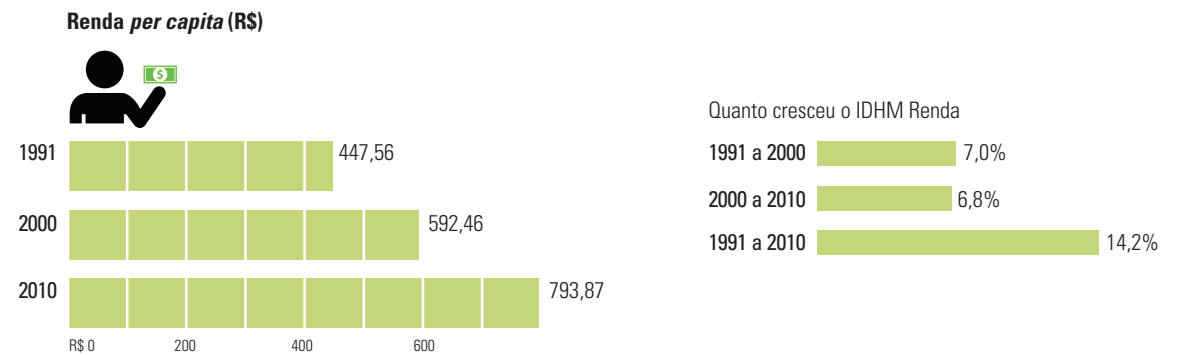
Em termos percentuais, os municípios de Goioxim (PR) (143,1%), Timbó Grande (SC) (137,4%), Tunas do Paraná (PR) (134,9%) e Chapadão do Lageado (SC) (134,2%) são os que obtiveram os maiores desempenhos relativos na região, entre 2000 e 2010.



Na abordagem de desenvolvimento humano, o domínio sobre recursos indica se o processo de desenvolvimento se deu livre de privações das necessidades básicas dos indivíduos, como água, alimento e moradia. No IDHM, o acesso a necessidades básicas de forma a assegurar um padrão de vida digno é medido pela renda municipal mensal *per capita*, ou seja, a renda média mensal dos indivíduos residentes em determinado município, expressa em reais de 1º de agosto de 2010.

A renda *per capita* indica a capacidade média de aquisição de bens e serviços por parte dos habitantes do município. A grande limitação desse indicador é não considerar a desigualdade de renda entre eles. Assim, um município pode apresentar uma elevada renda *per capita*, mas, ao mesmo tempo, ter uma grande parcela de sua população vivendo na pobreza. O método de cálculo do IDHM Renda aplica uma fórmula logarítmica, que aproxima os maiores valores de renda *per capita* dos menores. Esse procedimento considera que, à medida que a renda *per capita* se eleva, o retorno desse acréscimo de renda, em termos de desenvolvimento humano, diminui.

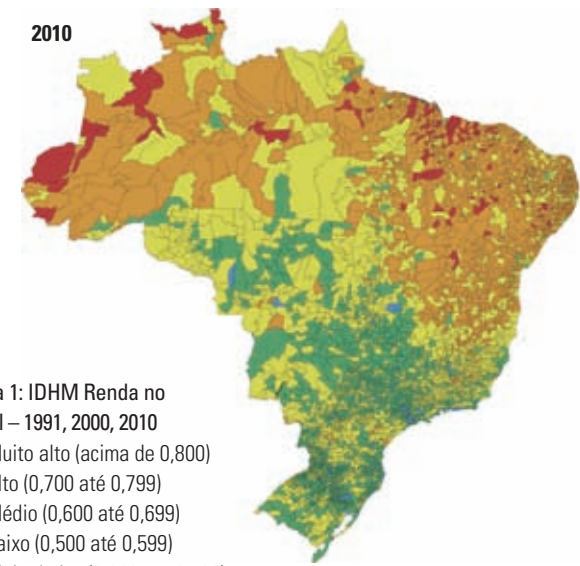
GRÁFICO 1: CRESCIMENTO DO IDHM RENDA NO BRASIL



No Brasil

O IDHM Renda do Brasil passou de 0,647, em 1991, para 0,692, em 2000, chegando, em 2010, a 0,739. Houve uma variação, em termos absolutos, de 0,092, entre os anos de 1991 a 2010, o que corresponde a um ganho de R\$346,31 na renda per capita dos brasileiros nos últimos vinte anos. O indicador cresceu mais no período de 2000 a 2010 (0,047), que corresponde a R\$201,41, do que no período de 1991 a 2000 (0,045), o que equivale a R\$144,90.

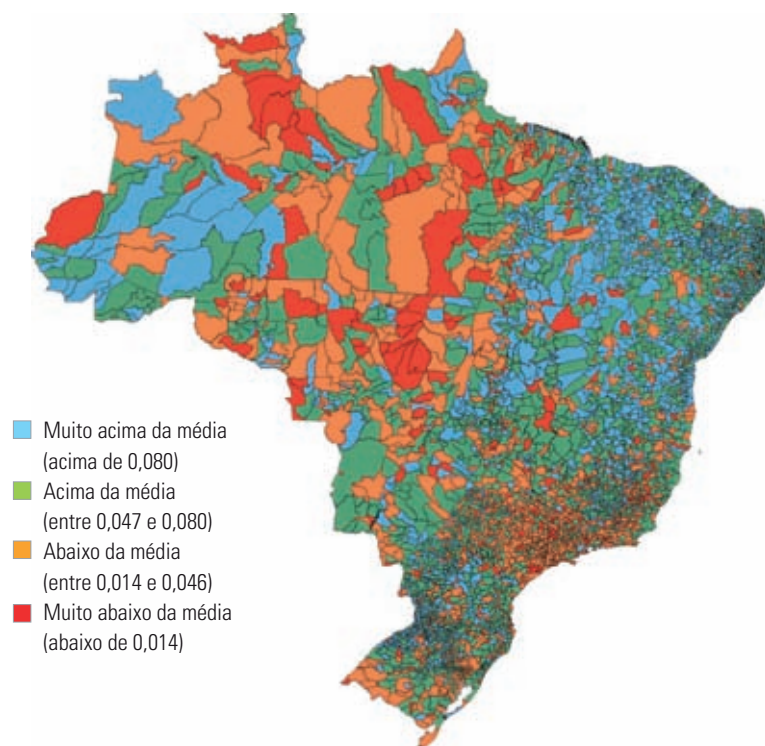
Em termos percentuais, entre 1991 e 2010, o Brasil teve um aumento de 14,2% no indicador. Observou-se uma variação de 6,8%, entre 2000 e 2010, inferior àquela observada para 1991 a 2000, que foi de 7,0%.



Mapa 1: IDHM Renda no Brasil – 1991, 2000, 2010

- Muito alto (acima de 0,800)
- Alto (0,700 até 0,799)
- Médio (0,600 até 0,699)
- Baixo (0,500 até 0,599)
- Muito baixo (0,000 até 0,499)

MAPA 2: EVOLUÇÃO DO IDHM RENDA A PARTIR DA MÉDIA DE CRESCIMENTO BRASILEIRA PARA 2000 E 2010



1. O desvio padrão (σ) observado para o crescimento absoluto do IDHM Renda dos municípios brasileiros entre 2000 e 2010 foi de 0,033.

Nos municípios

O mapa 2 apresenta o IDHM Renda para os 5.565 municípios do país, tendo como referência o desvio padrão¹ das variações em torno do crescimento de 0,047, observado entre 2000 e 2010 no IDHM Renda do Brasil.

Em cerca de 73% dos municípios brasileiros, observou-se um crescimento da renda *per capita* entre 2000 e 2010 maior do que o crescimento observado para o país, sendo que em 2.237 municípios, ou 40,1% do universo, houve um crescimento acima da média nacional, e em 1.832 municípios, ou 33%, houve um crescimento muito acima da média observada no país.

Na Região Nordeste, em particular, observou-se um crescimento bem acentuado, corroborando para o avanço do IDHM Renda nos municípios da região. Por outro lado, apenas 278 municípios do país, ou 5% deles, apresentaram crescimento muito abaixo da média. Em 1.218 municípios, ou 21,8%, o crescimento observado foi abaixo da média. E 112 deles apresentaram decréscimo do IDHM Renda.

Apesar do avanço observado na década de 2000, com 72% dos municípios apresentando um crescimento da renda per capita superior à média nacional, a concentração de renda em alguns municípios brasileiros ainda se reflete no IDHM Renda. Ao todo, dos 5.565 municípios brasileiros, apenas 620, ou 11,1% deles, possuem o IDHM Renda superior àquele observado para o país (0,739).

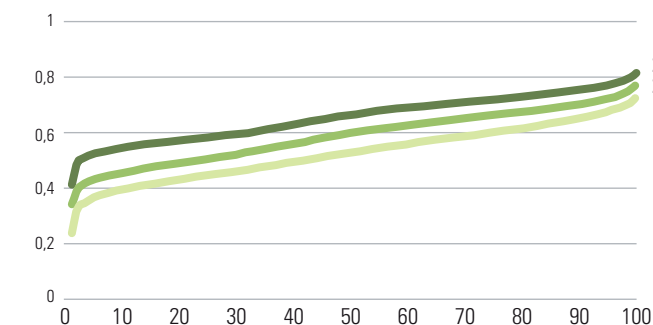
Dentre eles, São Caetano do Sul (SP) é o município brasileiro que possui o maior IDHM Renda (0,891), que equivale a R\$ 2.043,74 da renda per capita. Niterói (RJ) (0,887), Vitória (ES) (0,876) e Santana do Parnaíba (SP) (0,876), completam os maiores IDHM Renda do país.

O IDHM Renda mais baixo foi observado em Marajá do Sena (MA) (0,400), o que correspondia a R\$ 96,25 de renda per capita. Fernando Falcão (0,417), Belágua (0,417) e Cachoeira Grande (0,422), todos eles municípios maranhenses, completam a relação de municípios com os menores IDHM Renda do país.

O gráfico 2 apresenta a distribuição do IDHM Renda dos municípios brasileiros agrupados por centésimos.

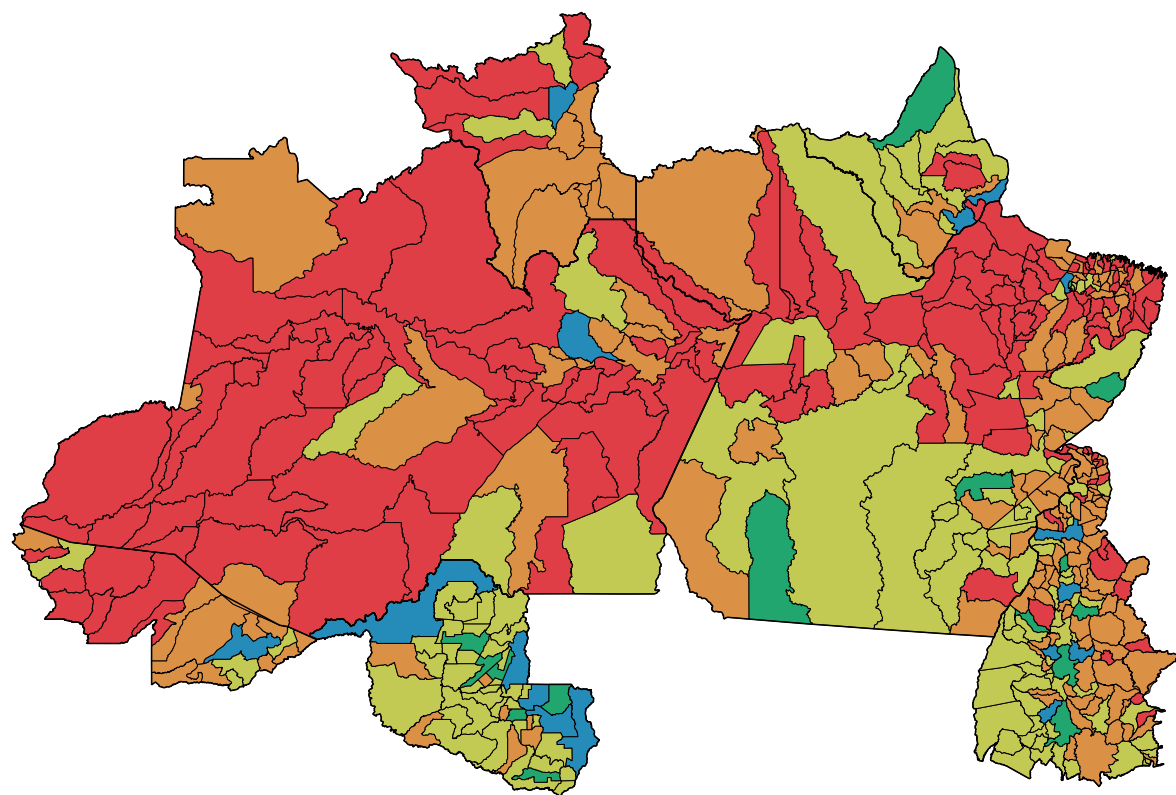
É possível constatar que de 1991 para 2010 o aumento no IDHM Renda foi um pouco maior nos centésimos mais baixos dos municípios, principalmente para o período de 2000 a 2010. Isso reflete o maior avanço, mesmo que tímido, do indicador para aqueles municípios que apresentavam os indicadores mais baixos. Ainda assim, é possível observar que a desigualdade nos municípios brasileiros se mantém acentuada.

GRÁFICO 2: DISTRIBUIÇÃO DO IDHM RENDA - 1991/2010



A seguir, são feitas análises do IDHM Renda dos municípios brasileiros para cada uma das cinco macrorregiões do país. Além de analisar comparativamente o valor do IDHM Renda dos municípios para cada macrorregião, a análise apresenta também os municípios que se destacaram em termos do crescimento absoluto (os que mais avançaram no indicador) e desempenho relativo (os que mais avançaram no indicador em termos percentuais).

MAPA 3: IDHM RENDA – REGIÃO NORTE – 2010



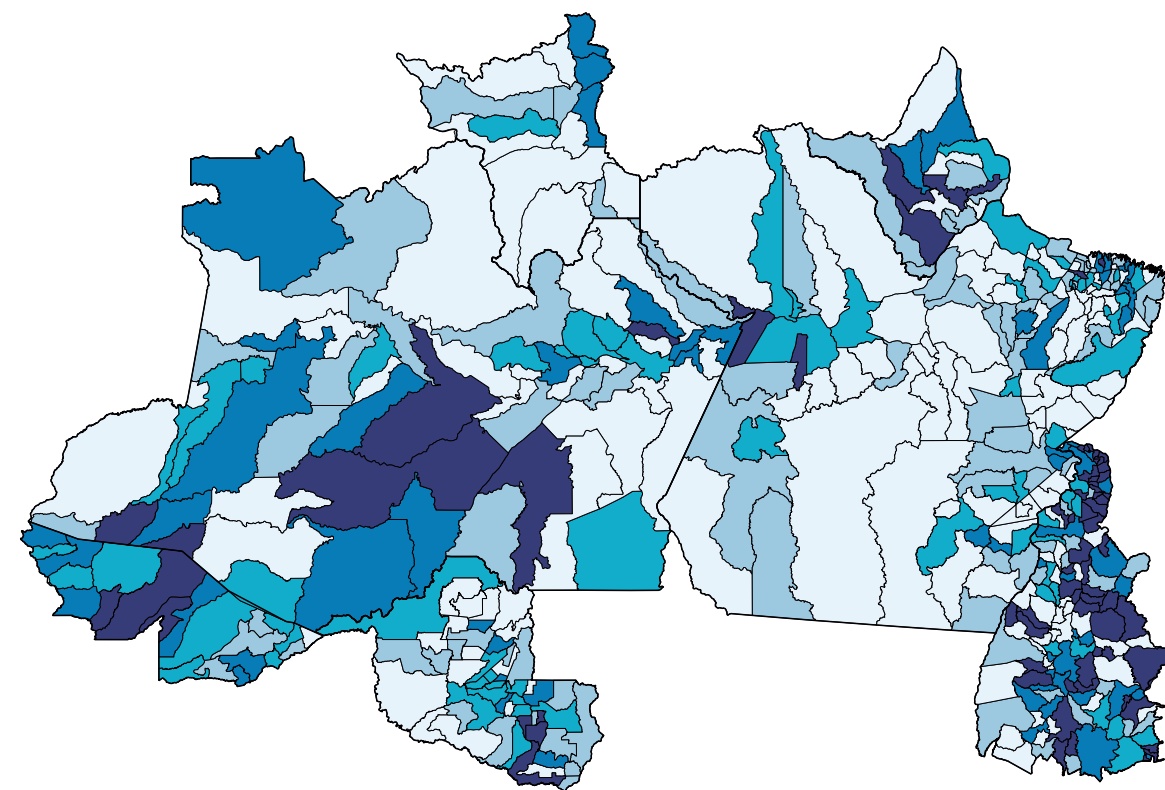
IDHMR	FAIXAS	MUNICÍPIOS
1º quinto	0,718 - 0,891	15
2º quinto	0,679 - 0,717	16
3º quinto	0,620 - 0,678	123
4º quinto	0,561 - 0,619	151
5º quinto	0,400 - 0,560	144

Região Norte

Na Região Norte, somente 15 municípios estão no grupo dos municípios brasileiros com os maiores IDHM Renda, e outros 16 estão no segundo grupo. Os 93,1% municípios restantes se encontram nos 3º, 4º e 5º quintos, conforme é possível observar pelo mapa 3.

Os mais elevados IDHM Renda da Região Norte foram observados em Palmas (0,789) (TO), Porto Velho (RO) (0,764), Paraíso do Tocantins (TO) (0,759) e Belém (PA) (0,751). Vale destacar que apenas esses quatro municípios, entre os 449 municípios da Região Norte, apresentam IDHM Renda acima daquele encontrado para o país.

MAPA 4: EVOLUÇÃO DO IDHM RENDA – REGIÃO NORTE – 2000/2010



Evolução e Desempenho nos Municípios 2000-2010 – Região Norte

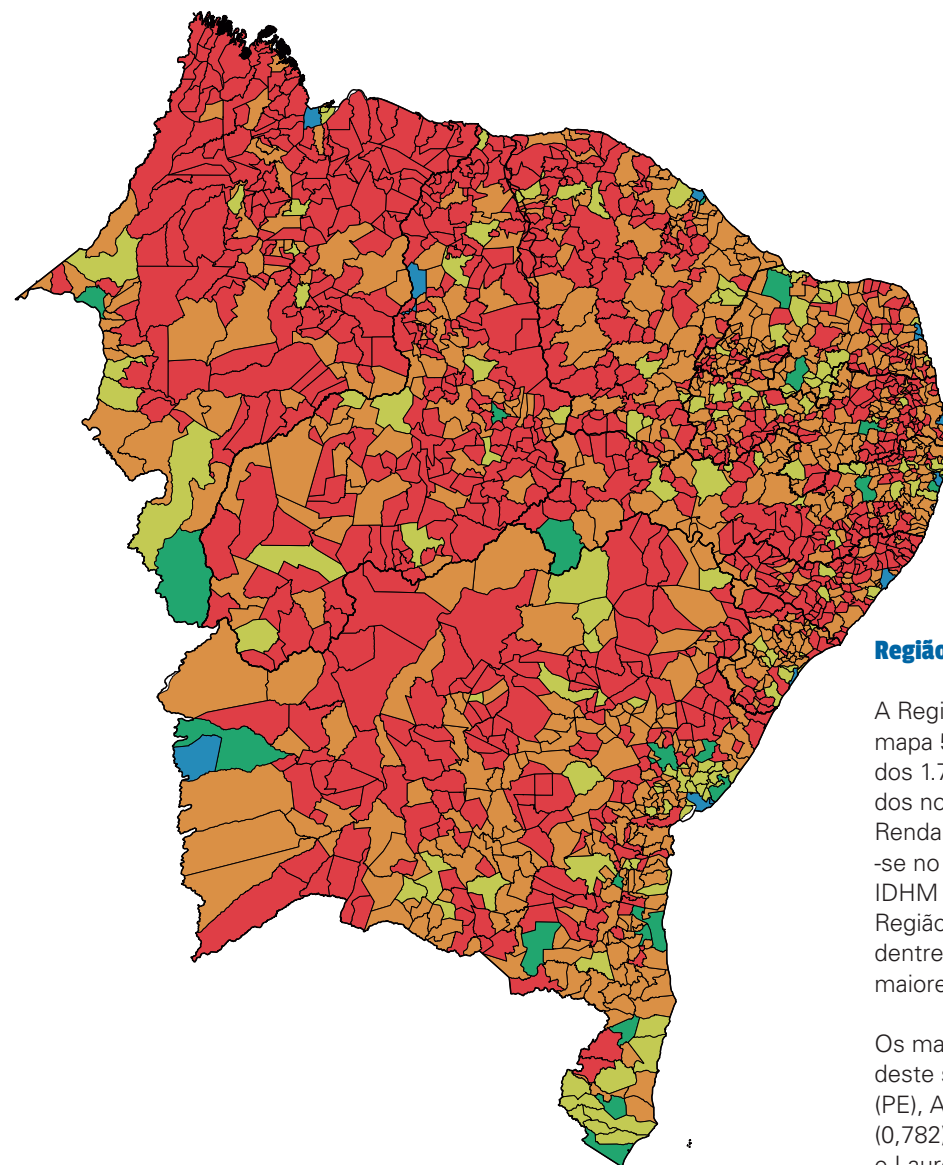
No período 2000-2010, na região Norte, 75 municípios, ou 16,7%, estão agrupados no 1º *quinto* dos municípios brasileiros que mais avançaram no IDHM Renda no país, e 69, ou 15,4%, estão no 2º *quinto*.

Destaque para os municípios de Lavandeira (TO) (0,200), Abreulândia (TO) (0,194) e Mateiros (TO) (0,182), os quais apresentaram os maiores saltos no IDHM Renda de toda a Região Norte.

Conforme ilustra o mapa 4, os municípios dos estados de Tocantins e alguns do Acre apresentaram um desempenho comparativamente melhor na década de 2000, ao passo que os municípios dos estados do Pará e de Roraima apresentaram um desempenho comparativamente pior.

Em termos percentuais, Jordão (AC) (50,8%), Lavandeira (TO) (50,3%), Lagoa do Tocantins (TO) (49,2%) e Mateiros (TO) (45,0%) são os municípios que apresentaram os maiores crescimentos percentuais dentre todos os municípios da região Norte ao longo da última década.

IDHMR Desempenho absoluto	FAIXAS	MUNICÍPIOS
1º quinto	0,095 - 0,296	75
2º quinto	0,076 - 0,094	69
3º quinto	0,059 - 0,075	72
4º quinto	0,041 - 0,058	93
5º quinto	-0,062 - 0,040	140



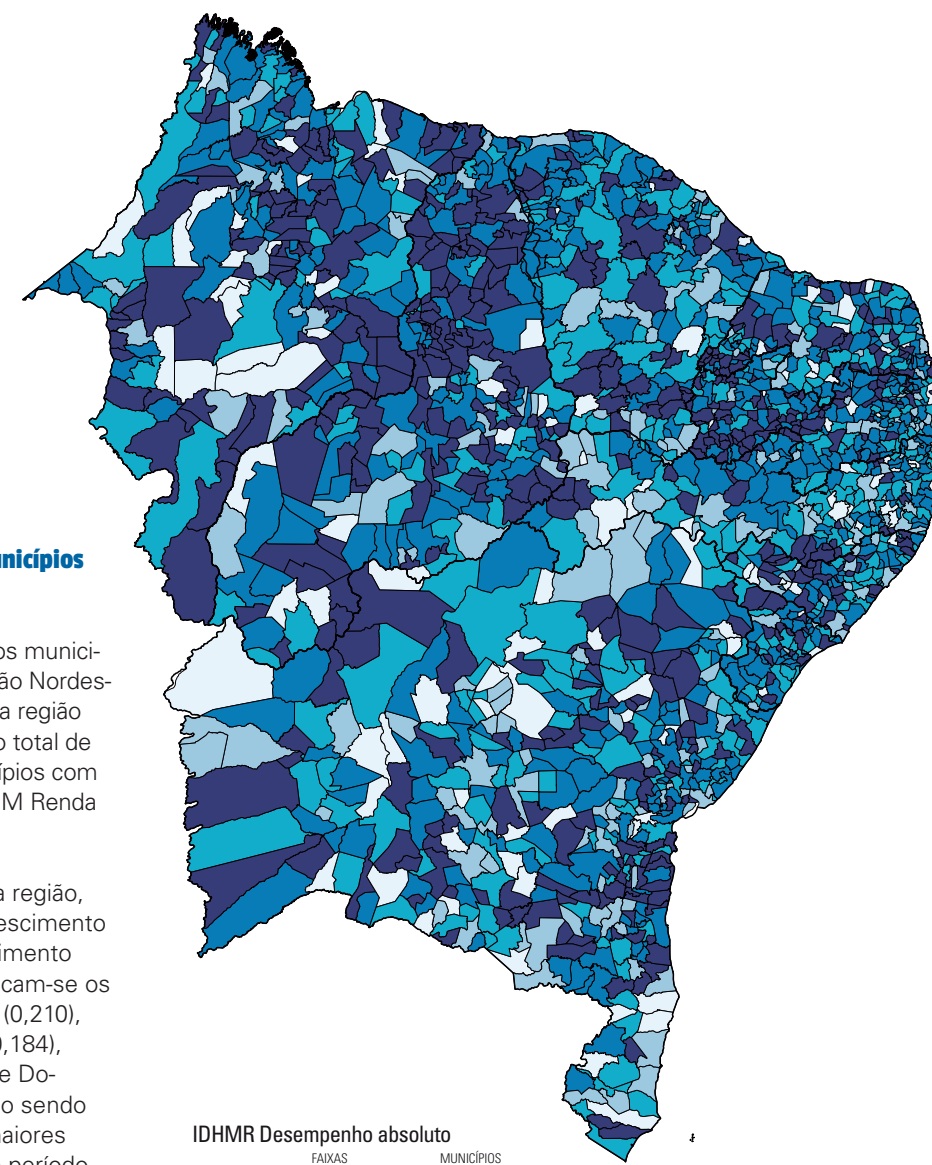
Região Nordeste

A Região Nordeste, conforme ilustra o mapa 5, possui 925 municípios (51,6% dos 1.794 municípios da região), localizados no *quinto* com os mais baixos IDHM Renda. Outros 693, ou 38,6%, encontram-se no segundo *quinto* dos mais baixos IDHM Renda. Somente 14 municípios da Região Nordeste, ou 0,8%, encontram-se dentre os municípios brasileiros com os maiores IDHM Renda do país.

Os maiores IDHM Renda da Região Nordeste são encontrados em Recife (0,798) (PE), Aracajú (SE) (0,784), Cabedelo (PE) (0,782), Fernando de Noronha (PE) (0,781) e Lauro de Freitas (BA) (0,781), o que corresponde a valores que vão de uma renda *per capita* de R\$1.144,26 no Recife a R\$1.031,78, em Lauro de Freitas.

Por outro lado, na região Nordeste como um todo, apenas 12 municípios apresentam IDHM Renda acima do IDHM Renda do Brasil, que é de 0,739, e o Estado do Maranhão tem os municípios com os mais baixos IDHM Renda encontrados no Brasil.

IDHMR	FAIXAS	MUNICÍPIOS
1º quinto	0,718 - 0,891	14
2º quinto	0,679 - 0,717	22
3º quinto	0,620 - 0,678	140
4º quinto	0,561 - 0,619	693
5º quinto	0,400 - 0,560	925



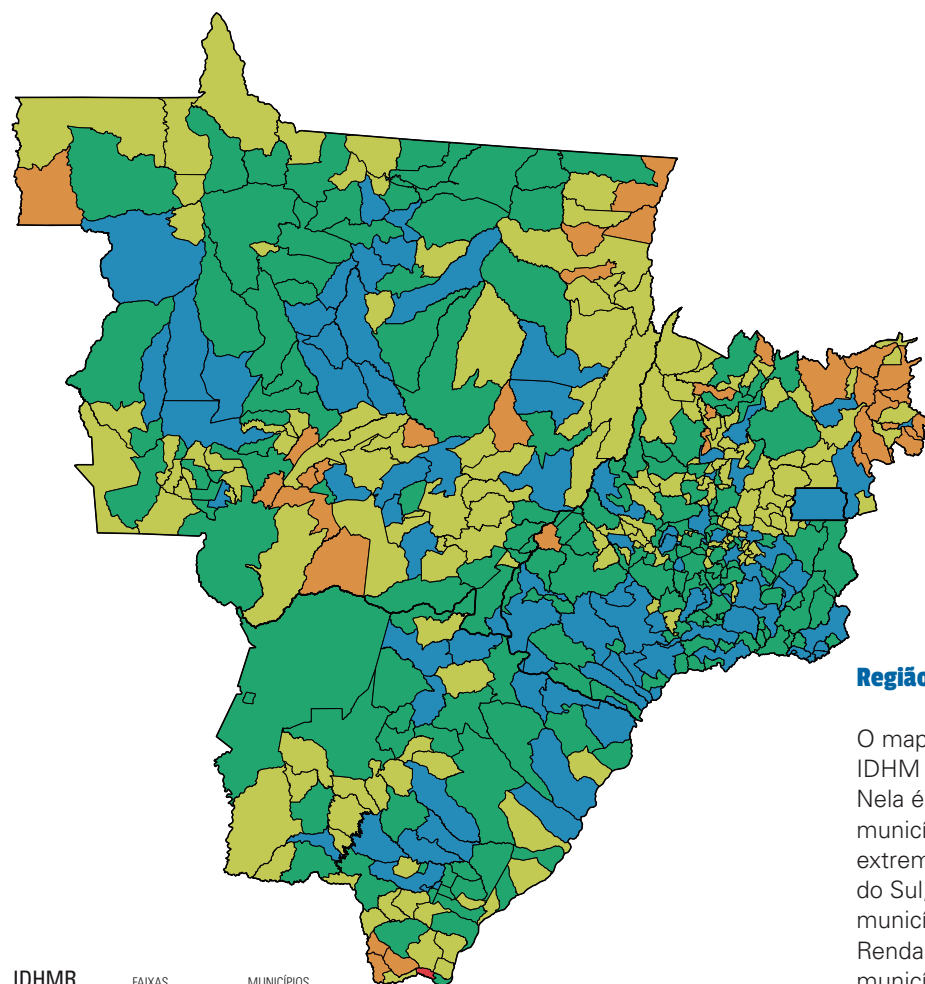
Evolução e Desempenho nos Municípios 2000-2010 - Região Nordeste

O mapa 6 apresenta os resultados municipais do IDHM Renda para a Região Nordeste. Nela é possível observar que a região possui 548 municípios (30,5% do total de seus municípios) entre os municípios com os maiores crescimentos do IDHM Renda no país.

Ao todo, 1614 dos municípios da região, ou 90% deles, apresentaram crescimento no IDHM Renda acima do crescimento brasileiro de 2000 a 2010. Destacam-se os municípios de Isaias Coelho (PI) (0,210), Aguiar (PB) (0,203), Acauã (PI) (0,184), Novo Santo Antônio (PI) (0,181) e Domingos Mourão (PI) (0,181) como sendo aqueles que apresentaram os maiores avanços no IDHM Renda, para o período 2000-2010.

Em termos percentuais, Acauã, com 55,3%, Novo Santo Antônio, com 51%, Isaias Coelho, com 50,2%, e Domingos Mourão, com 49,5%, todos eles municípios piauienses, são os municípios que obtiveram os melhores desempenhos relativos no IDHM Renda na Região Nordeste, na última década.

IDHMR Desempenho absoluto	FAIXAS	MUNICÍPIOS
1º quinto	0,095 - 0,296	548
2º quinto	0,076 - 0,094	539
3º quinto	0,059 - 0,075	381
4º quinto	0,041 - 0,058	195
5º quinto	-0,062 - 0,040	131

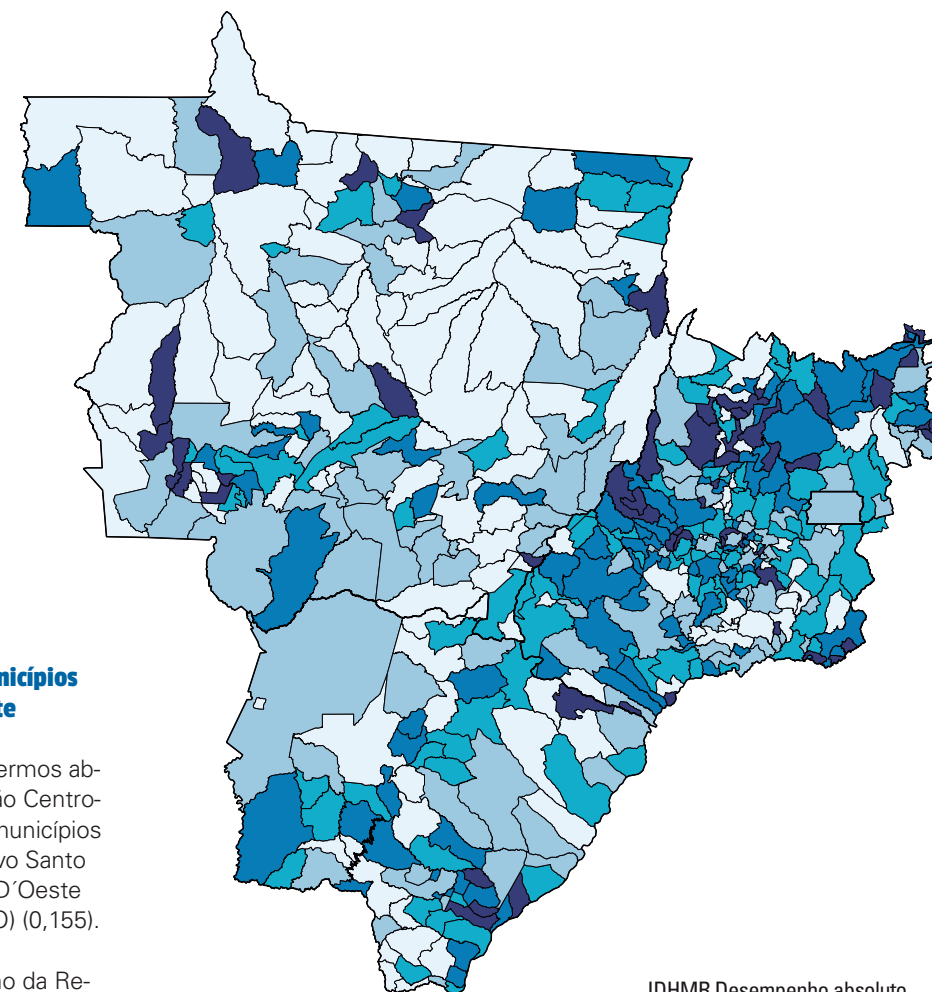


IDHMR	FAIXAS	MUNICÍPIOS
1º quinto	0,718 - 0,891	90
2º quinto	0,679 - 0,717	176
3º quinto	0,620 - 0,678	166
4º quinto	0,561 - 0,619	33
5º quinto	0,400 - 0,560	1

Região Centro-Oeste

O mapa 7 traz os resultados municipais do IDHM Renda para a Região Centro-Oeste. Nela é possível constatar que apenas um município de toda a região, Japorã, no extremo sul do Estado do Mato Grosso do Sul, se encontra no agrupamento dos municípios brasileiros com o menor IDHM Renda do Brasil. Em contrapartida, 90 municípios, ou 19,3% dos municípios da região, encontram-se no grupo de IDHM Renda mais elevados do país. Outros 176, ou 37,8% deles, se encontram no segundo *quinto* dos municípios com IDHM Renda mais altos do país.

Os maiores IDHM Renda da Região Centro-Oeste são encontrados em Brasília (0,863) (DF), Goiânia (GO) (0,824), Campos de Júlio (MT) (0,800) e Cuiabá (MT) (0,800), com valores de renda per capita que variam de R\$1.715,11, em Brasília, a R\$1.161,49, para Cuiabá.



Evolução e Desempenho nos Municípios 2000-2010 - Região Centro-Oeste

Em relação ao crescimento em termos absolutos do IDHM Renda na Região Centro-Oeste, o destaque fica para os municípios de Buritinópolis (GO) (0,296), Novo Santo Antônio (MT) (0,170), Conquista D'Oeste (MT) (0,168) e Buriti de Goiás (GO) (0,155).

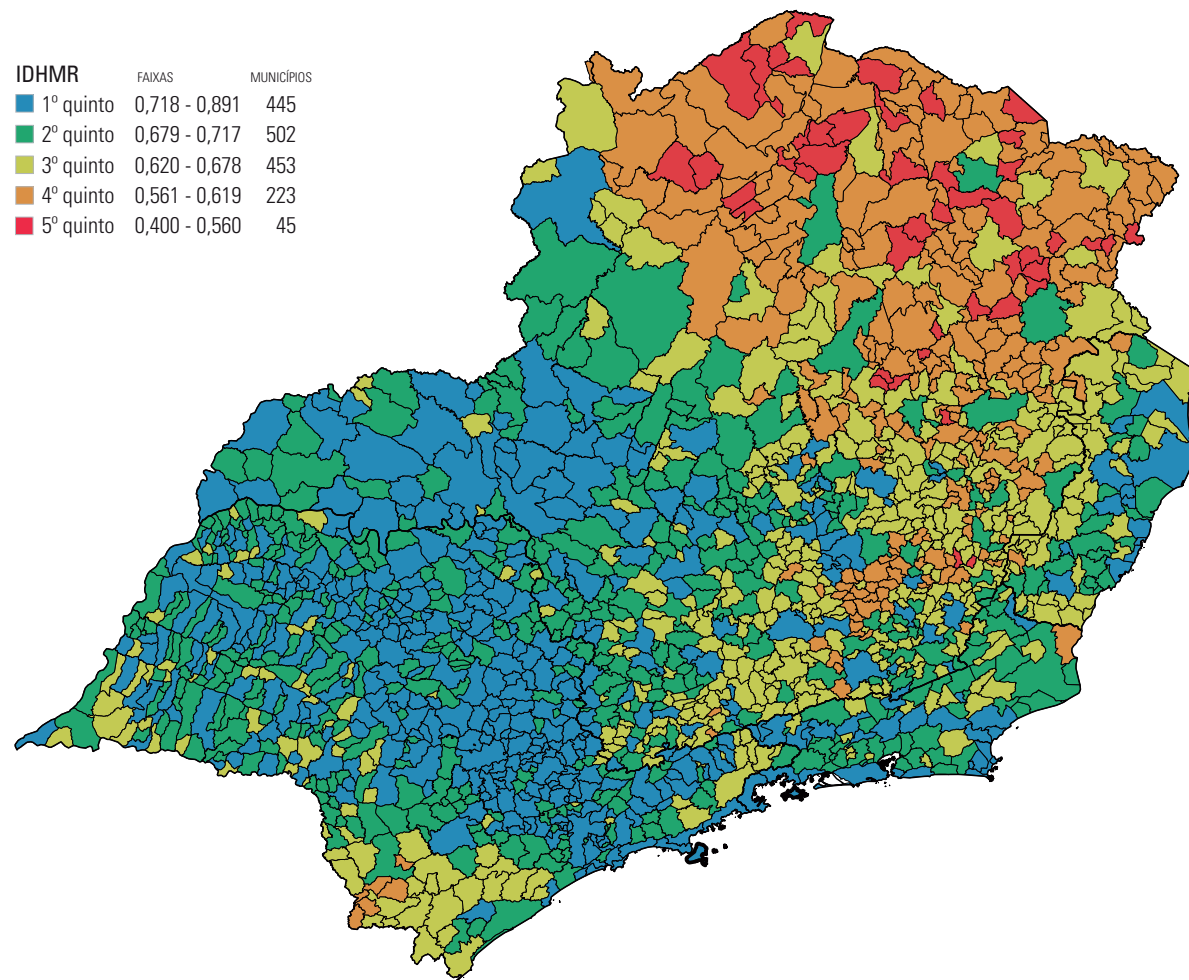
Em que pese o bom desempenho da Região Centro-Oeste no período analisado, conforme ilustra o mapa 8, cabe destacar, de um lado, o bom desempenho dos municípios do Estado de Goiás e, de outro lado, o desempenho relativamente ruim dos municípios da porção central e norte do Estado do Mato Grosso.

Em termos relativos, Buritinópolis (GO) (68,7%), Novo Santo Antônio (MT) (36,2%), Conquista D'Oeste (MT) (31,2%), e Buriti de Goiás (GO) (28,1%) são os municípios que obtiveram os melhores desempenhos percentuais, entre 2000 e 2010, para o IDHM Renda.

IDHMR Desempenho absoluto	FAIXAS	MUNICÍPIOS
1º quinto	0,095 - 0,296	54
2º quinto	0,076 - 0,094	92
3º quinto	0,059 - 0,075	102
4º quinto	0,041 - 0,058	101
5º quinto	-0,062 - 0,040	117

MAPA 9: IDHM RENDA – REGIÃO SUDESTE – 2010

IDHMR	FAIXAS	MUNICÍPIOS
1º quinto	0,718 - 0,891	445
2º quinto	0,679 - 0,717	502
3º quinto	0,620 - 0,678	453
4º quinto	0,561 - 0,619	223
5º quinto	0,400 - 0,560	45



Região Sudeste

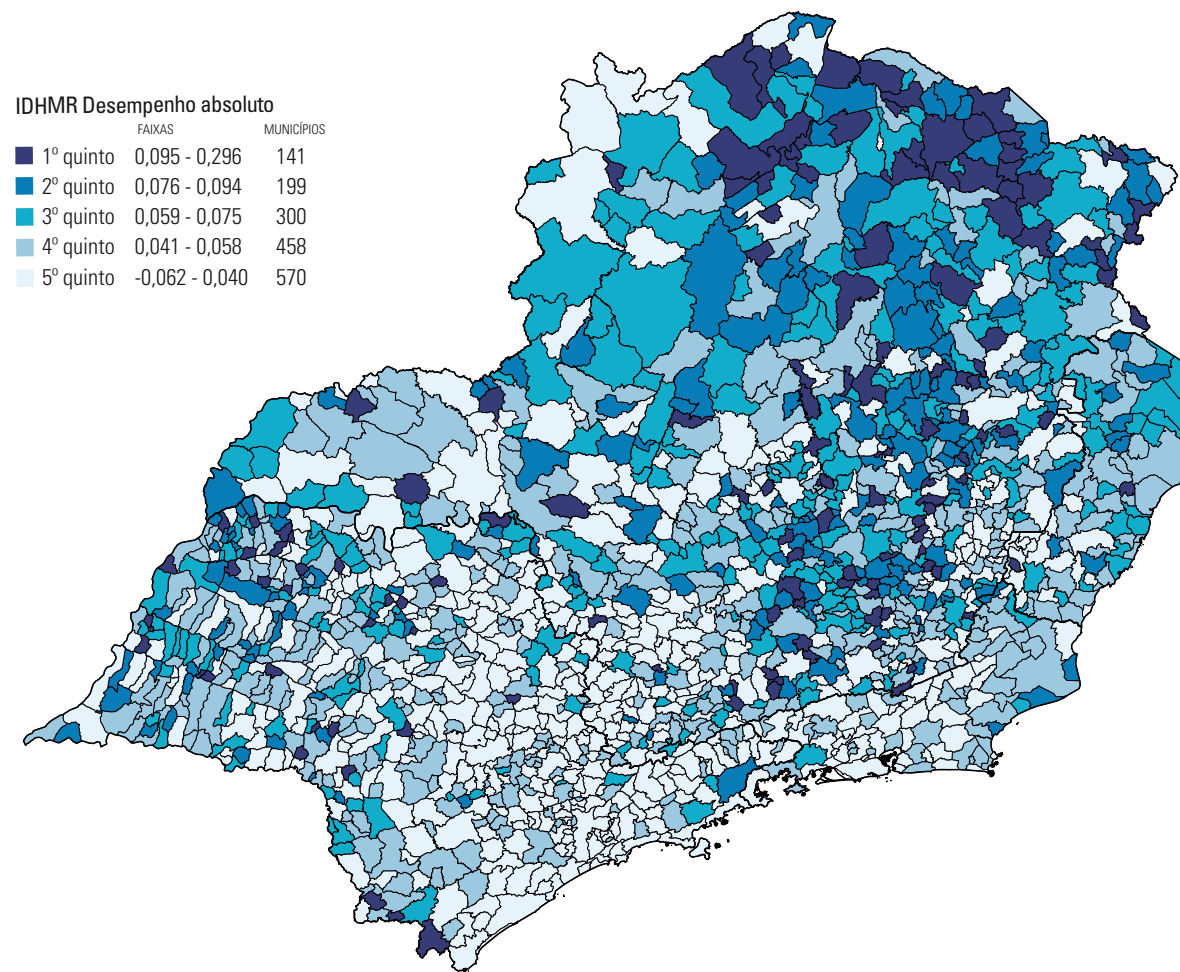
A Região Sudeste, como demonstra o mapa 9, apresenta ao todo 445 municípios, ou 26,7% deles, entre os mais altos IDHM Renda do país. Outros 502 municípios, ou 30,1%, estão no segundo *quinto* dos maiores IDHM Renda do Brasil. É possível observar pelo mapa 9 que boa parte desses municípios estão localizados no Estado de São Paulo, no Triângulo Mineiro, em alguns municípios do Estado do Rio de Janeiro e também na região central do Estado do Espírito Santo.

Em contrapartida, 45 municípios da região estão entre os piores IDHM Renda do país. É possível observar, também pelo mapa 9, que eles estão localizados na porção Norte do Estado de Minas Gerais e nas regiões dos vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Os maiores IDHM Renda da região correspondem aos mesmos municípios que possuem o maior IDHM Renda no país: São Caetano do Sul (SP) (0,891), Niterói (RJ) (0,887), Vitória (ES) (0,876) e Santana de Parnaíba (SP) (0,876).

MAPA 10: EVOLUÇÃO DO IDHM RENDA – REGIÃO SUDESTE – 2000/2010

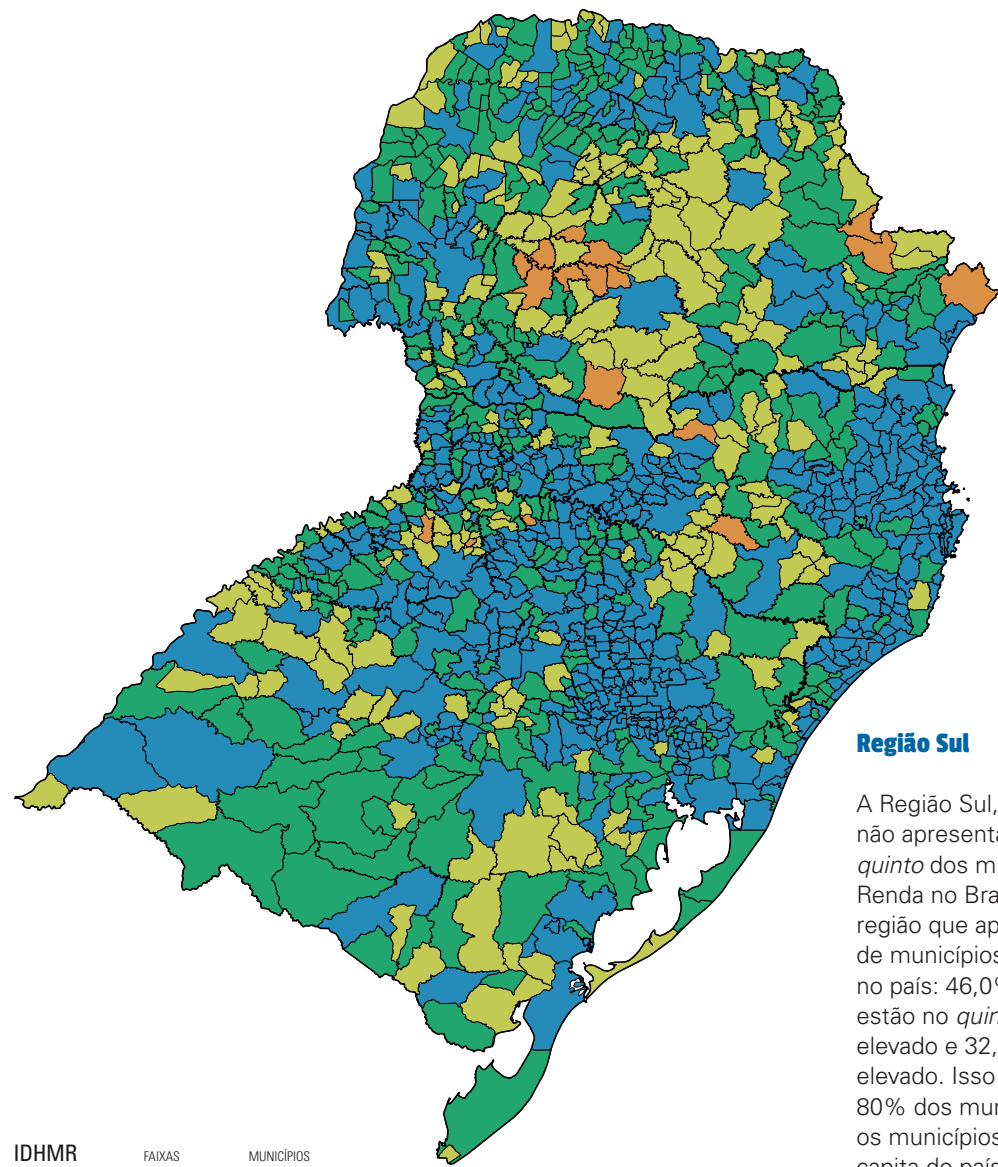
IDHMR Desempenho absoluto	FAIXAS	MUNICÍPIOS
1º quinto	0,095 - 0,296	141
2º quinto	0,076 - 0,094	199
3º quinto	0,059 - 0,075	300
4º quinto	0,041 - 0,058	458
5º quinto	-0,062 - 0,040	570



Evolução e Desempenho nos Municípios 2000-2010 - Região Sudeste

No que diz respeito ao aumento do IDHM Renda, conforme apresentado pelo mapa 10, Jequitibá (0,186), São João do Pacuí (0,165), Franciscópolis (0,149), e Cônego Marinho (0,148), todos localizados no Estado de Minas Gerais, são os municípios da Região Sudeste que apresentaram os maiores avanços no IDHM Renda.

Em termos percentuais, os municípios de São João do Pacuí (37,4%), Cônego Marinho (36,8%), Bonito de Minas (34,9%) e Franciscópolis (34,5%), também municípios mineiros, são aqueles que obtiveram os melhores desempenhos relativos, no IDHM Renda, na Região Sudeste, ao longo da última década.

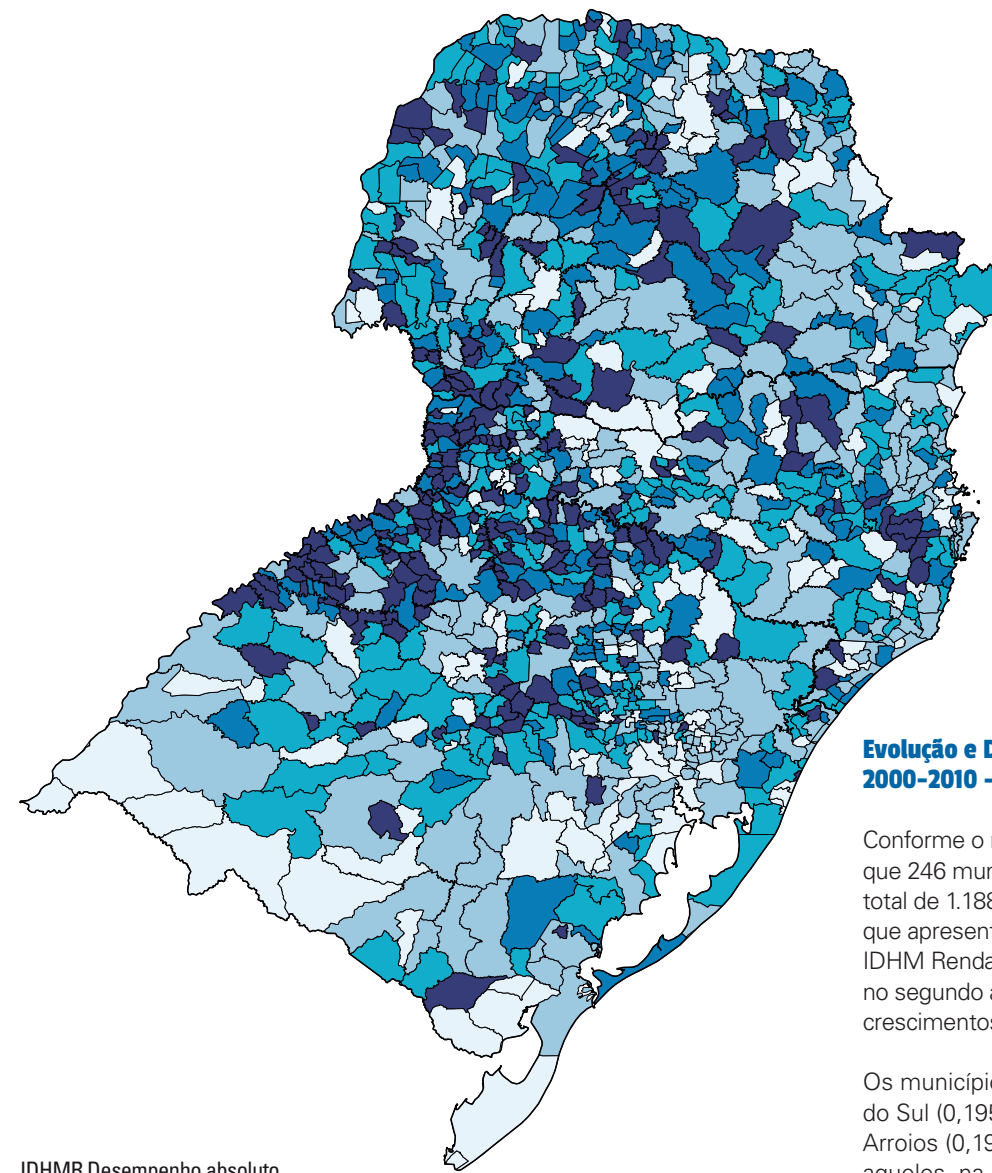


IDHMR	FAIXAS	MUNICÍPIOS
1º quinto	0,718 - 0,891	546
2º quinto	0,679 - 0,717	385
3º quinto	0,620 - 0,678	240
4º quinto	0,561 - 0,619	17
5º quinto	0,400 - 0,560	0

Região Sul

A Região Sul, conforme traz o mapa 11, não apresenta nenhum município no *quinto* dos municípios de menor IDHM Renda no Brasil. Trata-se, na verdade, da região que apresenta maior percentual de municípios com IDHM Renda elevado no país: 46,0% de seus municípios estão no *quinto* de IDHM Renda mais elevado e 32,4% no segundo *quinto* mais elevado. Isso quer dizer que, perto de 80% dos municípios sulistas estão entre os municípios de mais elevada renda per capita do país.

Os maiores IDHM Renda da região são encontrados em Florianópolis (0,870) (SC), Porto Alegre (RS) (0,867), Balneário Camburiú (SC) (0,854) e Curitiba (PR) (0,850), com valores de renda per capita que chegam a R\$1.798,12, em Florianópolis, e R\$1.581,04, em Curitiba.



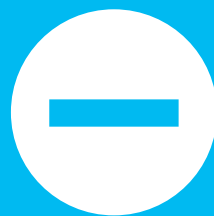
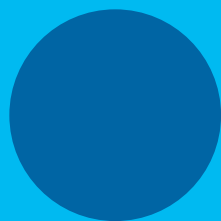
IDHMR Desempenho absoluto	FAIXAS	MUNICÍPIOS
1º quinto	0,095 - 0,296	246
2º quinto	0,076 - 0,094	230
3º quinto	0,059 - 0,075	273
4º quinto	0,041 - 0,058	279
5º quinto	-0,062 - 0,040	160

Evolução e Desempenho nos Municípios 2000-2010 - Região Sul

Conforme o mapa 12, é possível observar que 246 municípios da Região Sul, de um total de 1.188 municípios, estão dentre os que apresentaram maior crescimento no IDHM Renda no Brasil. Outros 230 estão no segundo agrupamento dos maiores crescimentos no IDHM Renda do país.

Os municípios gaúchos de Coqueiros do Sul (0,195), Água Santa (0,195), Três Arroios (0,194) e Miraguai (0,183) são aqueles, na Região Sul, que apresentaram os maiores avanços no IDHM Renda.

Em termos percentuais, os municípios gaúchos de São Pedro das Missões (36,7%), Miraguai (32,6%), Novo Barreiro (32,3%) e Coqueiros do Sul (31,9%) são aqueles que obtiveram os melhores desempenhos relativos, na região, entre 2000 e 2010.



FICHA TÉCNICA DOS COMPONENTES DO IDHM



Dimensão Longevidade

Vida longa e saudável

No IDHM, essa dimensão é medida pela esperança de vida ao nascer



O que compõe o IDHM Longevidade

O IDHM Longevidade considera a esperança de vida ao nascer, ou seja, o número médio de anos que as pessoas dos municípios viveriam a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade observados em cada período.



O que mede esse indicador?

A esperança de vida ao nascer pode ser considerada como indicador de longevidade, pois sintetiza, em um único número, o nível e a estrutura de mortalidade de uma população.



Por que este indicador?

A esperança de vida ao nascer sintetiza as condições sociais, de saúde e de salubridade do município ao considerar as taxas de mortalidade das diferentes faixas etárias daquela localidade. Todas as causas de morte são contempladas para chegar ao indicador, tanto doenças quanto causas externas, tais como violência e acidentes.



Como é calculado este indicador?

Os indicadores propostos para o bloco demográfico do Atlas 2013 – incluindo a esperança de vida ao nascer – não podem ser obtidos diretamente das informações dos Censos Demográficos, recorrendo-se, então, a técnicas indiretas para sua obtenção. Foram utilizados os métodos desenvolvidos por William Brass (1968), tanto na técnica de Mortalidade Infanto-

-Juvenil para os indicadores de longevidade e mortalidade, como na técnica para o cálculo da estimativa da taxa de fecundidade total. Entretanto, deve-se destacar que as técnicas empregadas necessitam de algumas adaptações para serem aplicadas em níveis espaciais com baixos volumes populacionais, como em muitos municípios ou áreas intramunicipais. Essa adaptação foi feita pelo Professor José Alberto Magno de Carvalho, do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Além disso, essa metodologia, para ser aplicada, necessita de uma função de mortalidade padrão. O ideal seria que fosse conhecido o padrão de mortalidade da população em questão. Quando este não é conhecido, lança-se mão ou de tábuas-modelo de mortalidade ou de uma tábua de mortalidade de uma determinada população cujo padrão de mortalidade é considerado semelhante ao da população em estudo. No caso específico do cálculo para os municípios brasileiros, foram utilizadas, como padrão, tábuas geradas para níveis de agregação de seus respectivos estados. Para os anos de 1991 e 2000, tomaram-se como padrão de mortalidade tábuas desenvolvidas pelo próprio CEDEPLAR para os estados brasileiros, tendo como fonte o Censo Demográfico de 1991 e as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNAD), da década de 90. Para o ano de 2010, adotaram-se também tábuas estimadas pelo CEDEPLAR, mas que já incorporam, em seus cálculos, resultados do Censo Demográfico de 2010.



Limitações

A principal limitação para o uso deste indicador decorre do fato de não serem conhecidos os padrões de mortalidade dos municípios que, para tanto, deveriam dispor de estatísticas vitais fidedignas. Essa lacuna foi preenchida adotando-se para cada município o padrão de mortalidade de seu estado, determinado pelas Tabelas de Sobrevivência, desenvolvidas pelo CEDEPLAR/UFMG, para cada uma

das Unidades da Federação. Reconhece-se que esse é um pressuposto não trivial. As mesmas disparidades apontadas pelas tabelas de sobrevivência em termos estaduais devem ocorrer dentro de cada estado, pois as desigualdades inter-regionais existentes no país se reproduzem também no nível estadual.



Peso das variáveis

Apenas uma variável com peso 1 no cálculo geral do índice.



Comparação e ajustes a partir do IDH Global

O IDHM Longevidade considera o mesmo indicador que o IDH Global.



Fonte da informação

Censo Demográfico do IBGE. Desde 1970, as tabulações dos Censos Demográficos permitem a utilização da técnica de Brass de estimação, ao fornecer as informações necessárias para o cálculo dos indicadores de fecundidade - nascidos vivos durante os doze meses anteriores à data do Censo (fecundidade corrente) e total de nascidos vivos (fecundidade retrospectiva ou parturição) – e de mortalidade – total de filhos nascidos vivos e total de filhos na data do Censo –, por faixa etária das mulheres.



Indicadores de suporte à análise do IDHM Longevidade

Dois blocos de indicadores do Atlas Brasil 2013 podem ser utilizados como proxy para a avaliação das condições de saúde. O primeiro bloco, composto de indicadores de longevidade e mortalidade, inclui a taxa de mortalidade infantil, as probabilidades de morte até 5, 40 e 60 anos de idade e a esperança de vida ao nascer. O segundo bloco é composto pela taxa de fecundidade total. A taxa de mortalidade infantil é um dos indicadores mais significativos pois traduz o impacto das condições socioeconômicas da área geográfica de referência do recém-nascido. Quanto mais desenvolvida for uma região, mais a mortalidade infantil se relaciona a causas

endógenas, determinadas pelos riscos de mortalidade neonatal (primeiros 28 dias de vida). Nas regiões menos desenvolvidas, além das causas endógenas, acrescentam-se, de forma determinante, as causas exógenas, entre elas a desnutrição e as doenças infecciosas e respiratórias. As probabilidades de morte espelham privações em distintas etapas da vida, em que diferentes causas atuam negativamente. O comportamento da taxa de fecundidade total vincula-se às transformações vivenciadas pela população brasileira na chamada “transição demográfica”, na qual a rápida queda dos níveis de fecundidade determinou o volume populacional e a nova configuração nacional em termos de estrutura etária.



Como é o cálculo do IDHM Longevidade?

O processo utilizado para transformar o indicador *esperança de vida ao nascer*, cuja unidade é “anos de vida”, em Índice de Longevidade, foi o da escolha de parâmetros máximos e mínimos que normalizassem o indicador através da fórmula:

$$I = (\text{valor observado} - \text{valor mínimo}) / (\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}).$$

Foram adotados os mesmos valores máximo e mínimo adotados pelo IDHM em suas edições anteriores:

Máximo: 85 anos

Mínimo: 25 anos

Assim, se um município tem uma esperança de vida ao nascer de 70 anos, seu IDHM-Longevidade será:

$$(70 - 25) / (85 - 25) =$$

$$45 / 60 =$$

$$\text{IDHM Longevidade} = 0,750.$$



Dimensão Educação

Acesso a conhecimento

No IDHM, essa dimensão é medida pela escolaridade da população adulta e pelo fluxo escolar da população jovem.



O que compõe o IDHM Educação

O IDHM Educação é uma composição de indicadores de escolaridade da população adulta e de fluxo escolar da população jovem.



O que medem esses indicadores?

A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com o ensino fundamental completo.

O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo.



Por que estes indicadores?

A escolaridade da população adulta reflete o funcionamento do sistema educacional em períodos passados e considera que a população adulta brasileira, dado o contexto histórico nacional, deveria ter completado, ao menos, o ensino fundamental em sua passagem pelo sistema educacional.

O fluxo escolar da população jovem acompanha a população em idade escolar

em quatro momentos importantes da sua formação – entrada no sistema educacional, finalização do primeiro ciclo do ensino fundamental e conclusão do ensino fundamental e do ensino médio. Esta composição envia uma mensagem importante: de que as crianças, ao menos a partir dos 5 anos de idade, precisam já estar na escola; que as crianças de 12 anos precisam estar nos anos finais do ensino fundamental; que os jovens de 16 anos precisam ter concluído o ensino fundamental; e que os jovens de 19 anos precisam ter concluído o ensino médio. A expansão dessas faixas etárias no cálculo do indicador se dá por questões amostrais e estatísticas.



Como são calculados estes indicadores?

Os indicadores são obtidos a partir das respostas ao questionário da amostra do Censo Demográfico.



Limitações

A medida da educação da população jovem não inclui toda a população em idade escolar e frequentando a escola, captando apenas determinados momentos da passagem da população jovem pelo sistema educacional. Também inclui, por questões amostrais e estatísticas, faixas etárias ampliadas daquela faixa etária ideal: 12 anos nos anos finais do fundamental, 16 anos com ensino fundamental completo, e 19 anos com ensino médio completo.

A medida da educação da população adulta limita a avaliação do desempenho desta população àqueles que completaram o ensino fundamental, não incluindo os que tiveram alguma passagem pelo sistema educacional sem completar ciclos. Também pressupõe apenas ensino fundamental como teto para o acesso a conhecimento pela população adulta.



Peso das variáveis

Escolaridade da população adulta – Peso 1

Fluxo escolar da população jovem – Peso 2



Comparação e ajustes a partir do IDH Global

Assim como o IDH Global, o IDHM Educação é composto por um indicador que fornece informação sobre a situação educacional da população adulta, e um referente à população em idade escolar. Entretanto, as variáveis são outras.

No caso da população adulta, não há no Censo Demográfico de 2010 a informação da média de anos de estudo de pessoas de 25 anos ou mais para o nível municipal, tal como é medido no IDH Global. Assim, foi feita uma adaptação da variável, adotando-se a proporção desta que concluiu o ensino fundamental.

No caso da população jovem, a metodologia aplicada pelo IDH Global a partir de 2010 – a expectativa de vida escolar – é uma medida de retenção das crianças na escola, independentemente da repetência, o que não se aplica para o caso brasileiro, já que o desafio atual da educação no país é a qualidade e fluxo escolar, mais que a entrada e permanência no sistema. Também inclui educação superior, o que não se aplica aos municípios brasileiros.



Fonte da informação

Censo Demográfico do IBGE.



Indicadores de suporte à análise do IDHM Educação

Além dos 5 indicadores que compõem o IDHM Educação, o Atlas 2013 apresenta inúmeros outros que permitem uma visão mais completa e detalhada da situação do município nesta dimensão, abordando, para faixas etárias diferenciadas, os temas analfabetismo, grau de escolaridade (fundamental completo, médio completo, superior completo) e frequência escolar (frequência bruta, líquida, atraso escolar). O Atlas 2013 também apresenta a variável Anos Esperados de Estudo, que é uma adaptação metodológica da métrica usada no IDH Global, mas considerando 12 anos como máximo de anos de estudos da educação formal e ajustando estes valores para repetência.



Como é o cálculo do IDHM Educação?

Considerando-se que as taxas de frequência e de conclusão variam entre 0% e 100% e que os valores mínimo e máximo escolhidos são também 0% e 100%, para “convertê-las” em um índice variando de 0 a 1, basta dividir a taxa por 100.

Assim, se um município tem:

- 65% de sua população adulta (18 anos ou mais) com ensino fundamental completo
- 85% de crianças de 5 a 6 anos na escola
- 80% de crianças de 11 a 13 nos anos finais do ensino fundamental
- 70% de crianças de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo
- 50% de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo

Seu índice de escolaridade da população adulta será 0,650.

Seu índice de fluxo escolar da população jovem será a média aritmética dos subíndices referentes aos 4 indicadores, com peso igual = $(0,850 + 0,800 + 0,700 + 0,500) / 4 = 0,712$

Seu IDHM Educação será a média geométrica desses dois índices, com peso 1 para o índice de escolaridade e peso 2 para o índice de fluxo = $(0,650 * 0,712 * 0,712)^{1/3} = 0,691$



Dimensão Renda

Padrão de vida

No IDHM, essa dimensão é medida pela renda mensal *per capita*.



O que compõe o IDHM Renda

O IDHM Renda considera a renda municipal *per capita*, ou seja, a renda média mensal dos indivíduos residentes em determinado município, expressa em reais de 1º de agosto de 2010.



O que mede o indicador?

A renda *per capita* mede a capacidade média de aquisição de bens e serviços por parte dos habitantes do município.



Por que este indicador?

Esse é um indicador da capacidade dos habitantes do município de garantir um padrão de vida capaz de assegurar suas necessidades básicas, como água, alimento e moradia.



Como é calculado o indicador?

Os valores são obtidos das respostas ao questionário da amostra do Censo Demográfico. O indicador corresponde à razão entre o somatório de todos os rendimentos de todos os indivíduos residentes no município, recebidos no mês anterior à data do Censo, e o número total desses indivíduos. Os valores dos rendimentos apurados a partir do Censo Demográfico de 1991 e 2000, em cruzeiros de 1º de setembro de 1991 e em reais de 1º de agosto de 2000, foram convertidos em reais constantes de 1º de agosto de 2010 (data de referência do Censo de 2010). Para isso, foi utilizada a série do Índice

Nacional de Preços do Consumidor (INPC) do IBGE (convertida em uma série centrada no primeiro dia de cada mês), mas, considerando-se que essa série subestimou em 22,25% a inflação em julho/1994, aplicou-se, a partir dessa data, um fator corretor de 1,2225.



Limitações

A grande limitação desse indicador é não considerar a desigualdade de renda entre os habitantes do município. Assim, um município pode apresentar uma elevada renda *per capita*, mas, ao mesmo tempo, pode ter uma grande parcela de sua população vivendo na pobreza.



Peso das variáveis

Apenas uma variável com peso 1 no cômputo geral do índice.



Comparação e ajustes a partir do IDH Global

O Produto Interno Bruto (PIB) é o valor agregado na produção de todos os bens e serviços ao longo de um ano dentro de determinada fronteira. O PIB *per capita* é a divisão desse valor pela população do país e foi o indicador usado pelo PNUD, mundialmente, para o cálculo do IDH dos países até 2010. Em 2010, esse indicador foi substituído pela RNB (Renda Nacional Bruta) *per capita*.

Na avaliação da renda dos habitantes de um município, o uso do PIB *per capita* torna-se inadequado, pois nem toda a renda gerada pela produção dentro da área do município é apropriada pela população residente (e vice-versa). Por outro lado, não há estatísticas municipais para a RNB *per capita*. A alternativa adotada é o cálculo da renda municipal *per capita*, auferida a partir do Censo Demográfico.



Fonte da informação

Censo Demográfico do IBGE.



Indicadores de suporte à análise do IDHM-Renda

Além da renda *per capita* municipal, o Atlas inclui, como suporte à análise dessa dimensão, diversos indicadores de desigualdade de renda (renda *per capita* por quinto da população, razão entre a renda *per capita* dos 10% e dos 20% mais ricos e a renda *per capita* dos 40% mais pobres, índices de Gini e de Theil) e de pobreza (considerando 3 linhas de pobreza - R\$70, R\$140 e R\$255). Para o cálculo desses indicadores, adota-se a renda domiciliar *per capita*, tomando-se como pressuposto que, em um mesmo domicílio, todas as pessoas têm o mesmo rendimento.



Como é o cálculo do IDHM Renda?

Para o cálculo do IDHM Renda, aplica-se a fórmula:

$$IDHM-R = [\ln(\text{renda } per\ capita\ municipal) - \ln(\text{valor mínimo de referência})] / [\ln(\text{valor máximo de referência}) - \ln(\text{valor mínimo de referência})]$$

A aplicação do logaritmo na fórmula aproxima os maiores valores de renda *per capita* dos menores e, com isso, reduz a desigualdade de renda existente. Mas esse procedimento considera que, à medida que a renda *per capita* eleva-se, o retorno desse acréscimo de renda, em termos de desenvolvimento humano, diminui.

Máximo: R\$ 4.033,00 - corresponde ao valor da menor renda *per capita* entre os 10% mais ricos residentes na UF com maior renda média do país no período analisado, o Distrito Federal.

Mínimo: R\$ 8,00 - corresponde a aproximadamente US\$ 100 PPC, limite adotado para o cálculo do IDH global.

Para um município com renda municipal *per capita* de R\$ 827,35, o cálculo ficaria assim:

$$IDHM-R = (\ln 827,35 - \ln 8,00) / (\ln 4033,00 - \ln 8,00) \Rightarrow IDHM-R = 0,745.$$



Atlas do Desenvolvimento
Humano no Brasil 2013

Julho 2013

PNUD, IPEA e FJP



Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

www.atlasbrasil.org.br

Os municípios brasileiros são peças importantes de um complexo mosaico, com inúmeros desafios, mas também enormes oportunidades. Ao proporcionar um olhar mais próximo sobre os municípios brasileiros, o Atlas Brasil 2013 orienta caminhos e provoca a reflexão sobre os rumos do desenvolvimento humano no país.